

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO

ALAN JÚNIOR DOS SANTOS

**RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS E COMERCIAIS NUM CONTEXTO
TRANSFRONTEIRIÇO - A FAZENDA BRITÂNIA (1880-1940)**

TOLEDO - PR

2019

**RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS E COMERCIAIS NUM CONTEXTO
TRANSFRONTEIRIÇO – A FAZENDA BRITÂNIA (1880-1940)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Mestrado, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus Toledo, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Fronteiras, Identidade e Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Orientador: Erneldo Schallenberger

TOLEDO – PR

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Santos, Alan Júnior
Relações Socioculturais e Comerciais num Contexto
Transfronteiriço : A Fazenda Britânia (1880-1940) / Alan
Júnior Santos; orientador(a), Alan Júnior Santos;
coorientador(a), Erneldo Schallenger, 2019.
99 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e
Sociais, Graduação em Ciências Sociais Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, 2019.

1. Região platina. 2. Oeste do Paraná. 3. Fazenda
Britânia. 4. Relações socioeconomias. I. Santos, Alan
Júnior. II. Schallenger, Erneldo . III. Título.

**RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS E COMERCIAIS NUM CONTEXTO
TRANSFRONTEIRIÇO – A FAZENDA BRITÂNIA (1880-1940)**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais – Nível de Mestrado, área de Concentração em Fronteiras, Identidade e Políticas Públicas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Araújo Crestani (FAG)
Membro Efetivo (Convidado)

Prof. Dr. Erneldo Schallenberger (UNIOESTE)
Membro Efetivo (da Instituição)

Prof^a. Dr^a. Sandra Cristiana Kleinschmitt
Membro Efetivo (da Instituição)

Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin (UNIOESTE)
Membro Efetivo (da Instituição)

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Alvarenga (UESC)
Membro Suplente (Convidada)

Toledo, 02 de outubro de 2019.

Dedico este trabalho ao meu filho, Miguel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Erneldo Schallenberger por ter tido paciência e boa vontade durante o processo de desenvolvimento desta pesquisa. Sem sua insistência e aconselhamentos, certamente não teria sucesso ao fim desta jornada. Agradeço ao professor Silvio Antônio Colognese por sempre ter me recepcionado em sua sala de braços abertos para orientações e conversas elucidativas, principalmente no início do mestrado. Agradeço ao professor Leandro de Araújo Crestani, que compartilhou suas fontes de pesquisa e sua tese de doutorado, mesmo antes da mesma ser arguida. Agradeço à professora Sandra Cristiana Kleinschmitt por ter acendido, na época da graduação, as primeiras faíscas de ideias para este trabalho. Agradeço aos professores que por mim passaram e deixaram sua contribuição para que eu saísse deste processo mais preparado para exercer minha profissão de professor e pesquisador. Agradeço à Universidade Estadual do Oeste do Paraná e a seus servidores e servidoras que sempre me atenderam nas mais diversas necessidades e provações durante estes 7 anos e meio de UNIOESTE. Agradeço aos meus colegas de turma com quem tive a oportunidade de trocar experiências maravilhosas e conhecimento, muito embora nem sempre convergentes. Agradeço à minha família e aos meus amigos mais próximos pelo suporte e companheirismo dado nestes dois anos e meio para que eu pudesse cursar uma pós-graduação a nível de mestrado, tendo em mente que isso é um privilégio em uma sociedade pobre, como a brasileira. Agradeço à Karin Ane Fonseca Fredrich, pelo incentivo em todas as etapas deste processo e por hoje, mais do que nunca, fazer parte da minha família, tendo me dado o maior presente da vida; Miguel.

“Não existe testemunha mais terrível - acusador mais poderoso -
do que a consciência que habita em nós.”.

SÓFOCLES

SANTOS, Alan Júnior dos. **RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS E COMERCIAIS NUM CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO – A FAZENDA BRITÂNIA (1880-1940)**. 88 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2019. Orientador: Erneldo Schallenberger.

RESUMO

A pesquisa apresentada possui o objetivo de demonstrar como as articulações culturais, sociais e econômicas estabelecidas entre o Oeste do Paraná e, conseqüentemente, com a Fazenda Britânia frente à sua fronteira com Paraguai e com Argentina influenciaram nas características de sua formação demográfica, social e econômica entre as décadas de 1880 a 1940. Esta verificação possibilitou identificar que estas dinâmicas sociais levaram a Fazenda Britânia a se desenvolver para lado oposto em relação à sua polarização política, a capital do Paraná - Curitiba. Para este fim, foram utilizados relatos de viagens de excursionistas que, por motivos que variam entre serviços prestados ao governo ou pela simples sede de aventura, se engajaram em adentrar aos sertões mais extremos do Paraná. Estes excursionistas foram divididos em dois grupos: aqueles que viajaram por entre as densas matas paranaenses em direção ao Rio Paraná, e aqueles que contornaram essas adversidades pela navegação ou por vias férreas de outros estados e países até alcançar o Rio Paraná, e daí, o Oeste paranaense. A partir dos relatos destes brasileiros, foi possível fazer um delineamento das condições em que se apresentavam aqueles rincões entre os séculos XIX e XX. Neste contexto, verificou-se que a Fazenda Britânia, pelo menos até a década de 1940, estabelecia uma relação de interdependência com o mercado platino, o que realçava uma aproximação muito mais enfática entre Fazenda Britânia-Paraguai-Argentina, do que Fazenda Britânia-Paraná-Curitiba.

PALAVRAS-CHAVE: Região platina; Oeste do Paraná; Fazenda Britânia; Relações socioeconômicas.

SANTOS, Alan Júnior dos. **SOCIAL-CULTURAL AND COMMERCIAL RELATIONS IN A CROSS-BORDER CONTEXT – THE FAZENDA BRITÂNIA (1880-1940)**. 88 p. Dissertation (Master's degree in Social Sciences) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2019. Advisor: Erneldo Schalleberger.

ABSTRACT

The Receive research aims to demonstrate how applied cultural, social and economic articulations between Western Paraná and, consequently, with the Fazenda Britânia in front of its border with Paraguay and with Argentina influences the characteristics of its demographic, social and economic formation between 1880 and 1940. This selection allows us to identify that these social dynamics led the Fazenda Britânia to develop a side opposite to its policy of political polarization, a capital of Paraná - Curitiba. For this purpose, we used reports of excursion trips that, for reasons that include services provided by the government or the simple adventure headquarters, engaged in entering the most extreme hinterlands of Paraná. These excursionists were divided into two groups: those who traveled through the dense Paraná State towards the Rio Paraná, and those who bypassed these adversities by navigating or accessing other states and countries until reaching the Rio Paraná, and then, or Westrn Paraná. From the reports of these Brazilians, it was possible to delineate conditions in which the principles were presented between the nineteenth and twentieth centuries. In this context, it was found that the Fazenda Britânia, at least until a decade of 1940, established a relationship of interdependence with the Platinum market, or that it carried out a much more emphatic approach between the Fazenda Britânia-Paraguay-Argentina, and the Fazenda Britânia - Paraná-Curitiba.

KEYWORDS: Platinum region; Wester Paraná; Fazenda Britânia; Socioeconomic relations.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** –Localidade aproximada da Fazenda Britânia em 1908 **12**
- Figura 2** -Capa da Revista Trimestral do Instituto *Geographico e Etnographico* do Brasil, da edição de 1886..... **35**
- Figura 3** – Foto de páginas retiradas do livro “Foz do *Iguassú* – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia de Foz do *Iguassú* em novembro de 1982 **38**
- Figura 4** – Ocupação Guarani entre os séculos XV, XVI e XVII..... **40**
- Figura 5** – Recorte inferior da capa do livro “Do Rio *Iguassú* ao *Guayra*” de Júlio Nogueira - 1920 **44**
- Figura 6 -Foto retirada por Júlio Nogueira em sua passagem por Foz do Iguacu em 1918 **47**
- Figura 7** – Foto do orçamento realizado para a construção da Usina de *Iguassú* no início do século XX **52**
- Figura 8** – Foto do Porto 12 de Outubro e da casa de engenheiros do porto, 1904 **55**
- Figura 9** – Trabalhadores da empresa *Nuñez y Gibaja* entre 1904 e 1905 **56**
- Figura 10** – Principais *obrages* no Oeste do Paraná no início do século XX **59**
- Figura 11** – Fotos da comissão de Arthur Martins Franco em visita à Foz do Iguacu em 1913 **60**
- Figura 12** – Localização de portos de obras na costa da Fazenda Britânia e do Paraguai em meados de 1905-1906..... **69**
- Figura 13** – Vale de “1 mil pesos argentinos em mercadorias” da *obra* de Júlio Allica **71**
- Figura 14** – Fragmentos do mapa da Fazenda Britânia em 1906 **73**
- Figura 15** -Picadas abertas entre o rio paraná e a *obra* *Nuñez y Gibaja* **76**

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Dados técnicos sobre os relatos de viagens acessados durante a pesquisa**28**
- Quadro 2** – Grupos de excursão, meios de transporte, suas respectivas obras e autores..... **30**
- Quadro 3** – Quadro com informações sobre a produção de erva-mate argentina entre 1898 a 1903 **50**
- Quadro 4** – Brasileiros no Oeste do Paraná em 1890..... **65**
- Quadro 5** – População do Oeste do Paraná em 1900, com as divisões por município e subdivisões por gênero**66**
- Quadro 6** – População do Oeste do Paraná em 1920 na relação entre brasileiros e estrangeiros..... **66**
- Quadro 7** – A população do Oeste do Paraná em 1940 com relação à nacionalidade e ao gênero**67**

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. A CONSTITUIÇÃO DE TERRITORIALIDADES E OS SUJEITOS NO CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA FAZENDA BRITÂNIA	10
1.1. O “VAZIO DEMOGRÁFICO” COMO FERRAMENTA DE AÇÃO POLÍTICA	14
1.2. OS SUJEITOS NO PROCESSO EXPANSIONISTA E PIONEIRISTA.....	20
2. APRESENTAÇÃO DOS RELATOS DE VIAGENS NO CONTEXTO DO OESTE DO PARANÁ	27
2.1. INTRODUÇÃO AO CONTEÚDO DAS FONTES.....	30
2.1.1. “Pela Fronteira” - Domingos Virgílio Nascimento – 1903 (GRUPO 1)	31
2.1.2. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e que teve com os índios Coroados, os mais bravios daqueles lugares” – 1885 (GRUPO 1).....	34
2.1.3. “Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia de Foz do Iguassú em novembro de 1882” José Cândido da Silva Muricy – 1892 (GRUPO 1)	37
2.1.4. “Do Rio ao Iguassú e ao Guayrá” Júlio Nogueira – 1919 (GRUPO 2)	42
2.1.5. “Recordações de viagens ao Alto Paraná”, Arthur Martins Franco – 1904/1905 e 1913 (GRUPO 2)	53
2.1.6. Breves considerações sobre o conjunto dos relatos no contexto do processo de ocupação do oeste paranaense entre os séculos XIX a XX.....	62
2.2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO OESTE PARANAENSE ENTRE AS DÉCADAS DE 1890 E 1940.....	64
3. A EXPANSÃO DA FAZENDA BRITÂNIA: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA INTERDEPENDÊNCIA FRONTEIRIÇA	68
3.1. A EXPANSÃO DA FAZENDA BRITÂNIA: O FIM DA ERA DAS <i>OBRAGES</i>	72
3.2. A EXPANSÃO DA FAZENDA BRITÂNIA: A ERA DAS COMPANHIAS COLONIZADORAS	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

As práticas comerciais e culturais desenvolvidas por grupos sociais e instituições particulares no Oeste do Paraná e, de modo especial, nas múltiplas administrações a que esteve submetida a Fazenda Britânia, principalmente entre as décadas de 1880 a 1940, constituem o objeto de estudo da presente pesquisa. Estas práticas foram observadas a partir de relatos de viagens de excursionistas brasileiros e representam a principal fonte de pesquisa.

Estas narrações indicam que no Oeste do Paraná, na divisa com a Argentina e o Paraguai, estabeleceram-se vínculos tão intensos que fizeram com que as relações de fronteira polarizassem as atividades comerciais e socioculturais em detrimento da capital administrativa do Estado, Curitiba, ou até mesmo do Governo Federal. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, temos o exemplo da extração de madeira e da erva-mate que era fornecida como matéria-prima pelo lado brasileiro e explorada por empresas extrativistas argentinas, não só no território da Fazenda Britânia, mas também em outras regiões do Oeste paranaense. Algumas dessas empresas eram fomentadas pelo capital inglês, a exemplo da própria *Companhia de Maderas Del Alto Paraná*, que controlava a *obrage* Fazenda Britânia, e a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), subsidiária da empresa São Paulo-Rio Grande, controlada pela *Brazil Railway Company*. O lado paraguaio fornecia a mão de obra barata para o desbravamento e extração dessas riquezas.

O capital argentino, a mão de obra paraguaia, a matéria-prima brasileira e uma evidente despreocupação política tanto a nível estadual quanto federal sobre a região Oeste do Paraná, pelo menos até a década de 1930, compõem parte do contexto daqueles últimos cem anos.

O elemento humano representou uma maior intensidade da diversidade de possibilidades de interações culturais, o que veio a definir as bases da territorialidade não só da Fazenda Britânia, mas também da região Oeste paranaense como um todo. Os grupos indígenas, o trabalhador paraguaio e, posteriormente, os migrantes de outros estados brasileiros, principalmente gaúchos e catarinenses, formaram um caldeirão de relações culturais que abrange tanto o lado paraguaio quanto o brasileiro dessa região fronteiriça.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar, por meio de documentação histórica, as práticas econômicas e as relações socioculturais, isto é, como os sujeitos se organizaram nos

termos de uma interdependência em relação à tutela do Estado brasileiro e as relações comerciais existentes, mais especificamente na territorialidade então compreendida como Fazenda Britânia.

Os estudos historiográficos vêm, nos últimos 40 anos, contribuindo substancialmente para a produção de materiais e pesquisas sobre os processos históricos constituintes desta região fronteiriça, como apontam Wachowics (1982), Colodel (1988) e Sperança (1980), dentre outros autores, os quais compõem o referencial teórico desta pesquisa. Deste modo, é pertinente destacar as recentes pesquisas em história social, como as de Schallenberger (2006), que estuda as missões jesuíticas na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai e a fragmentação da territorialidade guarani que perdeu espaço para a imposição dos interesses econômicos e políticos dos segmentos hegemônicos dos estados nacionais na região. Também são relevantes suas pesquisas sobre a imigração e o social-catolicismo alemão como base de uma experiência de organização associativa no sul do Brasil, onde encontramos indícios interessantes sobre a produção do espaço colonial sob a perspectiva da religiosidade (SCHALENBERGER, 2009).

Em Gregory (2012a), observa-se, dentre outras problemáticas, a ascensão e a crise do modelo colonial na fronteira Oeste paranaense devido à mecanização do campo. Como também, antes disso, durante a República Velha, a insistência na constituição da nacionalidade brasileira na disputa pelas fronteiras entre os países da Bacia do Prata, onde predominava um sujeito trabalhador inserido na lógica *obragera* da extração de madeira e erva-mate (2012b). Nesta direção, Myskyw (2011) trabalha com essa tentativa de nacionalização da fronteira pelo lado brasileiro dando ênfase à criação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1888-89, destacando a precariedade do controle fronteiriço. Em geral, os estudos sobre a história social do Oeste paranaense constituem-se em análises sobre processos históricos e em como estes influenciaram na construção do espaço fronteiriço e formaram as bases da atual dinâmica econômica, política e cultural. A sociologia e a antropologia comumente são influenciadas por essas análises para fundamentar bases conceituais sobre noções como “sujeito”, “fronteira”, “identidade” e “território”.

A sociologia insere-se nesta discussão dando ênfase aos processos migratórios e à mobilidade fronteiriça: Albuquerque (2005) e (2010) trata a fronteira brasileira com a Argentina, e principalmente com o Paraguai, como um ponto entre pluralidades, entre o material e o simbólico, visto que o espaço é marcado, não só hoje, mas historicamente por encontros e desencontros de diversos grupos sociais e culturais. Distanciando-se da perspectiva fundacional

identitária da Marcha para Oeste, muitas vezes confundida com a “tese da fronteira” norte-americana de Turner (2010), e estabelece uma análise sobre os processos históricos de imigração entre Paraguai e Brasil como um dos balizadores da formação dessa identidade. Fogel (2008) também não se afasta dessa linha ao pesquisar a tríplice fronteira pela perspectiva paraguaia e extrarregional, enquanto um território controlado e construído por atores sociais não só dos países limítrofes, mas também por imigrantes de outros continentes, como por exemplo, as comunidades árabes muçulmanas ou de países árabes não muçulmanos. Também pesquisou os “brasiguaios” proprietários em território paraguaio.

Sprandel (2000) faz acurada análise de diversos grupos brasileiros ou brasiguaios que imigraram para o Paraguai, não necessariamente proprietários, identificando grupos marginalizados, arrendatários de terras, empregados em empresas agrícolas, contrabandistas, entre outros. Sob uma perspectiva das relações capitalistas na fronteira, Cardin (2016), ao analisar o circuito de sacoleiros entre Paraguai e Brasil, desenvolve uma análise acerca dos limites jurídicos e políticos frente às relações capitalistas entre esses países. Demonstra que a flexibilização entre o legal e o ilegal dá um tom de continuidade ao capital que não reconhece as barreiras do Estado. Sobre estudos de comunidades tradicionais na fronteira, destaca-se Silva (2007) que traz um olhar para a (micro) mobilidade guarani que transpõe os limites políticos territoriais e esforça-se por reproduzir sua territorialidade em meio a uma complexa rede de relações sociais e interesses econômicos que compõe o cenário da tríplice fronteira.

Diferentemente da maioria das pesquisas realizadas nos exemplos referidos anteriormente, esta terá um objeto cujo componente de análise não está acessível de forma direta. Em muitos casos, nas Ciências Sociais, esta barreira é ultrapassada por métodos como entrevistas com sujeitos que conviveram com essa realidade ou tiveram contato com pessoas que participaram do processo. Neste estudo, a entrevista não será um dos métodos utilizados; um dos motivos é a dificuldade de acesso a essas pessoas e outro, a grande quantidade de relatos e pesquisas já produzidos, muito embora não com o mesmo objetivo do presente trabalho, mas com informações detalhadas que suprem grande parte da necessidade de referências.

Basear-nos-emos em alguns documentos que muito embora não sejam inéditos em pesquisas, foram pouco utilizados e de difícil acesso. Esses materiais são relatos de viagens de profissionais liberais, integrantes de expedições de reconhecimento do exército e outros viajantes que navegaram pelo Rio Paraná ou arriscaram-se mata adentro via Guarapuava e acessaram as

primeiras picadas entre as florestas da Fazenda Britânia e região. Algumas dessas narrações tornaram-se livros com poucos números impressos, aos quais tivemos acesso pela Biblioteca Pública do Paraná instalada em Curitiba e pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da América Latina - CEPEDAL - vinculado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Marechal Cândido Rondon e pela Biblioteca Digital *Curt Nimuendaju*. Outra fonte de pesquisa foram projeções cartográficas da Fazenda Britânia entre os anos de 1915 a 1950, viabilizados pela Biblioteca Municipal de Toledo, como também mapas políticos do Paraná entre os anos de 1880 e 1950, disponibilizados pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná – ITCG.

Sabemos que o sociólogo, em essência, não é encarregado de pesquisas sobre o passado, a não ser aquelas que servem para fundamentar uma realidade empírica acessível, seu objeto, isso ao considerar que a realidade e os sujeitos que a manipulam são construções históricas. Contudo, o objeto em questão é hoje um território já desintegrado em milhares de nós e em redes de relações sociais, culturais, econômicas, políticas e técnico-informacionais dialeticamente distintas das que foram nos primórdios do século XX. Há muitas maneiras viáveis para tentar demonstrar como a Fazenda Britânia, na primeira metade do século XX, germinou sob a tutela da fronteira entre Paraguai e Brasil. Entretanto, se quisermos utilizar uma análise que privilegie um social que não é desarticulado do indivíduo, como alerta Norbert Elias (1994, p. 125): “Muitas vezes, é como se as psicologias do indivíduo e da sociedade parecessem duas disciplinas completamente distintas”, é imperativo que apreendamos qual ou quais foram os sujeitos mediadores desta instrumentalização e suas formas de organização em relação às possíveis dimensões do social que os materiais disponíveis e o tempo de pesquisa permitirem analisar. Conforme Noronha e Rocha (2007), a sociologia histórica enquanto uma disciplina que nega etapas universais de processos sociais em favor de análises processuais em campos específicos as quais cada campo se estrutura por uma combinação de situações, eventos e combinações próprias foi a saída epistemológica para este problema.

Nesse sentido, a pesquisa visou compreender o fenômeno da interdependência da Fazenda Britânia em relação à sua fronteira internacional em duas frentes de análise: as práticas comerciais e as práticas culturais. Aquelas são compreendidas enquanto relações de produção e exploração da mão de obra e de recursos naturais, como também relações econômicas supranacionais que envolvem inclusive disputas políticas por território. As práticas culturais constituem o resultado do choque de uma multiplicidade de representações e de encontros entre

grupos distintos, como, paraguaios, argentinos, indígenas, sulistas, nortistas, caboclos, dentre outros.

Nosso marco teórico se estenderá, portanto, por um dos conceitos primordiais para esta pesquisa: *fronteira*, sobre a qual pretendemos discorrer considerações primárias. Pouparemos o leitor de uma passagem sobre a história desse termo na literatura, pois nosso objetivo, como já comentado, é dar contorno às discussões que se seguirão, e uma história da fronteira, se é que ela existe, inflaria desnecessariamente esta discussão, entretanto alguns pontos merecem destaque.

José de Souza Martins (1997) ao publicar *Fronteira¹: a degradação do outro nos confins do humano* – uma das primeiras obras da sociologia histórica brasileira de destaque no trato das questões fronteiriças, levando em consideração o âmbito simbólico² numa dimensão nacional – abriu muitas portas nas Ciências Sociais para o estudo da “fronteira humana”, a qual define como “[...] pontos limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos.” (MARTINS, 1997, p. 13). Tal redefinição de território está ligada intimamente a definição do “outro”, de quem não vive deste lado da fronteira. Neste sentido, a fronteira nos confins do humano também é uma fronteira da distinção entre o selvagem e o civilizado, o dominado e o dominador, o sagrado e o profano. Além disso, Martins (1997) nega tratar a fronteira como estritamente geográfica, o que não significa ignorá-la.

O que levou Martins (1997) a estabelecer essas considerações sobre o conceito de fronteira está ligado à forma como encarou metodologicamente sua pesquisa. Por meio de uma técnica que, em seu livro, chama de “inserção pedagógica” realizada nos grupos estudados em

¹ Os conteúdos propostos por Martins (1997) vão além das simples considerações que feitas nesta introdução, contudo é suficiente para justificar a necessária interdisciplinaridade que vez ou outra estará presente nesta pesquisa. É possível o conceito de fronteira, atualmente, seja mais fácil de ser assimilado pela sociologia devido à quantidade considerável de estudos concluídos nesta área. Entretanto, não é um termo que nasceu da sociologia. Os Estados-nações, os mais diversos territórios, as cidades, Estados, províncias e propriedades das mais diversas categorias são divididas por uma linha simbólica ou concreta que, por muito tempo, a geografia e a história denominaram como fronteira. Mesmo que, posteriormente, ambas viessem a alterar esse conceito e superar a hegemonia das lógicas de linhas zonais e estáticas seguidos então pela filosofia, sociologia, antropologia, linguística, dentre tantas outras áreas que viram na fronteira um campo de pesquisa profícuo. Apropriamo-nos de conceitos, dentro de limites metodológicos claros, para explicar fenômenos que são importantes e essenciais em nossas pesquisas.

² Há trabalhos muito importantes sobre o tema anteriores à obra de Martins (1997), principalmente na antropologia, muito embora tratando a fronteira simbólica em realidades locais como o de Roberto Cardoso de Oliveira (1972) em *O índio no mundo dos brancos*, cuja obra desenvolve o conceito de “fricção interétnica”, ainda hoje muito utilizado pelas Ciências Sociais: “[...] uma totalidade sincrética, ou em outras palavras, enquanto situação de contato entre duas populações dialeticamente unificadas através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes.” (OLIVEIRA, 1972 p. 127).

vários pontos da região amazônica, tece diversas críticas aos estudos que favorecem o discurso do pioneirismo. Estes não atentam para o que ele nomeia de “o aspecto trágico da fronteira”. Para Martins (1997), o discurso do pioneiro é carregado de um “imaginário de poder” ligado às fronteiras de Estados-nação que privilegiam certos grupos ou figuras históricas emblemáticas que teriam conquistado um território vazio demograficamente. Esta imagem pioneira seria então fundamentada nos estudos do historiador Frederick Jackson Turner (2010), principalmente em *The Frontier in American History*, publicado em 1893-94, que deu origem ao que ele denominou de “Tese da Fronteira” criticada por omitir a invasão de territórios indígenas e o genocídio de várias etnias provocados pela expansão territorial dos norte-americanos para o Oeste. A partir deste ponto, o autor identifica duas facetas das frentes de ocupação territorial: a “frente pioneira”, que, resumidamente, é caracterizada pela presença do capital econômico e a “frente de expansão” que se refere a formas de ocupação e às relações territoriais sem a interferência do capital, como por exemplo, os indígenas, em que a dimensão econômica é um fator secundário, terciário e, em alguns casos, até inexistente na totalidade da organização social.

A contribuição de Martins (1997) para a sociologia brasileira, referente ao conceito de “fronteira”, pode ser observada principalmente pela sua ressignificação a partir de uma análise socio-histórica como alternativa ao sentido tradicional (fronteiras rígidas) ainda muito presente no senso comum³. Oferece, assim, novas ferramentas para uma sociologia da fronteira.

Pela importância central em sua análise, a ótica dialética nas relações sociais estende para as fronteiras um marxismo não dogmático ao centralizar seus esforços em locais onde o capital ainda luta para ganhar forma, em detrimento dos grandes centros urbanos. Soto (2016) afirma que pretendeu explicar as contradições da sociedade brasileira pelas “margens” ao chamar a atenção para as relações sociais desempenhadas nos limites do país. Nas palavras de Martins (2010, p. 19): “Venho orientando a minha pesquisa teórica e empírica pelo problema da produção capitalista de relações não capitalistas de produção no marco da reprodução capitalista do capital de origem não capitalista”.

³ Conforme Boa Ventura Santos (2000), o senso comum pode ser analisado do ponto de vista de no mínimo três características básicas: a praticidade, percebida como uma forma mais simples, comum e prática de nos comunicarmos (troca de informações) em grupo; a consciência, observando que ela não segue uma lógica normativa de organização e compreensão de fatos e fenômenos do mundo social e a superficial, por não conseguir explicar outras formas de concepção de fenômenos sociais.

Martins (1997), ao trabalhar o sujeito, mais especificamente o sujeito fronteiriço, abre duas possibilidades de concepção: a primeira, um sujeito ligado ao capital, tendo a totalidade do mundo social mediada por essas relações de capital; a segunda, um sujeito marcado por outras formas de mediações com o mundo social, onde o capital não é o principal mediador. Esta segunda concepção de sujeito fica clara no primeiro capítulo de seu livro ao enfatizar as “fronteiras étnicas”, descrevendo a captura de crianças e mulheres entre tribos e o mesmo fenômeno recorrente com o rapto de indígenas por brancos. Para além de tipificar esta ação como um delito, Martins (1997) observa que esta é uma forma de mediação entre etnias, uma demonstração clara de como o “outro” é reconhecido, tratado, concebido perante o “eu”. Trata-se do rapto como subjugação.

Por outro lado, será necessária uma abordagem sobre as instituições públicas e privadas que emergem da relação de interdependência com a Fronteira pesquisada: Estado-Fronteira - como a criação da colônia militar em Foz do Iguaçu em 1888; Capital-Fronteira - como as instalações *obrageras* argentinas entre o século XIX e início de XX no Oeste paranaense; Estado-Fronteira-Capital - em que se tem o exemplo da concessão de terras do Estado do Paraná, principalmente a partir de 1930, para empresas colonizadoras ocuparem porções destas à Oeste do Paraná, dentre elas a Fazenda Britânia, usada para o empreendimento explorador e colonizador. O elemento fronteiriço torna-se evidente quando observarmos relações comerciais de grande volume entre as colônias e os compradores argentinos e paraguaios para o beneficiamento da madeira, da erva-mate, do café, dentre outras matérias-primas.

Observa-se, portanto, a existência de duas fronteiras: uma fronteira do humano, dos costumes, das crenças, das representações socioculturais, que não estão necessariamente enraizadas em um território específico, mas estão presentes no processo de territorialização, portanto, são fluídas e transferíveis; e outra fronteira, que apesar de historicamente apresentar alterações provindas de contextos políticos e econômicos diversos, é mais rígida, institucionalizada, burocratizada e racional. É o que Milton Santos (2006) definiu como fixos e fluxos. São forças que trabalham separadamente, mas que são interligadas, pois representam a realidade social. Os fixos, simplificarmente, são as igrejas, as prisões, o mercado, as estradas, os barcos. Os fluxos são as ações exercidas sobre os fixos e os sentidos que cada um atribui para eles. O comércio e as relações políticas que ocorrem dentro das fronteiras e, principalmente, fora delas são exercidos por essa dinâmica.

De forma sintética, o presente estudo apresenta num primeiro momento o contexto geral do surgimento da Fazenda Britânia entre os séculos XIX e XX, a partir de duas frentes de análise: a primeira, a partir do discurso do “vazio demográfico” como uma ferramenta política de manipulação de povoamentos; a outra, a partir da perspectiva da desconcentração demográfica em áreas onde o Estado não mais pôde dar conta das demandas sociais e, portanto, promove processos de migração e de colonização com o intuito de promover a integração territorial e o aumento da produção. Pela primeira ferramenta é possível inferir que houve um tácito mecanismo de negar ou diminuir a importância da existência de culturas e sociedades distintas nos locais de ocupação para legitimar o avanço das frentes pioneiras.

No contexto do surgimento da Fazenda Britânia, será exposto, no primeiro capítulo, a trama socio-histórica e o conjunto das relações que os sujeitos sociais travaram no cenário e no espaço delimitado para esta pesquisa. Verificar-se-á uma classificação desses sujeitos em categorias de análises como: “Frentes de expansão”, “Frente demográfica” e “Frentes Pioneiras”, conceitos elaborados por Martins (1997). Ao fazer tais delimitações, é dado a estes personagens um papel de relevância na constituição do processo histórico do Oeste paranaense e da Fazenda Britânia. Pretende-se escapar da ideia de uma descontinuidade histórica do processo de ocupação desta região, com o propósito velado de ocultar atores sociais enquanto elementos constituintes da formação da região.

Num segundo momento, será realizada a apresentação dos relatos dos viajantes, numa amostragem de 5 relatos, dentre os 8 acessíveis e identificados como objeto desta pesquisa. O conteúdo discutido será referente às impressões dos viajantes sobre o Oeste do Paraná sob duas perspectivas: a dos relatos que realizaram durante excursão da região urbana de Guarapuava em direção ao Oeste (em meio à Mata Atlântica por meios de transportes rústicos ou mesmo sem transporte algum); a segunda perspectiva é composta por relatos em que a excursão foi realizada via meios de transportes mais eficientes, como trens ou barcos a vapor e, como será verificado, estas rotas necessariamente passavam por países limítrofes em relação ao Oeste paranaense. Isto demonstrará, na prática, como o acesso às terras oestinas via Paraguai/Argentina foi, pelo menos até a década de 1950, muito mais elaborado do que o acesso pelo lado brasileiro. Além disso, neste capítulo serão expostas as visões e impressões dos excursionistas sobre a supracitada região, as quais indicarão as mazelas e as potencialidades encontradas em suas visitas.

Por fim, no terceiro e último capítulo, o afinilamento histórico e espacial encontra a culminação dos anseios, desejos e necessidades apontadas pelos excursionistas na concretização de um projeto de sociedade que tem seu início na década de 1940. Mas não antes de, como será demonstrado, induzir propositalmente e necessariamente uma abertura socioeconômica para a sua fronteira com Argentina e Paraguai. Sendo esta prática facilitada pelos meios expostos no segundo capítulo, ou seja, pela proximidade entre um mercado emergente de consumo de matérias-primas e *commodities* localizado à Oeste do Rio Paraná e um potencial território com recursos mais que suficientes para suprir esta crescente demanda, à Leste. Por fim, as considerações finais sumarizam esta pesquisa.

1. A CONSTITUIÇÃO DE TERRITORIALIDADES E OS SUJEITOS NO CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA FAZENDA BRITÂNIA

“Fazenda Britânia” foi, primeiramente, o nome dado a uma *Obrage*⁴ localizada no Oeste do Paraná, que teve suas atividades iniciadas em 1905 quando Jorge Schimmelpfeng, adquiriu 250 mil hectares de terras devolutas da companhia inglesa, instalada em Buenos Aires denominada *The Alto Paraná Development Company* LTDA (posteriormente, com medições mais precisas, descobriu-se que na verdade o tamanho das terras chega a 274 mil hectares). Esta empresa, no mesmo ano, a fim de iniciar atividades econômicas extrativistas no local, adquiriu novamente as mesmas terras do Sr. Jorge Schimmelpfeng antes mesmo do pagamento da primeira parcela do valor anteriormente acertado. A sede brasileira, agora a Companhia de Madeira do Alto Paraná S/A. A Fazenda Britânia, também chamada de Empresa São Francisco, teve autorização para iniciar atividades em julho de 1907, tendo sua sede na cidade Argentina de Buenos Aires (GRONDIN, 2007).

Grande parte da Fazenda Britânia era coberta de florestas abundantes em madeira de lei como pinheiros, também se encontrava em abundância ervais nativos que por algumas décadas foi mais extraído e exportado que a própria madeira. Em 1939, por exemplo, foram vendidos 114.316 quilos de erva mate (*Ilex paraguayensis*). Em 1941, 133.316 quilos. Antes desse período a empresa não tinha controle das vendas pois a maior da área parte destinada à extração ervateira estava arrendada (GRONDIN, 2007).

A exploração da erva mate nativa do Oeste paranaense fazia com que o custo de produção da erva brasileira fosse menor e conseqüentemente mais competitivo em relação a erva de “cultivo” argentina naquele mercado, uma vez que o desmonte e a plantação dos ervais interferiam diretamente na rentabilidade final.

⁴ *Obrage* é um termo utilizado para designar um empreendimento extrativista, de madeira principalmente, ao longo de rios ou córregos utilizados para transporte de madeiras. Estas são soltas na água sendo levadas pelo ciclo do rio. No caso da Fazenda Britânia, as madeiras eram soltas a partir do Porto Britânia, principalmente, e eram recebidas geralmente em Posadas, capital da província de Misiones, na Argentina. As *obrages*, no Paraná, também se caracterizam pela extração de erva mate. Destaca-se também o tratamento aos trabalhadores dessas *obrages*, geralmente paraguaios, onde as relações de trabalho com os donos desses empreendimentos eram análogas a relações de trabalho escravo.

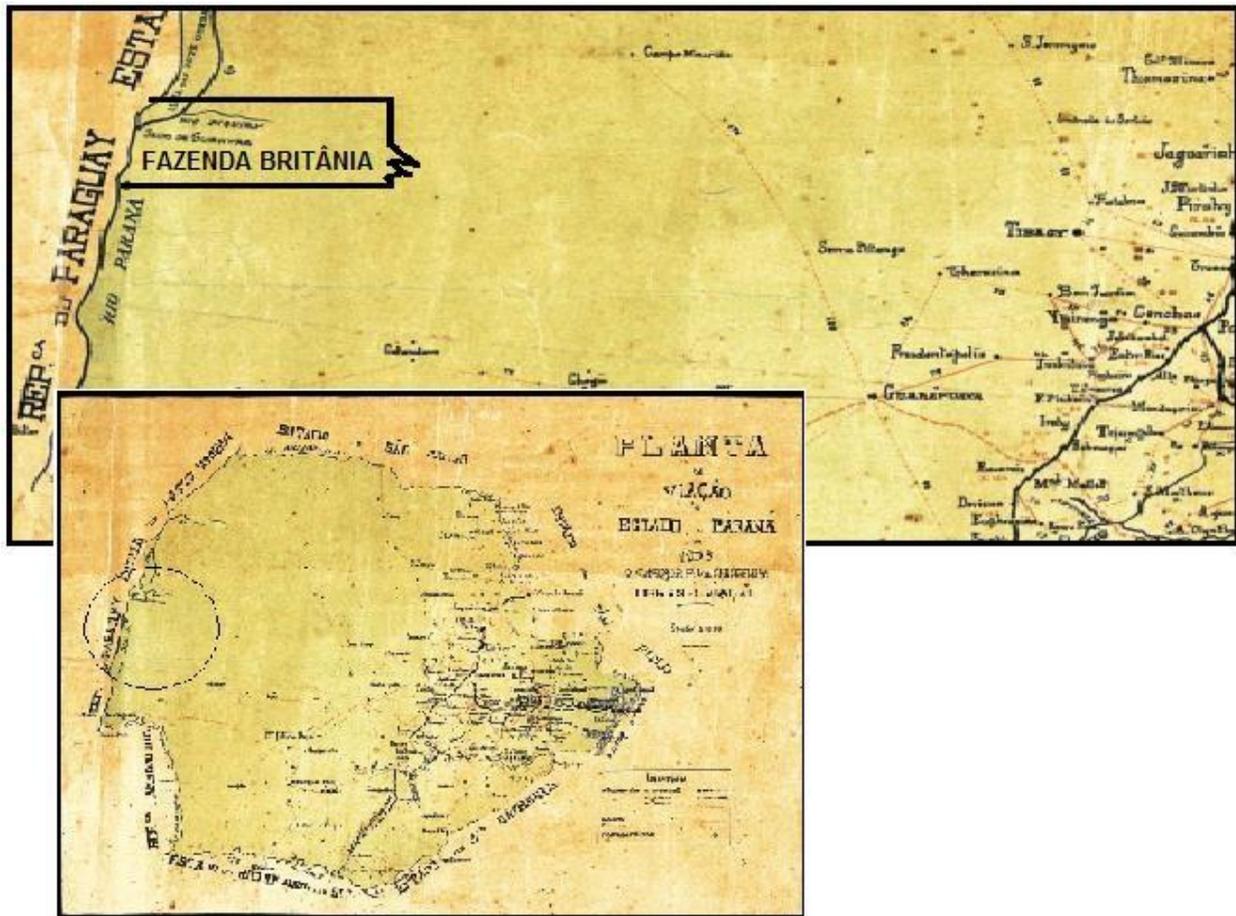
Outro fator era a madeira utilizada no processo de beneficiamento da erva mate: na primeira fase do beneficiamento, após a colheita e o corte, é realizado o “sapeco”, onde de forma rápida se assam os galhos da erva em uma fogueira estreita com troncos de árvores frescos (recém-cortados) que medem entre oito e dez metros de comprimento. Depois de sapecados no fogo, os ramos são retirados dos galhos maiores e ensacados para uma nova secagem na Fase Barbaquá do beneficiamento. Nesta última fase são utilizados cerca de 7 kg de madeira para cada 1 kg de erva a ser beneficiada. Isso indica a grande dependência da importação de madeira na Argentina para o processo de beneficiamento. Já no Oeste paranaense, madeira não era problema, ou seja, outro fator que diminuiu os custos da produção de erva mate na região.

Um terceiro fator que beneficiava o capitalista argentino na extração desta erva mate brasileira era a mão de obra extremamente barata do *mensu*. Este trabalhador, enquanto sujeito dentro de um processo histórico de exploração da terra no Paraná, será aprofundado na sequência do capítulo.

Vale lembrar que o sudeste e leste do Paraná contavam também com grandes produções de erva mate como as cidades de União da Vitória, Antonina, a região do Planalto de Curitiba, São Mateus do Sul, dentre outros. Entretanto, justamente pela dificuldade do acesso à fronteira Oeste com Argentina e Paraguai, sua exportação para esses países era dificultada, já que o custo do transporte era alto principalmente pela distância e dificuldade de acesso à região platina, e quando esses produtos chegavam lá, tinham que competir com as ervas argentinas, consideradas de boa qualidade e as brasileiras do Oeste do estado, de baixo custo.

Conforme a demanda pelos produtos extraídos da Fazenda Britânia aumentava, também aumentava a necessidade de melhorar a logística da cadeia produtiva. Como é possível observar na figura 1, em 1908, a região vinha de um histórico de escassos investimentos públicos e particulares na construção de estradas e ferrovias que fossem capazes de interligar eficazmente o extremo Oeste do Estado à capital paranaense, a outros Estados ou países.

FIGURA 1: Localidade aproximada da obraze Fazenda Britânia em 1908.



Fonte: ITCG (Instituto de terras, cartografia e geologia do Paraná [Adaptado])
 Nota: Mapa datado de 1908 referente a “obras e viação” no Estado do Paraná.

A inexistência de uma logística capaz de estabelecer canais de comercialização da madeira e da erva mate extraídas no Oeste com a capital paranaense fez com que estes produtos fossem absorvidos pelo mercado argentino e paraguaio. Na fronteira Oeste do Paraná, na divisa com o Paraguai, se estabeleceram vínculos muito fortes com o país limítrofe, a tal ponto que as relações socioculturais e econômicas estiveram voltadas fundamentalmente para a fronteira internacional em detrimento das fronteiras internas: paranaense e brasileira.

Para fazer esses produtos chegarem principalmente à Argentina foi construído, na bacia do Rio Paraná, o Porto Britânia, de onde partiam rio abaixo grandes jangadas de toras de madeiras amarradas umas às outras e o embarque da erva mate em embarcações de pequeno e médio porte. Tais embarcações também transportavam pessoas vindas do Paraguai para trabalhar nestes empreendimentos. O sucesso desse comércio hidroviário deu-se muito pelas características

do rio Paraná e de seus afluentes, que em sua maior porção eram calmos, sem grandes curvas e com poucos trechos rochosos nos 190 km de extensão que marcam a divisa do Brasil com Paraguai e Argentina. É importante lembrar que o Rio Paraná também cobre parte dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais com uma extensão total de 619 km (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008).

No contexto das tensões entre os governos Federal e Estadual na década de 1940 que motivou a criação do Território Federal do Iguazu criado em 1943 e extinto em 1946, no Oeste do Paraná e Norte de Santa Catarina, motivado por ineficiência governamental, duas empresas vindas mais ao Sul do Brasil, sendo elas: Empresa Colonizadora e Madeireira do Alto Paraná (MARIPÁ) e Pinho e Terras Ltda., acabaram colonizando e (re)nacionalizando o Oeste paranaense indicando um maior movimento de fixação populacional, primordialmente de imigrantes alemães, italianos e descendentes (GRONDIN, 2007). Em 1951 é fundada a cidade de Toledo, emancipada da cidade de Foz do Iguazu pela Lei nº 790 sancionada pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Kalervo Oberg⁵ (1960, p. 23) ao descrever, na década de 1950, o desenvolvimento do município de Toledo, onde um dia foi a Fazenda Britânia, destaca o discurso do “vazio demográfico”: “Há dez anos, a área que atualmente forma o Município de Toledo, era em grande medida, desabitada.”. O que provocou a ocupação e o desenvolvimento deste território, segundo o autor, teria sido a compra, em 1946, de 290.000 hectares de terra pela Industrial Madeireira Rio Paraná S. A., conhecida como MARIPÁ. Estas terras até então estavam em posse da empresa inglesa com sede em Buenos Aires “Maderas del Alto Paraná”. Empresa que desde o início do século XX vinha utilizando essas terras para a extração de madeira e de erva mate.

Entretanto, ao contrário do que afirma Oberg (1960), o território onde veio a ser instituída a Fazenda Britânia, e posteriormente Toledo e demais cidades remanescentes, não eram desabitadas, nem mesmo 50 anos antes da instituição deste empreendimento na região. Compreende-se que o termo “habitação”, para boa parte dos pesquisadores, até a primeira metade do século XX tinha, principalmente, uma íntima relação com a ideia de “civilização”, o que não

⁵ Foi um antropólogo canadense e, enquanto no Brasil, professor da Escola Livre de Sociologia e Ciência Política, em São Paulo. Faleceu em 1973 em Corvallis, Óregon – EUA. Dentre suas pesquisas está “Toledo, um município da fronteira do Oeste do Paraná”. Onde faz umas das primeiras pesquisas quantitativas sobre o município antes dos seus dez primeiros anos de emancipação.

colocaria nesta conta, por exemplo, formas menos complexas de organizações sociais, como as dos indígenas e, um pouco menos, dos caboclos.

Para entender como se deu a constituição desta ideia de “vazio demográfico” que está intimamente ligada à própria constituição territorial da Fazenda Britânia, é necessário fazer uma pequena retrospectiva histórica das relações sociais, políticas e econômicas sobre os movimentos humanos “civilizados” e “não civilizados”, como também das disputas territoriais que ocorreram nestes domínios.

1.1. O “VAZIO DEMOGRÁFICO” COMO FERRAMENTA DE AÇÃO POLÍTICA

Inicialmente, salientamos que é curioso pensar que existe um padrão colonizador presente nas expansões territoriais do Ocidente: antes de qualquer território Sul-americano tornar-se nação, existiam em todos eles agrupamentos humanos muito bem organizados, que acabamos denominando de indígenas. Para que a ocupação territorial sobre o “ocidente selvagem” fosse concretizada, era necessário que a cosmologia política e cultural fosse uma só em todo o território colonizado; do contrário, a hegemonia portuguesa e espanhola sobre os domínios do sul da América poderia ser questionada. Essa visão e prática política podem ser observadas, também, nas disputas territoriais entre os povos europeus em outras partes do planeta, como na África e na Ásia, onde foram travadas guerras pouco ou muito intensas entre si por extensões de terras, e pelo poder de territorializá-las.

A dominação dos povos conquistados e colonizados foi tanto física quanto cultural e psicológica. Quando resgatamos a discussão do colonialismo, especificamente o caso brasileiro, é impossível não pensar na tortura e na disciplinarização dos corpos de índios e negros, como também de suas mentes e espíritos.

As disputas por território na América do Sul entre Portugal e Espanha já são bem conhecidas e tiveram como legado um longo processo ideológico de negação das populações nativas. A colonização foi uma diligência destrutiva, de negação e submissão do outro pela força, pela intimidação e pela tentativa, por vezes bem-sucedida e outras nem tanto, de conversão de valores morais e religiosos dos autóctones. A degradação do outro foi também uma forma de legitimação de poder.

Na submissão, na degradação e na inferiorização, cria-se a ideia de “vazio”. O vazio significa inexistência, o nada, aquilo precisa ser desbravado e conquistado. É um duplo movimento: constata-se a existência do outro e torna-o, assim como toda sua cosmologia, submisso e inferior, por meio da conquista violenta, física e mental. Depois, sob os cadáveres dos costumes e crenças nativas, ou seja, sobre o “vazio”, o colonizador constrói os alicerces de sua hegemonia.

Na história social do Brasil o “vazio” não diz respeito apenas a um espaço, mas também às territorialidades, às culturas esquecidas ou até então ignoradas e sobrepujadas. Com os ciclos da crise no comércio escravista negreiro, que vez ou outra atingiam as economias mercantis de portugueses e espanhóis nos três séculos anteriores à abolição da escravatura, se obrigavam, de tempos em tempos, a escravizar índios. A partir do século XIX, a problemática indígena deixa de ser estritamente uma questão de mão de obra: a pressão para transição dos países europeus de economia mercantilista para uma economia estritamente capitalista acabou, com o tempo, tornando a comercialização de escravos ou a prática escravocrata um mau negócio. Exemplo disso é que um dos países mais bem desenvolvidos economicamente da Europa no século XIX, a Inglaterra, obrigou, por meio de sanções comerciais a países que quisessem comercializar produtos ingleses ou vender para o mercado inglês, que abolissem qualquer relação com o mercado escravo. Países continentais como o Brasil, por exemplo, tiveram que recorrer ao incentivo da prática emigratória para ocupação e exploração de terras – muito embora seja notório que mesmo após a abolição da prática escravista prevista em lei (em 1888), ela não deixou de existir. Logo, a questão indígena passa a ser uma questão de comércio de terras e não mais essencialmente de mão de obra (CUNHA, 1992).

Ora, para que é necessário colonizar aquilo que já está ocupado, habitado, territorializado? Foi preciso inculcar, na imagética social, elementos de um país com grandes quantidades de terras sem gente, sem nome e sem cultura, o chamado “vazio demográfico”, que é um discurso político, uma ferramenta, que tem a capacidade de regular o povoamento de territórios de acordo com as demandas socioeconômicas das elites governantes. No Brasil a recorrência a este discurso se deu em diferentes períodos históricos, como, por exemplo, na Marcha para Oeste com Getúlio Vargas, na construção de Brasília com Juscelino Kubitschek e, dentre outros, na ocupação da Amazônia mais enfaticamente no período militar da segunda metade do século passado.

Um dos pioneiros da expressão “vazio demográfico”, Frederick Jackson Turner, ao utilizar o termo “wildness” em 1893, na obra original: “*The significance of frontier in american history and other essays*”, designou estes lugares como desabitados ou, no máximo, com vestígios de pessoas que em algum momento estiveram naqueles locais. Locais estes que gradualmente foram introduzidos na lógica econômica social e cultural norte-americana. Isso não significa que Turner não sabia da existência da grande quantidade e variedade cultural de nativos à Oeste, mas sim que ele considerava a presença indígena como parte constitutiva do mundo selvagem e natural, que, mesmo indiretamente, no mínimo desqualificava os agrupamentos humanos ali existentes em relação àqueles integrados na vida social, cultural e econômica estadunidense (TURNER, 2010).

A Marcha para Oeste “à brasileira” procurou elementos muito parecidos com a que ocorreu nos Estados Unidos. Utilizarei a experiência brasileira deste evento como exemplo, pois tem uma relação direta com o objeto central desta pesquisa.

A Marcha para o Oeste, ocorrida no Brasil, poder ser vista a partir da ótica de um processo migratório, porém não na perspectiva de um processo espontâneo. Ela objetivou atender aos interesses dos segmentos política e intelectualmente dominantes da época, ao tempo que se aproveitou de necessidades intrínsecas dos grupos sociais em busca de novos espaços para a constituição de novas territorialidades. Foi uma investidura macro política e, ao mesmo tempo, economicista, se analisado em um amplo contexto, que almejava a estabilidade econômica em tempos de crise mundial (a partir de 1929); enquanto macro política pretendia objetivamente resolver a questão da Segurança Nacional, pois com a ocupação de regiões de fronteira intencionava salvaguardar as riquezas naturais de possíveis imigrações populacionais de países vizinhos que perigavam redesenhar as fronteiras nacionais (PINHEIRO, 1995). Por outro lado, o que se mostrava para o povo, que agora passa a ser caracterizada como “nação”, era a ideia da necessidade de uma unidade territorial e do sentimento de pertencimento, de brasilidade. De acordo com Lopes (2004, p. 1):

Tratava-se, pois, de uma propaganda impregnada de sentimento nacionalista, na qual os intelectuais ajustados com as ideias do governo tratavam com ideologia e simbolismo os programas do governo, inspirando assim, com a Marcha para Oeste, um novo bandeirantismo para as longínquas regiões a serem ocupadas.

Nesse sentido, para conquistar o Oeste havia a necessidade de antes conquistar a população e convencê-la de que ela e as futuras gerações seriam as principais beneficiadas desse projeto. Como incentivo, o governo deu acesso a crédito fácil para quem decidiu comprar terras no interior e facilitou o acesso à posse de terras devolutas às empresas colonizadoras efetivando a parceria público-privada (PINHEIRO, 1995).

Leandro Araújo Crestani (p. 93 e 94, 2019) se refere assim ao processo de ocupação e colonização da fronteira Oeste paranaense (Brasil) com a região de Misiones (Argentina): “[...]é possível afirmar que a ideia de um *vazio demográfico*, argumento muito presente na documentação oficial, não passou de uma estratégia para legitimação da ocupação das terras da fronteira por parte dos Estados nacionais”.

Ainda, ao questionar o discurso do *vazio demográfico* no Oeste do Paraná, Crestani (2019), em sua análise sobre o processo de ocupação na fronteira entre Argentina e Brasil, no recorte temporal de 1881 a 1930, destaca cinco períodos da ocupação dessa fronteira: a *etapa cultural*, com destaque para a catequização indígena e a instalação de escolas de língua portuguesa e espanhola; a *etapa demográfica*, representando a fixação de povoados, a vinda de imigrantes europeus e de regiões diversas do Brasil, compartilhando território com indígenas e caboclos já fixados; a *etapa econômica*, indicando a era das *obrages*, no caso brasileiro, com a exploração da erva mate e da madeira e do desenvolvimento de atividades pastoris; a *etapa político-administrativa* com a instalação de núcleos coloniais, que foi determinante para a construção de estradas e efetivação de planos para instalações dos primeiros meios de comunicação e a introdução de instituições públicas; a *etapa militar* com a criação de colônias militares é um bom exemplo de como o Estado tentou delimitar e defender, mesmo que precariamente suas divisas do avanço demográfico estrangeiro. Estas formas de ocupação são possíveis de serem constatadas por esforços de pesquisadores e viajantes que desde o século XVII se aventuraram sobre esse território e registraram suas impressões sobre a natureza e a vida social que encontravam pelo caminho.

O processo teve, em grande medida, sucesso também em razão das necessidades dos colonos imigrantes euro-brasileiros em conseguir terra para criar uma base de sustentação e de reprodução cultural sem embates com o latifúndio, principalmente com o pecuarista do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O manejo da terra entre os teutos e ítalo-brasileiros era desenvolvido a partir da força de trabalho familiar, voltado para a produção diversificada que

pudesse dar conta das necessidades essenciais das famílias e atendesse as demandas das comunidades. As comunidades representavam um elo societário importante, uma vez que elas se constituíam no espaço próprio para a demonstração da cultura, para a recriação cultural e a comunhão de vivências e experiências. As promessas de que no Paraná os colonos teriam autonomia para desenvolverem sua cultura e seus sistemas de produção foram um grande atrativo para essa migração.

Em relação à colonização das terras interioranas e mais especificamente ao colono, Backheuser (1926) afirma que o imigrante europeu, principalmente os do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) são exemplos da fórmula de sucesso colonizatório. Estes devem ser levados em consideração pela: “[...] capacidade de trabalho da população local e a utilização de um sistema de pequenas lavouras e pequenas indústrias.” (BACKHEUSER, 1926, p. 28). A partir desta ótica tentou-se criar um tipo ideal do colono moderno brasileiro calcado na cultura e nas técnicas de plantio de imigrantes ou descendentes europeus, buscando assim desvincular a figura do pequeno proprietário rural dos “Jecas”, figura simplória sem ambição ou perspectivas (PINHEIRO, 1995).

Em discurso proferido em Guaíra, na época da consolidação do Território Federal do Iguazu (Foz do Iguazu, Clevelândia, Iguazu, Mangueirinha e Chapecó), o então presidente Getúlio Vargas, justificou a necessidade da “Marcha para Oeste”, destacou:

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a ideia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a direta administração do Governo Federal. Era essa uma antiga aspiração política de evidente alcance patriótico, principalmente dos militares que possuem aguda sensibilidade em relação aos assuntos capazes de afetar a integridade da Pátria e o sentido mais objetivo dos problemas atinentes à defesa nacional. A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colindantes [*sic*] e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa de organização e desenvolvimento desses Territórios resume-se em poucas palavras: sanear, educar, povoar [...] eis a finalidade da criação dos Territórios Nacionais. A história dos povos está ligada à sua geografia. Segundo a distinção dos sociólogos, a geografia estuda a organização dos povos em sua forma estática e a geopolítica a dinâmica de sua evolução. É o destino dos povos plasmado pela energia criadora dos homens. E a nossa “Marcha para Oeste” significa precisamente uma das formas de manifestação desse destino. (VARGAS *apud* LOPES, 2004, p. 1).

Conforme Lopes (2004), a criação do Território Federal do Iguazu, em 1943, como também outros formados neste período, significaram a continuidade das políticas que envolviam o ideal da “Marcha para Oeste”. A ocupação do Oeste e do Sudoeste paranaense e do Oeste

catarinense significava, em especial, o preenchimento de “vazios demográficos”, objetivando a segurança nas fronteiras, para impedir o comprometimento destas em seu aspecto geográfico, territorial e econômico e para promover a integração cultural, diga-se nacional.

De acordo com Priori et al. (2012), não houve facilidades neste projeto, uma vez que na região, até 1930, persistiam *obrages*⁶ argentinas e paraguaias dedicadas à prática da extração de erva mate e que ocupavam grande parte do território oeste. A população girava em torno de 10.000 pessoas com muita pouca incidência de brasileiros, e mesmo dentro do território nacional, em toda a região a principal moeda circulante circulada era o peso argentino.

Os donos das *obrages* adquiririam a concessão dessas terras diretamente do governo paranaense e algumas ocupavam esses espaços de forma ilegal. A partir da década de 1920 a erva mate brasileira passou a perder valor de mercado principalmente na Argentina, iniciando a crise dessa exploração por estrangeiros no Brasil. Na década seguinte o governo paranaense baixou decretos, como o nº 300, de 1930, com o objetivo de se apossar novamente dessas terras. Entre 1931 e 1935 o governo baixou decretos que permitiram a venda de terras devolutas, recuperadas das *obrages*, para colonizadoras. Neste momento abriu-se espaço para o ideal colonizador que almejava (PRIORI et al., 2012).

Santos (1993, p. 29-30) infere que colonizar é: “[...] promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais.”. Nesse sentido, a ocupação desses “vazios demográficos” foi realizada por meio de projetos coloniais planejados pelo governo federal em articulação com empreendimentos privados, estimulando a vinda de colonos descendentes dos imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos, para a fixação da fronteira. O papel dos estados e municípios era o de prover e direcionar toda a logística possível para favorecer o processo colonizador, auxiliando no desbravamento de áreas despovoadas estimulando assim uma maior mobilidade para a instalação das colônias e de suas respectivas colonizadoras.

⁶ Muito embora a intensificação da colonização e ocupação dos supostos “vazios demográficos” das porções de terras na fronteira paranaense tenha se dado após a segunda metade do século XX, relações mercadológicas e de trabalho já ocorriam desde o início do século XIX na exploração de madeira e erva mate, estes sistemas produtivos eram chamados de *obrages*. De forma clandestina, empresas extrativistas, de maioria argentina, e com uma mão de obra extremamente barata de trabalhadores paraguaios, ou *mensus*, lucraram durante dezenas de anos com o contrabando de produtos primários (COLODEL, 1988). A ausência de redes viárias de transporte ou portos comerciais na fronteira paranaense não foi empecilho para esse tipo de contrabando, na realidade, as condições eram extremamente precárias, e ao mesmo tempo muito lucrativas para os capitalistas.

Coincidentemente, o desejo da “conquista do Oeste”, em nosso caso, o Oeste paranaense, veio de encontro a um momento de crise que se arrastava desde o século XIX entre os sujeitos que vieram a se tornar, a partir da primeira metade do século XX, personagens principais de uma peculiar forma de organização social, cultural e econômica: os imigrantes e descendentes de imigrantes alemães e italianos de que trataremos nos próximos tópicos.

Antes de prosseguir, é essencial fazer um breve recorte identitário dos sujeitos que protagonizaram o histórico de ocupação do Oeste do Paraná e conseqüentemente do imenso perímetro fixado pela Fazenda Britânia.

12. OS SUJEITOS NO PROCESSO EXPANSIONISTA E PIONEIRISTA

Empregaremos os conceitos referentes às frentes de expansão e às frentes pioneiras desenvolvidos por José de Souza Martins para enquadrar os sujeitos do processo de ocupação do Oeste paranaense. Utilizarei tais conceitos por entender que sua aplicação social é didática, sobretudo em relação à organização dos numerosos agrupamentos socioculturais presentes na configuração das relações sociais desenvolvidas na fronteira. O potencial conceitual que essas expressões carregam tem fundamentando análises de importantes trabalhos sobre o tema como: a formação da fronteira agrícola na Bahia (SANTOS; SANO, 2015); a estrutura agrária transamazônica na década de 1960 (VELHO, 2009); e, a relação entre frente pioneira e frente de expansão desenvolvida pelo próprio Martins (1997), delineando assuntos como escravidão e trabalho infantil e diversos outros conflitos sociais que estão presentes na vida social agrária e urbana brasileira.

“Frentes de expansão” é um conceito originalmente elaborado pelo antropólogo Darcy Ribeiro como forma de identificar os “limites da civilização”, ou, de forma correlata, “fronteiras da civilização” que em Martins é utilizado para designar as relações sociais que não são mediadas pela produção mercadológica. Isso significa que o manejo da terra não tem como fim o empreendimento econômico para acumulação de riquezas nem mesmo a terra tem valor de mercadoria. Neste sentido, a fronteira de expansão é localizada entre a fronteira demográfica – esta que faz referência a contingentes civilizatórios, que diferentemente da fronteira econômica, não traz consigo características inovadoras, e de desenvolvimento tecnológico nem de

modernização dos meios de produção – e a fronteira econômica, que, aí sim, traz elementos do sistema capitalista de ocupação e uso da terra.

Diametralmente opostas às demográficas, as “frentes pioneiras” são caracterizadas por empreendimento econômicos, inerentes às sociedades essencialmente capitalistas:

Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. [...] A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza (MARTINS, p. 46, 1975).

Martins (1975) defende que a natureza da relação entre as frentes faz com que estas sempre estejam em movimento tornando as fronteiras entre essas categorias muito dinâmicas. As *frentes pioneiras* nunca são estáticas, pois a natureza do capitalismo exige reprodução e expansão das forças produtivas, o que necessariamente impõe um avanço sobre as *frentes de expansão* que, quando não se integram a essa lógica, precisam se reinventar socialmente, culturalmente e territorialmente, expandindo suas fronteiras.

Um dos exemplos mais claros dessa dinâmica no Oeste paranaense é a histórica e interminável desintegração da territorialidade Guarani, enquanto sistema simbólico de organização social, pelas forças de expansão pioneira, que é um fenômeno já bem registrado na historiografia e que mantém seus resquícios na atualidade sobre o que restou desse povo. Para Schalenberger e Arantes (2014, p. 14):

A terra para os índios não significa simplesmente uma unidade de produção agrícola, seja para a subsistência ou para o mercado, ela é, antes de tudo, um território repleto e prenhe de símbolos e significados que sustentam a sua cultura, seus usos, seus costumes e suas práticas de produção e reprodução da vida.

A fixação de outras formas de organização sociocultural após a conquista ibérica desse território atingiu com força a relação do Guarani com a terra, que vê na territorialidade uma forma de representação de si mesmo fundamentado em um histórico de relações com a natureza (relações socioambientais) e com outras tribos, aliadas ou inimigas, que a partir da interferência europeia, seja pelas missões jesuíticas na tentativa de civilizar pela via espiritual, pelo bandeirantismo por meio da captura de índios para fins escravistas, por empreendimentos políticos como a Marcha para Oeste ou comerciais como os ciclos da erva mate e da madeira e posteriormente as ações das Companhias Colonizadoras, os guaranis tiveram seu espaço físico reduzido e sua territorialidade (simbólica) fragmentada, a exemplo do que já ocorria desde o

século XVII: “No Guairá, a fundação dos povoados espanhóis de Ontiveros, Cidade Real do Guairá e Vila Rica do Espírito Santo moveu-se no sentido de buscar a expansão e ocupação territorial em base à integração do potencial humano aí existente ao sistema colonial” (GREGORY; SCHALLENBERGER, p. 67, 2008).

Os Guaranis tiveram/tem duas opções: a integração a uma nova ordem sociocultural ou a formação de novas frentes de expansão geograficamente periférica aos domínios das frentes pioneiras que há muito já representam, no caso paranaense, as *fronteiras agrícolas* do Brasil a Leste e do Paraguai e Argentina a Oeste.

A história dos Guarani no Oeste paranaense na primeira metade do século XX não foi bem documentada já que os órgãos responsáveis por fazer o levantamento de dados e acompanhamento dos movimentos dos agrupamentos indígenas, como o Serviço de Proteção ao Índio – SPI criado em 1910 declarava a inexistência de qualquer indígena naquele espaço até a década de 1960 quando da sua extinção, dando lugar à Fundação Nacional do Índio – FUNAI em 1967.

Entretanto, historiadores e antropólogos nos finais do século XX apontavam a existência desses grupos no já início do século, podendo inclusive demonstrar os movimentos migratórios que faziam dentro do território que eles entendiam/entendem ser o perímetro pertencente à nação Guarani. Como exemplo, foi demonstrado que os Guarani *Ñhandeva* perfizeram o percurso do Rio Iguaçu até a atual cidade de Guaíra entre as décadas de 1940 e 1960, sem poder obter uma fixação em nenhum dos espaços percorridos devido a intensificação da presença dos colonos, ou melhor, da frente pioneira (RIBEIRO, 2000).

Ao analisar atentamente a historiografia do Oeste paranaense, referente à primeira metade do século XX – recorte temporal na qual se enquadra a constituição da Fazenda Britânia enquanto empreendimento econômico de caráter extrativista/colonizador – observa-se que os grupos indígenas estão presentes em registros oficiais como informantes na condução de caravanas de exploração, guias ou mesmo como trabalhadores braçais com baixa ou nenhuma remuneração, funcionalidades não muito diferentes observadas nos séculos anteriores na mesma região. Para além desse delineamento histórico, é possível perceber, até os dias de hoje, ricas referências guaraníticas em nomes de cidades, rios, córregos, portos e até empresas e marcas de produtos.

Não enquadrados nas frentes pioneiras ou nas frentes de expansão, os caboclos e posseiros, originários de famílias oriundas de estados mais ao norte do Paraná e, em algumas

situações, também dos estados sulinos e do litoral do Paraná, buscavam, fugindo de conflitos agrários, trabalho e terras para o cultivo. São considerados por muitos como fundadores da pequena propriedade rural no Paraná.

Há, no entanto, uma segunda grande leva de posseiros constituídos de dissidentes das *obrages* argentinas e brasileiras instaladas no Oeste paranaense entre os séculos XIX e início do XX; são pessoas em sua maioria constituída de trabalhadores paraguaios, na historiografia são denominados como *mensus*: como já descritos, eram trabalhadores em que estabeleciam relações de trabalho com os donos das *obragens* de forma análoga à escravidão.

O *mensu* – chamado assim por receber uma quantia fixa de dinheiro ou crédito, por mês – é uma designação genérica para o trabalhador das *obrages* que tem seu sentido etimológico estritamente ligado ao modo de produção daqueles estabelecimentos. Este esconde uma pluralidade de possibilidades interativas entre indivíduos com objetivos variados e diferenciadas formas de expressão cultural, constituindo também relações simbólicas igualmente importantes em meio às enormes pressões do sistema econômico.

Um exemplo prático sobre os *aspectos simbólicos* desse território está justamente na língua: existe um romance regionalista icônico intitulado “*Selva Trágica*”, escrito pelo historiador e roteirista Hernâni Donato (1956), que, apesar de muito referenciado na literatura, infelizmente não é muito utilizado como referência para estudos pós-coloniais em ciências humanas, nem mesmo em indicações de pesquisas sobre a exploração de erva mate. O romance, partindo do contexto da exploração da erva mate na fronteira entre o atual Mato Grosso do Sul e Paraguai no início do século XX, descreve as práticas cotidianas desses trabalhadores, seja durante o trabalho ou em seu curto período de descanso. Dentre os diversos aspectos apontados, que vão além da prática laboral, a língua enquanto prática de resistência é uma das características descritas. Segundo o escritor, era possível perceber uma heterogeneidade linguística nos campos de erva.

Os trabalhadores paraguaios mantinham entre si uma comunicação, em grande medida expressa em *castellano* e com mesclas ou variações em guarani. Um comportamento que indicava rejeição ao propósito de uma prática dominante de linguagem de afirmação de uma identidade. Isso possibilitava uma troca de informações que dificilmente era compreensível para quem tinha como língua materna apenas o português ou apenas o espanhol, que era o caso da maioria dos capatazes responsáveis por grande parte da organização das *obrages*. Donato (1956) descreve o significado de muitas dessas palavras e expressões utilizadas pelos *mensus*, como

carai: Velho/Conselheiro; *tapêhaciendae tapê-poi*: “a primeira sendo traduzida por caminho-mestre do erval, e a segunda por trilhos que cortam este caminho mestre em todas as direções.” (SOARES, p. 219, 2016).

Os campos ervateiros, enquanto território de exploração econômica e exposição dos trabalhadores a condições degradantes de trabalho também representam um território produtor de identidades e de símbolos; neste caso ligado à resistência linguística. Isso demonstra que as relações funcionais da produção territorial interferem, mas não determinam a produção de todas as dimensões de um território.

A resistência histórica da língua guarani na fronteira entre Brasil e Paraguai resulta em nossos dias em uma fonte inestimável de pesquisa nas ciências humanas, pois levanta debates sobre questões identitárias relacionadas à educação (ensino-aprendizagem), ao comércio, ao tratamento da língua em repartições públicas e em sujeitos que inseridos nos atuais sistemas produtivos precisam lidar com essa diversidade linguística e identitária em uma região fronteiriça (ALBUQUERQUE, 2006).

É pertinente sublinhar que para qualquer organização social, a linguagem, enquanto abordagem simbólica constitui apenas uma parte daquilo que poderíamos entender como aspectos simbólicos de um território. No caso do *mensu*, abrem-se horizontes para novos problemas e abordagens que sugerem outras pesquisas para aprofundar a análise sobre outras facetas desse processo; muitos desses trabalhadores eram trazidos do Paraguai, porém muitos outros nasceram de famílias paraguaias já radicadas no território explorado, o que permitiria, de um ponto de vista científico, explorar a constituição de territórios em termos geracionais, inclusive.

A exploração de riquezas naturais nessa região passou por muitas modificações no âmbito legal, principalmente a partir do início do século XX, quando entraram em vigor as primeiras leis mais rígidas relacionadas à inibição da exploração da região por estrangeiros, temendo-se a perda de território político para os países limítrofes (Paraguai e Argentina) (COLODEL, 1988).

O *mensu*, inserido em uma situação onde sua relação tanto com o Estado brasileiro ou com o paraguaio era praticamente inexistente em seu cotidiano, passou muitas décadas sem nenhum tipo de proteção e totalmente exposto aos ditames desse tipo de mercado selvagem. Entretanto, foi pela via estatal que sua relação com o território foi alterada, quando, por exemplo, na década de 1930 o governo paranaense baixou decretos, como o nº 300, com o objetivo de se apossar novamente dessas terras que estavam em mão de *obrageros* argentinos. E entre 1931 e

1935 o governo baixou outros decretos que permitiram a venda de terras devolutas, recuperadas dessas *obrages*, para colonizadoras (PRIORI et al., 2012). Alguns grupos desses trabalhadores, após o fim da exploração intensiva da erva mate pelas empresas argentinas retornaram para o Paraguai e outros se dispersaram pelo Oeste paranaense tornando-se posseiros e/ou constituindo pequenas vilas rurais (COLODEL, 1988).

A execução desses decretos alterou a forma como os *mensus* lidavam com a produção de territórios que até então estava muito atrelada ao sistema de produção das *obrages*. Podemos pensar nisso assertivamente como parte dos *aspectos* funcionais da produção do território. Ao entrarmos em contato com a historiografia que trata das relações sociais e produtivas que se desencadearam nos períodos áureos da extração da erva mate no sul e centro-oeste brasileiro, por mais que tentemos buscar os aspectos simbólicos da vida desses trabalhadores, perceberemos apenas relações sociais bem sutis do cotidiano em detrimento de outros territórios nesse mesmo período.

Um dos grandes vertedouros desses posseiros surgiu após o fim da Concessão de terras da *Obrage* de Miguel Matte em 1925 que era localizada na atual cidade de São Miguel do Iguaçu. Quando os decretos do governo brasileiro daquela época passaram a exigir dos concessionários projetos de colonização em detrimento das atividades exclusivamente extrativistas agravadas pela crise do ciclo da erva mate, muitos *obrageros* resolveram devolver as terras em vez de projetar uma colonização, que geralmente é um empreendimento complexo. Na década de 1950 Alberto e Luiz Dalcanale Filho compraram essas terras e Alfredo Paschoal Ruaro foi encarregado como colonizador, pois já tinha experiência na colonização da então cidade de Toledo. São Miguel do Iguaçu foi emancipado enquanto município em 1961.

Como já referido, os posseiros sobreviviam da pequena propriedade. Com uma produção basicamente voltada para a subsistência, quando não formavam pequenas vilas, viviam parcialmente isolados. Com a chegada das empresas colonizadoras, alguns grupos passaram a fornecer mão de obra para essas empresas, é o caso do acampamento junto ao Arroio Toledo chamado de “Sede Toledo”, o que inicialmente demonstrava que a intenção nos primeiros anos da Companhia Madeireira del Alto Paraná – MARIPÁ, com sede principal em Porto Britânia, não era o desenvolvimento de uma cidade. Quando surgiu a ideia da construção de uma vila na “Sede Toledo” (Arroio Toledo), os posseiros paraguaios foram empregados na derrubada de matas para formação de picadas e no beneficiamento da madeira, por exemplo. O Oeste do Paraná foi muito

marcado por disputas de terras entre colonizadoras, madeireiras e posseiros, entretanto, no perímetro que constituía a Fazenda Britânia houve poucos registros destes imbróglis (TOLEDO, 2017).

Dentre os conflitos registrados, está nosso trabalho de conclusão de curso, defendido em 2017, sobre disputas por terra no núcleo de São Pedro (atual município de São Pedro do Iguaçu, desde 1970), que até a década de 1960 fazia parte da então já emancipada Toledo. O trabalho foi baseado em registros de autos de processos arquivados e disponibilizados pelo Fórum de Toledo à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE para fins de pesquisas. Por estes ficaram demonstrados os mecanismos ilegais que os fazendeiros e madeireiros utilizavam, entre as décadas de 1960 e 1970, para expulsar posseiros das terras pretendidas, sendo a maior parte delas terras devolutas do Estado do Paraná (SANTOS, 2017).

Os posseiros representam, portanto, uma parte importante da história da constituição da territorialidade da Fazenda Britânia e de toda fronteira Oeste paranaense. Como sujeitos pouco integrados à dinâmica das relações produtivas do capital, não deixaram, no entanto, de conhecer como essa dinâmica funcionava, uma vez que na prática suas vidas foram dramaticamente alteradas por conta dessas mesmas forças do capital e posteriormente a elas integradas.

Enquanto sujeito da *frente pioneira* podemos enquadrar em grande medida o colono de descendência alemã e italiana. Não se pode dizer que são sujeitos integralmente pioneiros, pois há elementos humanos dessa mesma origem étnica que se tornaram posseiros devido a uma complexidade de fatores, desde a pobreza e fome no extremo sul, devido a guerras civis, até a sobrecarga de tributos sobre a produção, fatores já mencionados neste capítulo. Esses e outros fatores determinaram a tentativa de fuga desses imigrantes e seus descendentes, integrando-os às *frentes demográficas* da região de fronteira aqui estudadas décadas antes dos empreendimentos colonizadores. Não é incomum observar em estudos relatos de posseiros de descendência italiana, polonesa, alemã e até japonesa.

O colono que integrou essa *frente pioneira*, especialmente o colono de origem ou descendência alemã e italiana, que representou o maior contingente humano da Fazenda Britânia, pelo menos nas primeiras décadas, se tornou o modelador do território e o sujeito da organização socioprodutiva da fronteira colonizada. Na visão de Schallenberger e Arantes (2014, p. 7), a terra passou a representar para os colonos:

[...] o lugar da produção e da reprodução da vida, onde as relações familiares, vicinais e comunitárias assumem sentido concreto e alimentam os sonhos, as relações e os sentidos que são construídos a partir das vivências do cotidiano. A terra é um lugar de acolhimento, de utopias e, também, de frustrações e sofrimentos.

As experiências de colonização, no século XIX e no início do século XX, dos imigrantes teutos e ítalos no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e já em algumas cidades do Paraná à Leste, demonstram uma forma de organização socioeconômica alternativa ao latifúndio pecuarista. Fixados em pequenas propriedades, mormente nas regiões das matas e próximos a rios e cursos d'água, que serviam para o abastecimento das propriedades e facilitavam circulação de mercadorias e bens produzidos. A diversidade de cultivo só era possível por meio do conhecimento de técnicas acuradas de manuseio dos diferentes cultivares, bem como do solo e do clima.

As empresas Colonizadoras também entram como sujeitos da frente pioneira, pois configuraram a fonte do capital de investimento e fomento do planejamento da empreitada e o Estado como agente regulador e legitimador destas ações.

Foi importante apresentar esses sujeitos, mesmo que de forma breve, antes da análise dos relatos de viagens, já que durante a apresentação dos relatos, mapas e documentos vez ou outra terão esses sujeitos mencionados. Em alguns momentos oportunos aprofundaremos as discussões inicialmente levantadas neste primeiro capítulo sobre alguns desses agentes. Entretanto sempre com o objetivo de complementar a pesquisa e não como forma de definição histórica e social do sujeito.

2. APRESENTAÇÃO DOS RELATOS DE VIAGENS NO CONTEXTO DO OESTE DO PARANÁ

Neste segundo capítulo, será realizada uma breve apresentação dos relatos de viagens enquanto serão destacadas as observações dos viajantes sobre o conjunto da formação da região Oeste. O objetivo é introduzir algumas questões e olhares específicos trazidos por cada viajante ao mesmo tempo em que oportunamente o material de pesquisa é apresentado. Isto significa que, antes de voltar o foco para a Fazenda Britânia, realizaremos a análise sobre o Oeste paranaense, já que nosso objeto de estudo é parte constitutiva desta região e a formação histórica da Fazenda está atrelada à formação histórica de todo o Oeste do Estado.

Foram selecionados 5 relatos oriundos de 6 viagens realizadas entre os anos de 1886 e 1920 ao Rio Paraná, à Foz do Iguaçu e/ou às cidades Argentinas como Posadas e com menor frequência, passagens pelo Paraguai. O objetivo deste capítulo é demonstrar, inicialmente, como a região Oeste paranaense, na perspectiva social e econômica, foi constituída a partir de relações fronteiriças com esses países limítrofes.

No quadro abaixo demonstra informações técnicas sobre as obras onde constam esses relatos. A disposição dos dados segue a ordem alfabética dos autores:

QUADRO 1 – Dados técnicos sobre os relatos de viagens acessadas durante a pesquisa

Nº	AUTOR/EXCURSIONISTA	TÍTULO ORIGINAL DA OBRA	ANO REALIZAÇÃO DA EXCURSÃO	ANO DA PUBLICAÇÃO
1.	Arthur Martins Franco	“Recordações de Viagens ao Alto Paraná”	1904/1905 – 1913	1973
2.	Domingos Virgílio Nascimento	“Pela Fronteira”	1903	1903
3.	José Cândido da Silva Muricy	“Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuáva à Colonia de Foz do Iguassú em novembro de 1892”	1892	1896
4.	José Francisco Thomaz do Nascimento	“Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e as relações que teve com os índios coroados mais bravios daqueles lugares”	1885	1886
5.	Júlio Nogueira	“Do Rio Iguassú e ao Guayrá”	1919	1920

Fonte: elaboração própria.

Nosso acesso a essas obras só foi possível pela disponibilidade do professor/pesquisador e hoje Dr. Leandro de A. Crestani que a época estava utilizando esses mesmos materiais como fonte de pesquisa para sua tese de doutorado em História já defendida: *“História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional”*.

O material foi enviado, de forma escaneada, por e-mail. De um total de 7 arquivos, selecionamos 5, informados na tabela 1. As obras não utilizadas são: o artigo *“Observação sobre os indígenas do Estado do Paraná”* (1904) e o livro *“Actualidade Indígena”* (1908), ambas escritas por Telêmaco M. Borba a partir de sua própria experiência com os índios *Kaigang-pê*,

nas regiões dos rios Piquiri e Iguçu onde se encontravam os subgrupos *Xocrês*, os mesmos encontrados no relato Nº 4 de José Francisco Thomaz do Nascimento, que os denominava de “Coroados”. Os escritos de Telêmaco Borba são voltados para especificidades da cultura *Kaigang* com dados muito ricos sobre seus hábitos, crenças, agricultura, ferramentas, acessórios corporais e intra-corporais como também algumas informações sobre sua estrutura linguística. Por si só, estes escritos refutam o discurso muito difundido no início daquele século sobre o vazio demográfico e já brevemente discutido aqui.

Como o foco principal desta pesquisa é demonstrar a dependência das estruturas socioeconômicas em relação à fronteira em detrimento dos grandes centros urbanos brasileiros, optei por reduzir o número das obras com o intuito de ser mais objetivo nesta análise. A obra de Nascimento (1892), como já dito, relata encontros com essa etnia ao mesmo tempo em que faz um paralelo com relações desses indígenas com os “brancos” representados por ele mesmo, com seu grupo expedicionário e povoados ou resquícios destes encontrados durante a viagem.

Tivemos acesso também a relatos da época da instalação da Industrial Madeireira Rio Paraná, em 1946 junto ao Museu Histórico Willy Barth. Contudo, serão expostos no último capítulo, portanto não constam na tabela 1.

A exploração destes documentos foi realizada a partir de fichamentos, sempre destacando as referências das relações de (inter)dependência entre o Oeste paranaense e da própria Fazenda Britânia com a fronteira, sem descurar de possíveis menções à Curitiba ou a outras regiões que pudessem indicar alguma polarização ou atração.

Se houvesse indicativos nesse sentido, se apresentariam elementos novos para a pesquisa, uma vez que a hipótese de trabalho é a de que a dependência dos grandes centros urbanos, pelo menos até a década de 1940, não ocorreu, mesmo com a “frustrada” tentativa da criação do Território Federal do Iguçu ente 1943 a 1946.

Ao final deste capítulo realizamos uma síntese destes relatos na qual demonstramos, por meio da distinção da natureza das viagens o porquê do acesso às terras oestinas serem muito mais passíveis à interferência estrangeira do que a nacional na constituição das relações socioeconômicas.

21. INTRODUÇÃO AO CONTEÚDO DAS FONTES

Parte do material de pesquisa, em formato de livros ou artigos, não é de fácil acesso. Com tiragens pequenas na época de suas publicações, os textos foram escaneados, o que, por um lado, exige cuidado em trabalhar com eles e, por outro, ajuda a preservar a fonte e permite o acesso permanente às obras. Alguns dos relatos utilizados têm sinais de desgaste, ou estão com algumas páginas fichadas por outros leitores como o livro de José Cândido da Silva Muricy “*Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuáva à Colonia de Foz do Iguassú em novembro de 1982*” (1886) representada pela Figura 2 no item 2.1.3.

Nesta etapa inicial da apresentação dividiremos os relatos em dois grupos distintos utilizando como critério o itinerário de viagem: daqueles que fizeram a excursão a partir de Guarapuava em direção à Oeste em meio às matas e aos poucos acessos de ligação entre as partes.

O segundo grupo é referente àqueles que tiveram sua excursão roteirizada a partir do litoral paranaense, seja via marítima, pelo Atlântico até o Uruguai no encontro com águas platinas. E em estradas e/ou linhas férreas partindo de Curitiba passando por Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Argentina, Paraguai e, por fim, o Oeste paranaense.

Sintetizando, no grupo 1 temos as excursões com acesso via Brasil ao Oeste paranaense. No grupo 2 as excursões com acesso via Argentina/Paraguai ao Oeste paranaense.

QUADRO 2 – Grupos de excursão, meios de transporte, suas respectivas obras e autores

GRUPO 1 Excursões em que o principal meio de transporte utilizado para chegar ao Oeste paranaense foi o animal ou a pé	GRUPO 2 Excursões em que o principal meio de transporte ao Oeste paranaense foi o hidroviário ou ferroviário
“FOZ DO IGUASSÚ – LIGEIRA DESCRIÇÃO DE UMA VIAGEM FEITA DE GUARAPUAVA À COLONIA DE FOZ DO IGUASSÚ EM NOVEMBRO DE 1882”, JOSÉ CÂNCIDO DA SILVA MURICY – 1892.	“RECORDAÇÕES DE VIAGENS AO ALTO PARANÁ”, ARTHUR MARTINS FRANCO – 1904/1905 – 1913.
“VIAGEM FEITA POR JOSÉ FRANCISCO THOMAS DO NASCIMENTO PELOS DESCONHECIDOS SERTÕES DE GUARAPUAVA, PROVÍNCIA DO PARANÁ, E QUE TEVE COM OS ÍNDIOS COROADOS MAIS BRAVIOS DAQUELES LUGARES”, JOSÉ FRANCISCO THOMAS DO NASCIMENTO – 1885.	“DO RIO IGUASSÚ E AO GUAYRÁ”, JÚLIO NOGUEIRA – 1919.
“PELA FRONTEIRA”, DOMINGOS VIRGÍLIO NASCIMENTO – 1903.	—

Fonte: elaboração própria.

Esta divisão foi realizada para que o leitor, durante a apresentação dos relatos, observe as condições de acesso ao Oeste paranaense a partir do lado brasileiro, como também o acesso a partir do lado argentino/paraguaio. Será possível perceber, por exemplo, que os transportes ferroviários e hidroviários foram utilizados por excursionistas que percorreram estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul para acessar países como Argentina e Paraguai antes de tomarem barcos a vapor para incursionar o Rio Paraná. No caso da obra “Recordações de viagens ao Alto Paraná” de Arthur Martins Franco, a excursão foi iniciada no litoral paranaense pelo oceano Atlântico, indo até o Uruguai para alcançar as águas platinas até a Argentina e o Paraguai antes de acessar o Oeste paranaense. Ou seja, são casos em que para o acesso ao território em questão foi intermediada por um certo conforto e facilidade, utilizando-se em grande medida de recursos viários internacionais.

As excursões que tiveram como meio de transporte a tração animal ou, quando da impossibilidade de utilizá-los em caminhos inóspitos, o caminho foi feito a pé, são àqueles que representam a tentativa de acessar o Oeste do Paraná pelos próprios meios que o governo brasileiro ofereceu, que são os próximos 3 casos dos relatos do grupo 1. Estes casos serão sucedidos pelos 2 casos do grupo 2, que finalizarão o capítulo.

2.1.1. “Pela Fronteira” - Domingos Virgílio Nascimento – 1903 (GRUPO 1)

Um dos casos de acesso mais rústico ao Oeste paranaense por vias brasileiras é o de Domingos Virgílio Nascimento, que foi escolhido pela então Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná para liderar uma excursão de avaliação e atualização das condições da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Ele partiu de Curitiba em direção à cidade de Porto Amazonas, onde iniciou sua viagem em 1903. O porto desta cidade era parte do circuito hidroviário do Rio Iguaçu entre as cidades paranaenses de Rio Negro, Porto Amazonas e Porto União (União da Vitória) no início do século XX.

Destacamos que União da Vitória foi fundada, enquanto cidade, em 1901. Entretanto, como legado da Guerra do Contestado (1912 –1916) houve uma reorganização dos territórios de Santa Catarina e Paraná em que, neste caso, parte da Cidade de União da Vitória foi anexada à Santa Catarina. Em 1917 surge o município catarinense de Porto União. O Rio Iguaçu é utilizado como ponto de referência dos limites entre as duas cidades e os dois estados naquele ponto. É

importante ressaltar que o Rio *Iguassu* é o maior rio que banha o território paranaense, com nascente em Curitiba na confluência entre os rios Iraí e Atuba, sendo que boa parte dele percorre a divisa entre Paraná e Santa Catarina até, na afluência com o Rio Paraná, marcar a divisa com a Argentina. O *Iguassu* tem 910 quilômetros de comprimento, menos que os 1,310 km descritos no livro em análise, e área da sua bacia de 62 mil quilômetros quadrados.

A excursão em questão levava consigo alguns animais de tração, alguns poucos mantimentos e peões contratados durante a viagem. A parte da viagem feita a barco foi muito pequena se comparada à totalidade. Ao perfazer o circuito hidroviário entre Porto Amazonas e Porto União, fez um longo trajeto a cavalo até Campo-*Erê* e o restante do caminho foi mesclado entre marchas a pé e a cavalo, sempre se precavendo dos trechos de difícil acesso.

Como já mencionado, o objetivo da excursão de Domingos Virgílio Nascimento foi chegar à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, que deu nome à cidade após sua emancipação em 1914 e que a época estava longe de ter as delimitações atuais. Nos registros do livro consta que essa excursão andou 380 léguas ou 1,834 km em 103 dias. O autor conta sua impressão sobre o local antes de sua ida a partir de outros relatos e histórias que ouviu sobre a região:

Era velho intento meu conhecer essa região paranaense, que aos olhos da quase universalidade dos compatriotas para lá demora impenetrável, tais as dificuldades a vencer, — impenetrável como um mistério, na sua ampla e túrgida natureza bruta, de solidões e trevas, de abismos e assombros, cada vez mais tetricos e cada vez mais belos, ante o vasto cenário das cataratas que bramem e das florestas que remugem (NASCIMENTO, D. p. 10, 1903).

É notável o fato de que há um reconhecimento de que a região Oeste paranaense representava um local de difícil acesso e ao mesmo tempo uma visão reducionista e romântica sobre o que se poderia encontrar por lá, ou melhor, o que não se encontrava. Em relação aos conceitos de civilização e de progresso, o autor descreve a região como um local de “natureza semivirgem”. Um paralelo que podemos fazer sobre essa afirmação em diametral oposição é sua descrição sobre a segunda cidade que visitou após sua partida de Porto Amazonas, União da Vitória, ou melhor, a parte que hoje pertence à Santa Catarina, a atual cidade de Porto União:

O Porto da União está destinado a ser ponto comercial de grande importância, no sul do Estado, pelos motivos que seguem. Além de magnificamente situado á margem esquerda do *Iguassu*, com largo fundeadouro e amplas terras de cultura, é ponto obrigado á passagem de todos quantos, vindos do Sul, buscam os nossos centros mais populosos e de maior atividade e futuro. É assim que os tropeiros e viajantes que passam o Goyo-En,

subidos do Rio Grande e se dirigem a capital paranaense ou aos povoados dos Campos Gerais, têm de forçosamente descer até aquela vila, para tomar o vapor ou seguir rumo de Ponta Grossa, ou mesmo de Guarapuava, se não quiserem passar por Mangueirinha em destino desta última cidade. Há diversas picadas, pois, que ligam a vila da União com todo o interior do Estado. Demais, é ponto forçado ainda da Estrada de Ferro S. Paulo—Rio Grande. Gomo é sabido, o traçado desta via férrea em construção é mais ou menos o seguinte: No *Rio Grande do Sul* :— S. Maria da Boca do Monte (já ligada a Porto Alegre), Vila Rica, Cruz Alta, Passo Fundo, seguindo pela margem esquerda do rio Lageado até encontrar o Uruguay, poucas léguas acima da foz do rio do Peixe. *Zona contestada por S. Catharina* Seguindo a margem esquerda do rio do Peixe, passará a pequena distância da povoação do Herval em busca das cabeceiras daquele rio. *Paraná*:—Contornando a serra do Taquaral Verde, deve dirigir se ao Porto da União e prosseguir pela serrado Occo, tocando em Euphrosina, Iraty, Boa Vista, vila de Entre Bios e Ponta Grossa que já se acha ligada a Curitiba. De Ponta Grossa a Castro, Pirahy, Jaguariabyva e finalmente ao Itararé, fronteira com S.Paulo. Com essa rede de comunicação com todo o Estado e com os Estados vizinhos, é de supor que ao Porto União esteja reservado a um lugar saliente na nossa evolução progressiva (NASCIMENTO, D. p. 21-22, 1903).

Neste trecho do livro, Domingos Nascimento conceitua exatamente a visão que venho expondo neste texto de como a visão dominante de progresso entendia e entende a receita da expansão econômica ao elogiar o planejamento da extensa via férrea que a época estava em ordem de planejamento em Porto União. Sintetizando: para que o progresso ocorra em locais distantes dos grandes centros urbanos é necessário aliar a capacidade produtiva a formas eficientes de acesso e integração desses produtos ao mercado nacional. Ao longo das suas descrições o autor dá ideias de como reproduzir esses mesmos feitos pelo Oeste paranaense por meio de sua interligação com Guarapuava, no Centro-sul paranaense e/ou Curitiba, à Leste:

— Ah! E o Campo-Erê (**distrito de Chapecó, no Oeste catarinense, pertencente ao Paraná até 1917**)! Tão cheio de mistérios e tão longe!... Pois, senhores, daqui a algumas horas de leitura, hão de ver o escritor deste livro descrevendo essa região com uma familiaridade de velho morador. O acaso me obrigou a atravessá-la de princípio ao fim, e pelo que bem podem avaliar o que é escrever sobre um assumpto com conhecimento de causa, em confronto com uma narrativa feita apenas por informações de outrem. Entretanto, nas minhas notas de viagem eu consignei desde logo este pensamento: —O Barracão fica numa linha que une o Pepiry-Guassú ao Santo Antônio e é divisa. **Muito teria a lucrar o Paraná se fosse aberta uma estrada para a fronteira argentina**. Isto sem nada conhecer daquela zona, a não ser por informações dos seus moradores (NASCIMENTO, D. p. 45, 1903, grifos nossos).

Segundo o autor, o Paraná lucraria muito com uma estrada de ferro que ligasse a fronteira com a Argentina, muito possivelmente referindo-se à Foz do Iguaçu, com o restante do Estado, percebendo o potencial lucrativo das riquezas naturais ali encontradas.

Adiante retornaremos com mais algumas especificidades desta obra, mais especificamente em relação às suas impressões mais enfáticas sobre o Oeste paranaense. Por hora, registro que Domingos Nascimento, dentre as obras e autores pesquisados, é um dos que mais empregam romantismo na descrição daquilo que ele próprio denomina como uma “aventura peculiar” em meio à sua missão avaliativa-burocrática de inspeção da Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

2.1.2. “Viagem feita por José Francisco Thomas do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e que teve com os índios Coroados, os mais bravios daqueles lugares” – 1885 (GRUPO 1)

Esta viagem foi realizada de forma alternada a pé e a cavalo por meio das densas florestas tropicais do Oeste paranaense em 1885. Deu origem a um artigo produzido em 1886 e publicado pela Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, sediado no Rio de Janeiro. Na figura 2 é possível identificar a capa original do artigo.

A viagem foi iniciada em um local denominado Juquiá, à 18 léguas ou 87 km à Oeste de Guarapuava, segundo informações do artigo. O autor destaca que Guarapuava era considerada a última fronteira de uma organização social complexa em pelo menos 370 km até o Rio Paraná, que faz a fronteira molhada com Argentina e Paraguai. O principal elemento motivador do artigo e possivelmente da excursão foi o encontro com os índios da etnia Kaingang, que eram comumente chamados de Coroados.

FIGURA 2 - Capa da Revista Trimestral Do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Do Brasil, da edição de 1886.



Fonte: NASCIMENTO, 1886.

O objetivo da empreitada fica evidente logo no início do artigo. Com uma comitiva de 10 homens, munidos de variadas ferramentas, mantimentos e cavalos, deveria chegar primeiramente a uma localidade chamada Chagú e, posteriormente, teria que abrir uma picada até o Rio Paraná que serviria de traçado para uma futura estrada. No Rio Paraná, deveria dar início a construção de um porto. A excursão ganhou amizade dos indígenas *Kaingangs* e, com isso, conseguiram cooptar alguns deles para participar da missão; essa relação será descrita mais adiante.

Tivemos dificuldades em encontrar alguma referência mais atual sobre a região denominada de *Chagú*, contudo, encontramos um artigo na Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, publicado em 1947, escrito pela etnógrafa Wanda Hanke chamado: “*Vocabulário Del Dialecto Caigangue de la Serra do Chagú, Paraná*”. Nele há referência de que tal Serra se encontra nas proximidades do Rio Guarani, região da atual cidade Guaraniaçu, onde até hoje existem aldeias dessa etnia.

É preciso prestar muita atenção para perceber a que locais realmente os excursionistas se referem, pois suas indicações muitas vezes seguem as denominações usadas pelos Kaingang, com as quais não somos familiarizados. Outro ponto de referência muito citado é o Rio Pequery, ou Piquiri. Este rio era um dos limites fronteiros que separavam as etnias Kaingang e Guarani que tem um grande histórico de conflitos. Tais conflitos são fortemente mencionados neste relato, inclusive mostrando o pavor dos índios “Coroados” ao se aproximarem do rio nos momentos em que acompanharam a comitiva.

Não há dados biográficos muito precisos sobre o autor José Francisco Thomas do Nascimento. Entretanto, durante seus relatos sobre o contato com a etnia Kaingang, por meio de um intérprete, ao ser perguntado sobre quem era seu chefe, respondeu ser Dom Pedro II então Imperador do Brasil, em 1885, o que pode indicar que era um funcionário público do império.

Adiante, como forma de agradecimento por ter tratado alguns indígenas doentes e distribuído vestimentas e acessórios a homens e mulheres, é agraciado com alguns presentes. Os indígenas pediram também para entregar alguns desses presentes ao seu chefe, Dom Pedro II. O excursionista afirmou no diálogo que o faria. Isso demonstra que José Francisco Thomas do Nascimento tinha alguma proximidade com as instâncias do alto escalão do império, ou ao menos sabia como se fazer chegar até lá:

Por diversas vezes me perguntavam quem era o meu chefe, pois desejavam muito vê-lo; fiz-lhes ver que era Sua Majestade, O Imperador, o Dr. D. Pedro II, Chefe do Estado; mostraram-se muito desejosos de conhecê-lo, por eu lhes ter dito que era Sua Majestade quem lhes mandou dar os presentes que lhes dei, e nessa ocasião me encarregaram de entregar a Sua Magestade vários presentes sem importância, mas que fielmente farei entrega, assim como vários pedidos que eles me fizeram para que tenha pena deles, que só querem nossa amizade. Janguió ficou muito contente por eu ter botado o nome dele de Pedro em seu filho, e assim como ele também quer se chamar Pedro, e o capitão Nhon-Nhon se quer chamar José do Nascimento. (NASCIMENTO, J. p. 275, 1886).

A entrega de presentes aos indígenas foi claramente uma forma de ganhar sua confiança e, ainda mais, conseguir mão de obra extra na abertura de picadas ou guias de excursão. O chefe da excursão chegou a convidar os *Kaings* para residir nas paragens finais do Rio Paraná. Entretanto, foi avisado que por lá existiam muitos indígenas da etnia Guarani, que não eram muito amistosos com ele. Também disseram, de acordo com o relato, que existiam empresas extrativistas de erva mate – muito possivelmente *obrages* argentinas – que utilizavam os Guaranis como mão de obra na exploração destes empreendimentos e depois os expulsavam daqueles territórios.

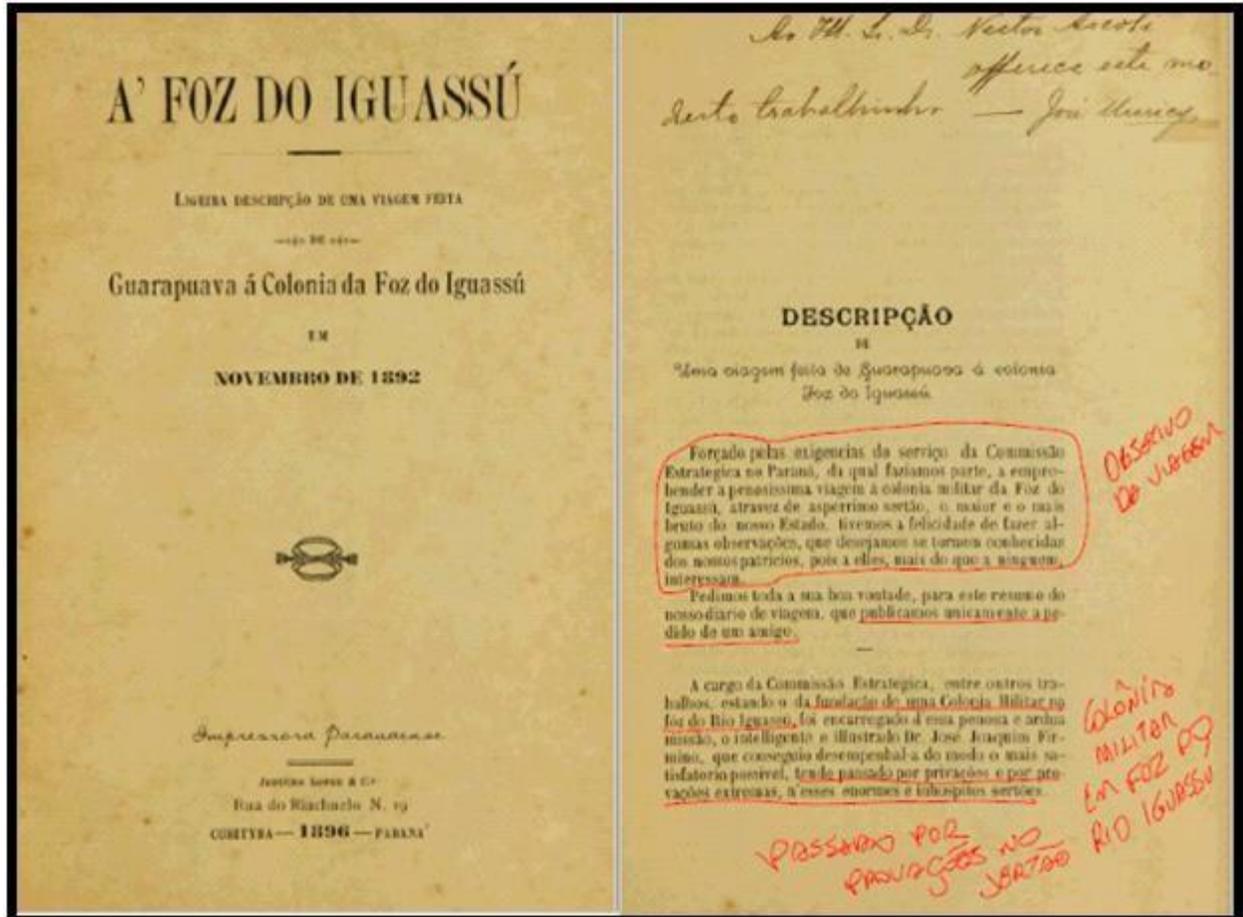
A riqueza de informações trazidas neste relato acerca das relações sociais travadas entre os atores sociais da comitiva, de seus interlocutores indígenas e dos extrativistas revela a existência de uma pluralidade de grupos sociais e de culturas no Oeste paranaense já no século XIX. Diante disso, torna-se insustentável o discurso do “vazio demográfico” como justificativa da marginalização dos daqueles povos em detrimento do desenvolvimento de um processo civilizatório e um discurso progressista.

2.1.3. “Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia de Foz do Iguassú em novembro de 1882” José Cândido da Silva Muricy – 1892 (GRUPO 1)

Em 1892 a excursão de José Cândido da Silva Muricy à Colônia de Foz do Iguassú, financiada pela Comissão Estratégica do Paraná, teve como objetivo alargar, reforçar e aperfeiçoar a abertura de picadas realizadas em uma viagem anterior pelo Dr. José Joaquim Firmino anos antes, este que foi membro da Imperial Ordem da Rosa ⁷conforme publicação do jornal Diário do Povo em novembro de 1867. A abertura dessas picadas auxiliaria na comunicação e escoação de produtos entre a colônia militar fundada em 1888 e a sede urbana de Guarapuava. A distância total percorrida, segundo os relatos, de Guarapuava à Colônia Militar de Foz do Iguassú foi de 72 léguas ou 345 km. Apenas a viagem de ida teve a duração de 31 dias.

⁷ A Ordem da Rosa é uma ordem honorífica brasileira criada em 1829 pelo Imperador D. Pedro I para perpetuar a memória de seu matrimônio com Dona Amélia de Leuchtenberg. É formada por uma estrela branca de seis pontas maçanetadas, unidas por guirlanda de rosas. Ao centro, monograma com as letras "P" e "A" entrelaçadas circundado por orla azul com a legenda "AMOR E FIDELIDADE". No reverso a data 2-8-1829 e a legenda "PEDRO E AMÉLIA". Em alguns graus o conjunto traz no topo a Corôa Imperial.

Figura 3 – Foto de páginas retiradas do livro “Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuáva à Colonia de Foz do Iguassú em novembro de 1882”.



Fonte: MURICY, p. 1, 1882.

Notas: À esquerda a contracapa da obra e à direita a primeira página do capítulo 1.

Páginas escaneadas da primeira edição do livro “Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuáva à Colonia de Foz do Iguassú em novembro de 1882” publicado em 1886 (adaptado pelo autor).

As páginas não estão expostas aqui em sua ordenação numérica. Os comentários em vermelho e preto foram introduzidos por terceiros.

Conforme os relatos, de Guarapuava à Xagú (*Chagú*) – ou a já mencionada região de Guaraniaçu – as picadas feitas pelos viajantes anteriores tinham cerca de 20 metros, entretanto, de *Chagú* à Colônia Militar essas picadas se estreitam consideravelmente para apenas um pequeno trilho. Nessa região as picadas que são feitas acabam recobertas novamente pela vegetação em menos de 1 mês.

Sobre aquela região, o relato também faz referência ao “Posto de Catanduvás” que era composto por cerca de 4 casas e alguns barracões para depósito de mantimentos que deveriam alimentar viajantes e comitivas que por ali passavam. É informado que a comitiva do ex-sargento José Maria de Brito anteriormente teve contato com os índios “*Cayuás*” (Guarani-*Kaiowá*) originários do Paraguai. Esses índios falavam um Guarani já diferente do falado no Paraguai. Sua vestimenta era composta apenas por uma espécie de tecido feito com fibra de urtiga enrolada na cintura chamada de *Chiripás*, muito semelhante à indumentária campeira gaúcha naquele século, esta última, contudo, feita de algodão.

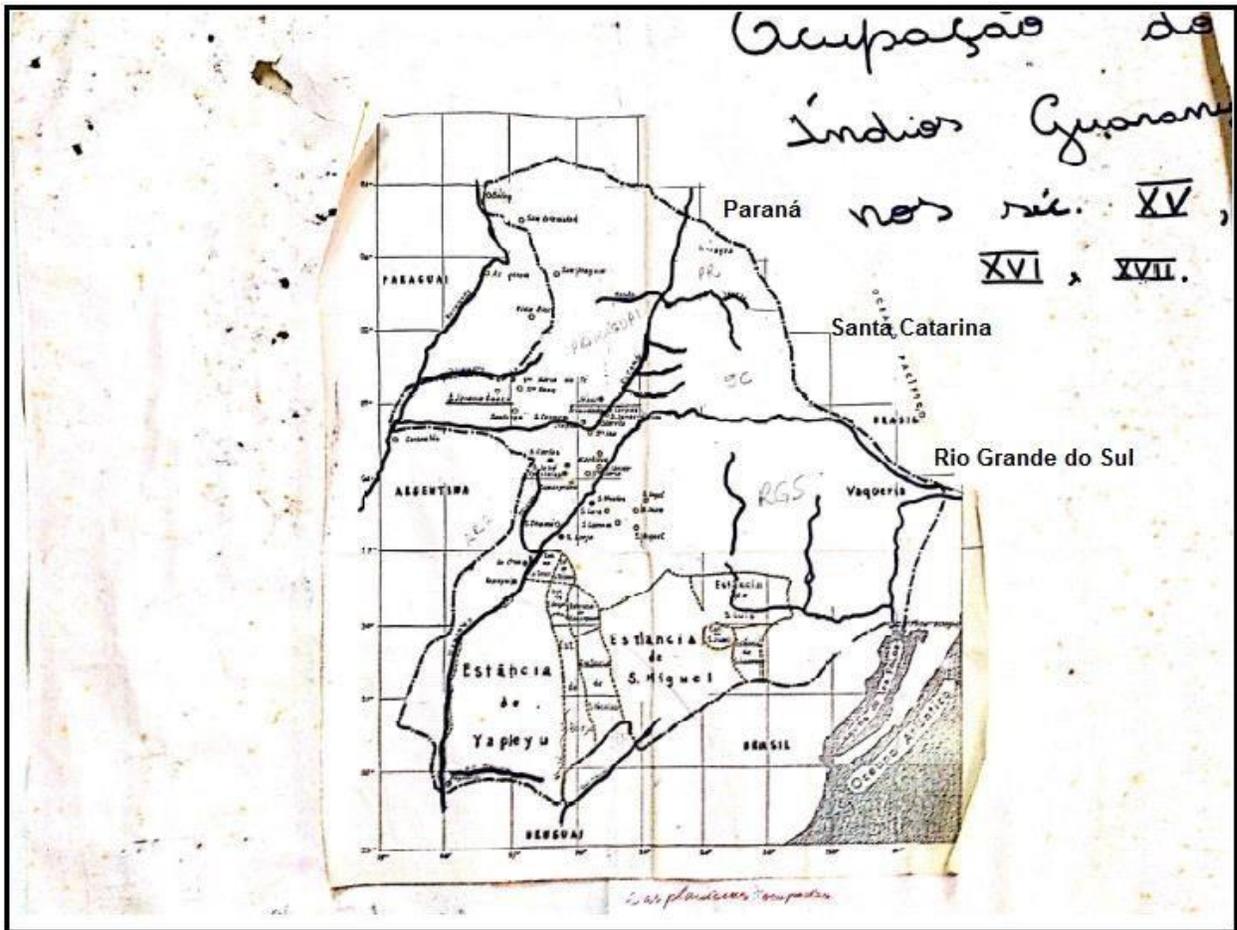
Acreditam em divindades boas, representadas pelo sol, pela lua, em um *ser* que lhes dá o mel, o palmito, a caça, etc., e em um *ser* forte que tudo governa. As divindades más são: o trovão e um *ser* que lhes manda as pestes, os tigres e os coroados, tendo cânticos especiais para afastarem de si as tempestades e todas as más divindades. O tenente Pessoa de Mello, convidado por eles, para assistir uma festa no toldo, foi aí eleito *Guruvícha*. Foi um facto interessante esse: depois das mais respeitadas demonstrações de apreço, começaram as danças e enquanto dançavam iam os homens ornando-o com maçinhos de penas de diferentes cores, de modo que quando saiu da festa apresentava ele a figura a mais grotesca possível. Foi sujeitando-se a estas e outras demonstrações de amizade dos índios e até com eles comendo o tambu ou bucu, que este humanitário o distintíssimo colega, conseguiu catequizá-los. Trabalhavam esses índios para a Comissão, ganhando em troca roupa, fumo e alimentação, único pagamento que aceitam, porque o dinheiro para eles não tem valor (MURICY, p. 6, 1896).

Diferentemente do ocorrido com a expedição de José Francisco Thomas do Nascimento, que manteve contato com os índios *Kaigangs* (Coroados), José Cândido da Silva Muricy relata contato e auxílio dos índios Guarani-*Kaiowá* (*Cayuás*). Como já dito, essas etnias não mantinham relações pacíficas entre si, houve algumas tentativas de diálogos entre essas tribos mediadas pelos próprios viajantes a fim de pacificar suas relações e facilitar a passagem das comitivas por estes sertões, mas sem sucesso.

O histórico da ocupação Guarani no Oeste paranaense não é recente. Ele foi historicamente rearranjado de acordo com as necessidades que se apresentaram durante os séculos, desde guerras intertribais; por necessidades de subsistência ou; pelos movimentos pós-coloniais, como as Missões Jesuíticas ou pelo bandeirantismo.

A figura 4 indica o território Guarani nos séculos XV, XVI e XVII em relação ao que seria parte dos estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul, e de outros países como Paraguai e Argentina. Hoje sabe-se que também ocupou regiões da Bolívia.

Figura 4 – Ocupação Guarani entre os séculos XV, XVI e XVII



Fonte: UNIOESTE. In: Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina – CEPEDAL - UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon (s. d. [adaptado]).

Terminada esta primeira etapa da excursão, a partir da região do *Chagú*, a viagem torna-se mais difícil: as picadas estreitas, as fortes chuvas e a falta de alimento foram alguns elementos dificultadores da jornada até a colônia. Na chegada, é desta forma descrita a situação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1882:

Sem dinheiro, sem gêneros alimentícios, quase sem crédito, exausta portanto de recursos atravessava ela uma quadra horrorosa e desde muitos meses, só se mantendo à custa dos inauditos sacrifícios e esforços sobre-humanos que fazia o seu inteligente e patriótico vice-diretor o alferes Edmundo Francisco Xavier de Barros, para não deixar aparecer a pobreza que reinava em seus cofres. Infelizmente ela transpareceu e ele teve de lutar com a má vontade dos negociantes, todos estrangeiros, que ou não queriam fornecer, ou forneciam os seus gêneros por preços exorbitantes sem quererem cingir-se as variações do câmbio, sem levarem em conta as suas diferenças (MURICY, p. 6, 1896).

Ao mencionar “variações do câmbio”, Muricy quer indicar as relações econômicas entre este e órgão governamental em relação à compra de suprimentos básicos de subsistência de fornecedores estrangeiros, principalmente argentinos. Ter que lidar com a escassez de alimentos não deve ser espanto para o leitor que observou nestes relatos a dificuldade de acesso a essa região pelo lado brasileiro. Sobre isto, o próprio relato justifica que: “Era quase impossível a Comissão Estratégica, a cujo cargo estava a colônia, mandar-lhe os socorros de que precisava, porque ela própria não os tinha para si e a condução era difícilima.” (MURICY, p. 20, 1896).

O monopólio do alimento industrializado ou semi-industrializado argentino fez com que a permanência de brasileiros na fronteira Oeste paranaense fosse necessariamente influenciada por relações comerciais com estrangeiros, leia-se argentinos e paraguaios. Sobre a qualidade dos produtos argentinos, é dito que:

Os gêneros fornecidos não eram bons e a carne seca que vinha de Posadas (cidade argentina) coberta de uma camada branca de bolor, continha além dos ossos das costelas, todos as vértebras, buxo, língua, beiços etc, só faltando o couro para completar o peso dessas apetitosas mantas de bellissimo charque (MURICY, p. 20, 1896).

É curioso que, durante boa parte do século XIX a Argentina foi marcada por uma forte expansão macroeconômica, dentre outros fatores, mas principalmente pela exportação de gado, sendo a qualidade de seus produtos reconhecida internacionalmente (SAÉNZ, 1980). Entretanto, nesta região de fronteira, neste mesmo período, a qualidade da carne argentina não era algo que se pudesse apreciar. O “monopólio da subsistência” forçava a quem naquela região quisesse sobreviver, por meios “legais” ser refém do que os argentinos tivessem para oferecer, respeitando inclusive as abusivas e bem específicas “taxas de câmbio”, reguladas por um sistema econômico extremamente selvagem ditado por comerciantes locais.

A principal moeda circulante na Colônia de Foz do Iguaçu, conforme tais recordações, era o *Peso Argentino*. Esta tornou-se a moeda oficial da Argentina a partir de 1880 substituindo o *Real Argentino*⁸ (MICHAEL; CUHAJ, 2009).

⁸ Em 1813, a Argentina começou a emitir sua própria moeda, denominada *Real Argentino*, constituída somente por moedas metálicas. Em 1820, foram introduzidas as cédulas. Em 1881, o *Real Argentino* foi substituído pelo *Peso*. Na ocasião, cada peso valia 2 *reais argentinos*. Uma série de moedas receberam a denominação de *Peso*, se destacando a *peso moneda nacional* (1881-1969), a *peso oro sellado* (1881-1929), a *peso ley* (1970-1983), a *peso argentino* (1983-1985) e a atual peso “*convertible*” (circulante desde 1991, mas com a convertibilidade cessada em 2001).

A presença comercial argentina em boa parte do Oeste paranaense, era maior que a representação brasileira, junto a isso, a forte injeção de libras esterlinas (moeda inglesa) no mercado argentino feito pela Inglaterra durante o século XIX – que até então tinha a moeda mais valorizada do mundo – fez com o dinheiro brasileiro (Réis) valesse muito menos. Inclusive, o Réis, valia menos até que o *Peso paraguaio*, substituído pelo *Guarani* em 1943.

Os relatos sobre as dificuldades encontradas no caminho até a chegada na colônia militar, na narração da penosa organização na qual encontrava-se aquele local e as condições de vida de seus habitantes, ocuparam pouco mais da metade das mais de 50 páginas da obra. As páginas seguintes, foram marcadas pelos caminhos percorridos no encontro das cataratas do Iguazu e narrativas sobre sua impressão ao avistar alguns dos Saltos que até hoje são conhecidos internacionalmente, como os Saltos Benjamim Constant e Salto Brasil.

2.1.4. “Do Rio ao Iguassú e ao Guayrá” Júlio Nogueira – 1919 (GRUPO 2)

O relato de Júlio Nogueira inicia o segundo grupo de obras a respeito das excursões ao Oeste paranaense via Argentina/Paraguai. Este relato foi publicado em 1920, no Rio de Janeiro. É o único dos relatos encontrados onde o autor não foi um enviado do governo Estadual ou Federal, mas sim a propósito de uma viagem turística. Sem qualquer controle mais rígido a qual seria submetido um funcionário público ao relatar suas observações, a obra tem um cunho crítico mais acentuado que as demais obras e um discurso pouco moderado referente às questões étnico-raciais.

Embora o contexto das discussões étnico-raciais, enquanto discurso, indicasse a predominância do racismo científico, ou Darwinismo Social⁹, este relato é o único que irá fazer o

⁹ Teoria da evolução social baseada, equivocadamente, nas conclusões de Darwin sobre a seleção natural das espécies: [...] isso se deve pelo fascínio da filosofia política na recepção da obra mais conhecida de Darwin, A Origem das Espécies. Tal fascínio foi mediado muito mais pela conveniência do uso do método do economista Thomas R. Malthus, que sugeriu que a causa da miséria humana seria um descompasso entre o crescimento das populações e a produção de alimentos e que Darwin utilizou como pano de fundo para demonstrar esse fenômeno no mundo animal e vegetal a partir do que denominou de “seleção natural”. A utilização do princípio malthusiano foi a força motriz que levou a criação de inúmeras correntes de pensamento a utilizar a teoria da seleção natural em análises sobre comunidades humanas. Como podemos perceber, a “invasão” da biologia na filosofia política não foi à fórceps, de fora para dentro, mas sim um movimento articulado dentro das próprias ciências humanas. A aproximação entre o darwinismo e a política, deve-se, portanto, pela aplicação das leis de Malthus à natureza, ou seja, a aplicação de uma teoria econômica e política à natureza. O que levou a obra de Darwin a ter um papel metafísico dentro das discussões sobre a moral e a natureza humana (SANTOS, p. 103, 2018).

paralelo entre raça e a ideia de “progresso”. Este discurso torna-se evidente já nas primeiras páginas ao apresentar o itinerário:

Assim, aproveitando as férias do ano findo, parti em demanda dessas regiões de nós mesmos desconhecidas, embora encerrem no seu seio riquezas incalculáveis e belezas nunca sonhadas pela fantasia humana. [...] A 14 cheguei a Curitiba, florescente capital do Paraná, a que está reservado o mais brilhante futuro. E ainda um tipo de cidade provinciana, mas conta já algumas ruas de notável movimento comercial. [...] **O sangue polaco tem contribuído poderosamente para a melhoria da nossa constituição étnica do sul.** Em grande parte do território do Paraná veem-se belos tipos de homens e mulheres já nascidos no Brasil, fortes, brancos, a par de outros de tez ligeiramente queimada: **são mestiços estes, mas de uma mestiçagem leve**, que lhes dão uma bela aparência e excelentes condições fisiológicas (NOGUEIRA, p. 7 – 11, 1920 [grifo nosso]).

Os relatos apresentados anteriormente não fazem comparações raciais, apenas comparações étnicas, em alguns momentos em referências aos índios Guarani ou Caigangs. Entretanto, nada comparado a esta relação raça/progresso feita por Júlio Nogueira.

Apesar da viabilidade de uma discussão sobre raça/etnia na formação do Oeste do Paraná, este não é o objetivo da pesquisa. Contudo, é importante salientar o que já foi mencionado no primeiro capítulo sobre a parcial influência da “seleção racial” na colonização de parte da região aqui em foco, sendo a Fazenda Britânia parte desse processo. Muito embora tal tentativa não tenha sido plenamente efetuada, há registros históricos que comprovam tal intenção. Isto será brevemente tratado no terceiro e último capítulo.

O autor informa, direcionando-se para excursionistas, os percursos possíveis para o acesso à Foz do Iguaçu. Deixa claro que em breve este percurso poderá ser feito com facilidade pelo próprio território brasileiro sem a necessidade de fazer o contorno por outros países. Faz referência à construção de uma estrada que acabara de ser aberta entre Guarapuava e Foz do Iguaçu e que poderia ser trafegada por automóvel. Relata que esta prática já havia sido realizada por Miguel Matte em dezembro de 1918 em um tempo de 72 horas. Entretanto alerta que esta viagem poderia ser muito custosa pelas péssimas condições da via.

São dadas duas opções como alternativa à viagem a partir de Guarapuava. A primeira, para quem já reside no sul do Brasil, a partir da estrada de ferro de Uruguaiana, que ultrapassa as fronteiras com o Uruguai até *Passo de los Libres*. De lá, para a estrada de ferro argentina até *Posadas*. A partir daí é possível ter acesso ao Alto Paraná, por barco à vapor, que dá acesso à Foz do Iguaçu (NOGUEIRA, 1920).

Para quem reside nos estados ao Norte do Paraná, principalmente São Paulo, é indicado a estrada de ferro de Jupiá para o acesso ao Alto Paraná, e a partir daí de barco, até Guaíra, onde aconselha a visita às 7 Quedas do Iguaçu, o contorno pelas Quedas poderia ser feitas pela pequena estrada de ferro da Companhia Mate Laranjeira¹⁰ que ligava Guaíra a Porto Mendes. De Porto Mendes, pelo Rio Paraná, acessava-se a cidade de Foz do Iguaçu e as Cataratas do Iguaçu.

Figura 5 – Recorte inferior da capa original do livro “do Rio Iguassú e ao Guayra” de Júlio Nogueira – 1920



Fonte: NOGUEIRA, 1920.

Nota: Fragmento da capa do livro “Do Rio ao Iguassú e ao Guayra”, 1920.

Está em destaque a foto de uma das 7 Quedas do Iguaçu.

¹⁰ [...] a constituição da Companhia Mate Laranjeira está vinculada à Guerra do Paraguai. Com o fim da guerra constituiu-se uma comissão demarcadora de limites [...] tendo como objetivo a demarcação de fronteiras entre Brasil e Paraguai. [...] dois nomes destacaram-se por fornecerem víveres para o exército brasileiro Francisco Mendes Gonçalves e Thomaz Laranjeira (GREGORY, V. SCHALLENBERGER, p.182, 2008). Este último, que já realizava a prática da extração da erva mate, em 1882 pelo decreto imperial nº 8.799/1872, teve autorização para a exploração das ervas nativas junto à nascente do Rio Iguatemi.

Das opções de excursão indicadas por Júlio Nogueira, ele opta pela primeira, mesmo partindo de São Paulo. O itinerário geral segue a seguinte ordem entre estados brasileiros e países estrangeiros: São Paulo – Paraná – Santa Catarina – Rio Grande do Sul – Uruguai – Argentina, até o porto da cidade de *Posadas* e, por fim, a então vila de Guaíra, com o objetivo de visitar as 7 Quedas do Iguaçu – referenciada na capa de seu livro como demonstrado na Figura 5. Como também a cidade de Foz do Iguaçu objetivando o encontro com as Cataratas do Iguaçu.

Antes de iniciar uma descrição longa e detalhada sobre sua excursão, o autor, já na primeira página da obra, traz uma insatisfação muito particular referente ao que presenciou na Argentina. A utilização das belezas naturais da fronteira, inclusive as que estão presentes no território Oeste Paranaense, como as Quedas do Iguaçu, eram utilizadas como instrumento de divulgação da Argentina no exterior. Mais do que isso, a Argentina lucrava com um circuito turístico em boa parte do Rio Paraná já consolidado no início do século XX:

O Brasil não possui ainda um serviço de propaganda organizado para a divulgação de suas belezas naturais, de modo que possa atrair uma corrente regular de visitantes. Em relação ao Iguaçu, por exemplo, mau grado a situação privilegiada com que nos dotou a natureza, os saltos são conhecidos apenas como argentinos e é para Buenos Aires que afluem os excursionistas europeus e americanos, já fartos da Suíça, quando lhes chega a notícia das cataratas estupendas que limitam os dois grandes países sul-americanos (NOGUEIRA, p 5, 1920).

Os argentinos faziam diversas propagandas e excursões para as atrações do Rio Paraná demonstrando um complexo circuito turístico apenas 5 anos após a emancipação da cidade de Foz do Iguaçu, em 1914:

O Expresso Internacional, com sede em Buenos Aires, apresenta ao viajante vários itinerários; seja o fluvial, do rio Paraná e Alto Paraná seja o misto, a saber, com trechos ferroviários. Mas o ponto de partida é sempre Buenos Aires e o de chegada, sempre Puerto Aguirre. A Companhia Argentina de Navegacional (Nicolás Mihanovich Lda.), por sua vez, no folheto «El Avisador Fluvial», anuncia as excursões em combinação com o Expresso e encaminha os visitantes de Buenos Aires a Puerto Aguirre, aludindo, além de carros e cavalos ali empregados no transporte deles para os saltos, às comodidades de um hotel e chalés que só existem na imaginação de tais propagandistas (NOGUEIRA, p 5, 1920).

Perante tais constatações, o autor alerta para a necessidade de o Brasil abrir novos mercados, indicando que o mercado turístico poderia ser expandido para estes lados se houvesse um bom planejamento. Além da justificativa econômica, é descrito o “desespero” e a “luta” dos

poucos brasileiros residentes naquelas paragens para manter-se nacional com escassos recursos comunicativos e de escoamento produtivo com o resto do Paraná, quiçá com o Brasil:

O Brasil precisa de novos mercados e a região que acabo de percorrer é um campo vastíssimo a conquistar e que nos abre os braços há muito tempo! O próprio território nacional limítrofe luta desesperadamente para conservar-se nacional, no isolamento a que está votado pela falta de comunicações com o resto do país. O pequeno núcleo de população brasileira, em terra brasileira, tem de abastecer-se de produtos argentinos contrabandeados e esse comércio criminoso não pode sequer ser obstado, a menos que tenhamos de assistir ao êxodo do elemento nacional já de si raro, por falta de condições possíveis de vida (NOGUEIRA, p 7, 1920).

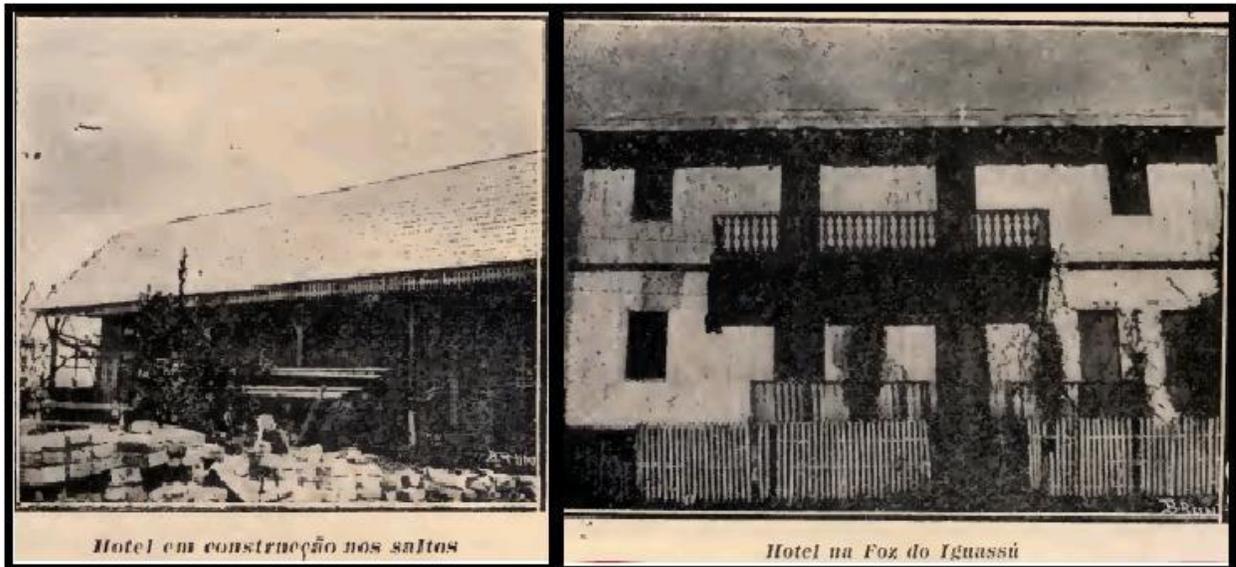
As impressões de Júlio Nogueira, já em 1919, sobre a relação de dependência comercial, e não só isso, sobre inclusive questões a nível de subsistência a depender de víveres estrangeiros, neste caso, argentinos, para a manutenção da existência do elemento nacional na fronteira Oeste paranaense dá as pistas de como o desenvolvimento das cidades desta região ocorreu. Como afirmado aqui, a Fazenda Britânia participa desse processo de desenvolvimento, em grande medida, de costas para o resto do Brasil.

Como forma de resistência, é citado o primeiro prefeito de Foz do Iguaçu Jorge Schimmelpfeng que teve um mandato de dez anos (1914-1924). O relato que poderá ser lido logo abaixo faz referência à construção do segundo hotel da cidade: como também o Hotel dos Saltos, nas proximidades das Cataratas do Iguaçu:

O coronel Schimmelpfeng, que, malgrado o nome, apresenta o tipo mais perfeito e acabado do brasileiro, além de prefeito, é ainda deputado a Assembleia paranaense e o principal negociante de todo o município. Acredita cegamente (e assiste-lhe toda a razão, aliás) que a região do Iguaçu, de que se constituiu demiurgo, está reservado o mais brilhante futuro. E nessa convicção louvável não o intimidam as empresas mais arriscadas. Agora mesmo, não tendo obtido o concurso dos capitalistas a quem se dirigiu, está construindo por si só, uma esplanada de observação dos famosos saltos de Santa Maria, um hotel modelo, com todo o conforto moderno, provido até de instalações para jogos e esportes, no intuito de atrair para a margem brasileira a volumosa corrente de turistas que o Expresso Internacional Argentino encaminha para Puerto Aguirre (NOGUEIRA, p 91, 1920).

O primeiro hotel de Foz do Iguaçu também foi construído pelo ex-prefeito então chamado de Hotel de Foz do *Iguassu*. Os esforços de Jorge Schimmelpfeng são exaltados por Júlio Nogueira em vários momentos da parte dos relatos destinados a descrição da cidade de Foz do Iguaçu, balanceando com as críticas ao governo brasileiro pelo abandono a qual encontra-se a localidade.

Figura 6 – Foto retirada por Júlio Nogueira em sua passagem por Foz do Iguacu em 1918



Fonte: Livro “Do Rio ao Iguassú e ao Guayra” (NOGUEIRA, p. 90-91, 1920).

Notas: À direita o Hotel Foz do *Iguassú* e à esquerda, em construção, o Hotel dos Saltos

Dentre as tradições da cidade, são citados os *Bailes de peões* e os *velórios*. O formato dos bailes não é muito diferente dos conhecidos atualmente, com muita dança, música e bebida. Já os *velórios* tinham uma característica específica, influenciado pela cultura paraguaia, o hábito de “fazer quarto à defuntos” era acompanhado pela diversão de jogos, comes e bebes e algumas vezes, danças. O autor descreve a “farra” como “colossal”, entretanto, precisavam de autorização de autoridades locais para ocorrerem.

Após o reconhecimento da cidade, a excursão segue para as Cataratas do Iguacu. Sobre elas, Júlio Nogueira as classifica como “as maiores do mundo” e “maravilha da América”.

De Foz do Iguacu parte para Guaíra via Rio Paraná. Aporta primeiramente em uma propriedade chamada de *Armistício*, onde se destacava a extração de madeira. Foi realizada outra parada em Porto Britânia ¹¹, que é o porto de escoamento comercial, sobretudo da Fazenda Britânia, que objeto desta pesquisa. Dalí dirigiu-se para o Porto São Francisco, Porto *Adela*, Porto

¹¹ Porto Britânia era o local de embarque e desembarque de toras e tábuas de pinheiro, situado no rio paraná, na foz do rio São Francisco. Foi construído com capital inglês e décadas depois serviu como ponto de abastecimento de víveres da Vila Toledo (GRONDIN, 2007).

Mendes – que era o ponto de escoamento dos produtos da Companhia Mate Laranjeira para a Argentina – e, por fim, seu destino, Porto Guaíra.

É importante mencionar o número de portos existentes no Rio Paraná já no início do século XX. Além destes portos existiam outros ao longo do rio que não foram mencionados, mas que tem grande importância no desenvolvimento do sistema de *obrages* na região, como o Porto 12 de outubro, primeiro porto construído para o acesso fluvial à Fazenda Britânia, que será destacado no próximo subitem.

Ao contrário das impressões positivas observadas em Foz do Iguaçu, a então Vila de Guaíra não teve o mesmo impacto na visita de Júlio Nogueira. Afirmou que o único fator que promove o desenvolvimento daquela localidade é a Companhia Mate Laranjeira, que tem sua sede na capital argentina de Buenos Aires. Entretanto, faz uma ressalva ao fato da dificuldade de acesso ao caminho que leva as 7 Quedas do Iguaçu, já que é preciso passar por dentro da propriedade da Companhia, sendo a forma mais fácil de chegar até tais belezas naturais pela sua estrada de ferro, que transporta ervas e madeira para Porto Mendes.

Ele mesmo só conseguiu acessar as Quedas por estar em posse de uma carta de recomendação do prefeito de Foz do Iguaçu na época, Jorge Schimmelpfeng. Por este motivo alerta a dificuldade que os turistas têm para chegar a este ponto turístico que deveria ter acesso facilitado para a promoção da região.

Em Guaíra Porto tudo pertence a Matte Laranjeira e não há outra atividade além da que serve direta ou indiretamente à empresa. As Terras foram adquiridas por compra de uma antiga concessão feita pelo Estado do Paraná. É mais ou o regime conferido à Madeira Mamoré, já hoje findo, achando-se Porto Velho, sua sede convertida em município do Estado do Amazonas. Em Porto Guaíra já se faz sentir uma necessidade de modificação no sentido de estabelecer-se inteira liberdade no trânsito e em bem comercial do progresso da e industrial região (NOGUEIRA, p. 114, 1920).

Outro fato que desagradou o autor em sua viagem foi o que ele denominou como “regime do revólver”, onde encontrava-se com facilidade transeuntes portando enormes revólveres ostentados na cintura. A prática é justificada pela falta de autoridades governamentais, em que a única proteção para os indivíduos é portar uma arma para defesa própria. Esse fato é novamente utilizado por Júlio Nogueira para justificar a necessidade de uma intervenção governamental na região.

Quanto ao elemento humano, informa que as atividades que considera mais essenciais na organização social da Vila de Guairá são ocupadas por estrangeiros, na verdade não muito diferente do que ocorria em Foz do Iguaçu:

O administrador, o encarregado de Porto Mendes e o farmacêutico são paraguaios; o médico é espanhol; o chefe de contabilidade e o do depósito são alemães. O único empregado brasileiro de categoria é o secretário. Além deste não se contam mais de uns três brasileiros no pessoal da empresa. A peonada é paraguaia ou argentina (NOGUEIRA, p. 115, 1920).

Retomemos a figura do *mensu* referido no capítulo anterior. Geralmente era paraguaio, responsável pelo serviço mais pesado e degradante nestas *obrages*. Não é difícil constatar que as formas de trabalho mais penosas são ocupadas, em sua maioria, por paraguaios.

Durante a leitura é raro os viajantes que optaram pelas rotas mais confortáveis em trens e barcos à vapor relatarem contatos diretos com paraguaios. Muito possivelmente porque dentre os estrangeiros os argentinos se encontravam nas sedes das *obrages* e vilas para recepcionar viajantes, enquanto os paraguaios encarregavam-se das atividades extrativas. Como informado pelo próprio autor, a Argentina tinha em mãos monopólio turístico do Alto Paraná. É notória a participação do trabalhador paraguaio nos setores econômicos inferiores e os argentinos e, em menor número, europeus ou descendentes destes, em setores sociais privilegiados.

Para complementar toda a indignação demonstrada pelo excursionista, é revelado que a erva mate extraída no Brasil é vendida pelos argentinos como sendo erva mate paraguaia, já que na época, a erva do Paraguai tinha um maior valor agregado pela qualidade que apresentava, dando um positivo retorno para aqueles capitalistas. Na embalagem encontra-se a seguinte descrição: “*Yerba virgen especial, elaborada para el consumo de la República Argentina, Cruz de Malta, Marca registrada. Introdutores Francisco Mendes & Co.*”.

É lamentável que, pelo menos uma parte da enorme produção da empresa não seja beneficiada em território nacional e apresentada aos mercados consumidores, com a declaração ostensiva da sua procedência. A nossa erva é geralmente vendida como paraguaia, porque se firmou a convicção cavilosa de que esta é a melhor. Tem sorte semelhante á do nosso café, do nosso açúcar, dos nossos tecidos e tantos outros artigos (NOGUEIRA, p. 117, 1920).

A apropriação ilegal da erva mate brasileira pela indústria argentina já é reconhecida por pesquisadores de ambos os países. Na última década do século XIX, por exemplo, constata-se um

aumento na população da Argentina, o que certamente demanda um consumo maior do produto (BOSI, 1986). Entretanto, não existe, na mesma época, um expressivo aumento dos campos de produção de erva mate que justificaria o expressivo aumento de produção registrado em 6 anos na passagem do século XIX para o século XX como aponta a pesquisa divulgada na edição sétima da revista argentina “*Folia histórica del nordeste*”:

TABELA 3¹² – Tabela com informações sobre a produção de erva-mate argentina entre 1898 e 1903

ANOS	QUILOGRAMAS
1898	1.043.154
1899	1.140.457
1900	1.309.261
1901	1.800.000
1902	2.016.057
1903	2.324.091

Fonte: BOSI, S. C. A. “*Folia histórica del nordeste: Misiones, una aproximación geográfica al problema de la yerba mate y sus efectos en ocupación del espacio y el poblamiento*”, p. 48, 1986. A tabela foi adaptada e traduzida do espanhol.

A tabela demonstra um aumento de mais de 100% na produção ervateira argentina em 6 anos. Sendo o maior salto de produção do período entre os anos de 1900 e 1901 onde se apresenta um aumento de quase 500 mil toneladas. Enquanto nos anos anteriores este aumento não passava de 100 mil toneladas/ano. A causa deste aumento foi o contrabando da erva brasileira realizadas por *obrages* argentinas no Oeste paranaense:

En términos generales, se observa que no hubo a lo largo de estos 30 años una alteración sustancial en el número de trabajadores de la yerba. En un período en que las innovaciones técnicas no fueran espectaculares, resulta poco convincente la duplicación de la producción entre 1898 y 1903. Si consideramos, además, que el sistema de vigilancia no mejoró en estos años, el aumento señalado puede deberse, casi con certeza, al aumento del contrabando de yerbas extraídas en Brasil o Paraguay y declaradas nacionales. (BOSI, p. 49, 1986).

¹² Os dados da tabela são apresentados na revista como originários do “*Archivo General de la Nación – AGN*”, do governo argentino.

Bosi (1986), afirma aquilo que Júlio Nogueira já havia observado, e aqui exposto, nesta viagem em 1918: a limitada ou inexistente fiscalização dos produtos nacionais para países estrangeiros: “Quanto ao regime fiscal, a região está no mais lamentável abandono, conquanto seja ali imprescindível uma agência fixa. Não há igualmente força federal, apesar de ser território fronteiriço.” (NOGUEIRA, p. 119, 1920).

Sobre sua passagem pelas Sete Quedas, os elogios e descrições enaltecidas sobre cada Queda que visita é recorrente e conta o que ouviu de um estrangeiro:

Ao contemplar aquele espetáculo estupendo, aquela pavorosa demonstração das forjas incalculáveis da natureza a gente compreende a sinceridade de um visitante americano, que, num brado d'alma, exclamou ao vê-lo:
—Pobre Niágara! Sim, que pode valer o Niágara em comparação com aquilo! (NOGUEIRA, p. 127, 1920).

Júlio Nogueira revela que durante sua passagem sobre Guaíra, soube de pesquisadores enviados pelo governo argentino que visitavam constantemente as 7 Quedas para estudos planialtimétricos para fazer medições de velocidade e nivelamentos de posição referentes com o aval do próprio governo brasileiro:

A Argentina possui grande quantidade de saltos no Iguaçu e, para conhecer precisamente a sua capacidade como fontes produtoras de eletricidade industrial, nomeia uma comissão para proceder a estes estudos. A própria lei que os autoriza dispõe que o Ministério das Relações Exteriores e Cultos deverá pedir permissão ao nosso governo para efetuar os trabalhos necessários em território brasileiro. Tal permissão foi dada, ficando ao nosso governo o direito de acompanhar esses estudos por meio de representantes, que só ultimamente foram nomeados. Onde o motivo para desconfianças e temores? Se a Argentina tivesse intuídos ocultos, mandara sub-repticiamente os seus emissários, que muito a seu sabor colheria as informações de todo o gênero de que carecessem, tal o abandono em que deixamos aquela região do ponto de vista da vigilância militar. Ali não há uma autoridade residente, que inspecione a fronteira; não há um pequeno contingente, um soldado sequer do exército! Os técnicos argentinos ou de qualquer outro país poderiam proceder inteiramente à vontade aos levantamentos que quisessem, desenrolar planos, tirar fotografias, preparar, em summa, uma notícia completa acerca daquela fronteira. (NOGUEIRA, p. 135, 1920).

Conforme o relato, foi contratado os serviços da empresa alemã de energia elétrica: *Companhia Alemã Transatlântica de Eletricidade*. É possível afirmar que essa comissão de pesquisa foi a primeira a levantar dados sobre a possibilidade da construção de uma usina hidrelétrica no Rio Paraná.

A pesquisa mostrou que era possível a construção de tal empreendimento, entretanto os custos seriam altos devido à engenharia que deveria ser montada para levar esta energia até a

capital argentina e sua região metropolitana. Caso fosse concretizado, as fazendas e comunidades próximas à Guáira poderiam usufruir dos benefícios à um custo mais baixo.

Figura 7 – Foto do orçamento realizado para a construção da Usina de *Iguassú* no início do século XX

Custo aproximado da instalação	
113.500 KW na usina do Iguassú, igual a 85.000 kw utilizáveis em Buenos Aires e Rosario.	
1 Usina do Iguassú	
a) Parte hydraulica da instalação, inclusive : terrenos necessarios, estrada de ferro a Puerto Aguirre e usina electrica auxiliar.....	30.000.000
b) Machinas,doze grupos geradores, cada um de 12.000 K V A ; 3 grupos identicos de reserva, inclusive terrenos, casas de machinas, transformadores taboas de distribuição etc.....	13.000.000
2 Linha de transmissão.	
a) Linha principal 1.200 kilometros até Buenos Aires, seccão de cobre de 6 x 10 mm quadrados, duas filas de torres inclusive : terrenos, cabos de protecção, instalação telephonica, estações de interruptores, casas para inspectores de linha.....	27.000.000
b) Ramal de 150 kilometros para Rosario.....	3.000.000
3 Estações intermediarias em Buenos Aires e Rosario para uma potencia util de 85.000 KW com 25 % como reserva, incluindo terrenos, machinas, transformadores, taboas de distribuição etc.....	13.500.000
4 Estudos preliminares e imprevistos.....	8.500.000
Total..... \$ 85.000.000	
Despesas annuas aproximadas	
a) Juros de 85.000.000 pesos, custo da instalação, a 6 %.....	5.100.000
b) Amortização e despesas de conservação, 4, 5 % de 30.000.000 de pesos.....	900.000
c) Machinismos da usina do Iguassú, 0 % de 13.000.000.....	780.000
d) Linha de transmissão, 4, 5 % de 30.000.000....	1.350.000
e) Estações intermediarias de Buenos Aires e Rosario 6 % sobre 13.500.000 pesos.....	810.000
f) Pessoal, lubrificantes etc na usina central e estações intermediarias, incluindo inspectores de linha de transmissão.....	700.000
g) Administração, impostos e eventuaes.....	610.000
\$ 10.250.000	

Fonte: NOGUEIRA, p. 138-139, 1920 (adaptado).

Nota: – Custo aproximado da instalação da USINA DO IGUASSÚ – Orçamento realizado pelo engenheiro Walter Musswitz da Companhia Alemã Transatlântica de Eletricidade

Os custos relatados são calculados em *pesos* argentinos e incluem desde transformadores e instalações telefônicas até despesas anuais com juros e amortização. A pesquisa de Walter Musswitz previu que a usina produziria 113, 500 Kw (Kilowatts) das quais 85, 000 Kw poderiam

chegar nas cidades de Buenos Aires e Rosário, ou seja, 75% de toda a energia produzida. Aparentemente cara, essa instalação, segundo Júlio Nogueira, seria de grande valia a longo prazo para os argentinos.

Ainda sobre a energia elétrica, o autor diz que em alguns locais no Oeste paranaense encontrou eletricidade com um mecanismo denominado “*zôrra*”. Sem descrever mais detalhes, indica que esse sistema de eletricidade era encontrado na sede da empresa de Júlio Allica, dono da *obrage* Allica, com cerca de 450 hectares de exploração de erva mate e com produção que beirava os 2,5 milhões de quilos por ano. Sua visita iniciou após aportar no porto da empresa, Porto Artaza, no início de sua viagem de volta à São Paulo (NOGUEIRA, 1920).

Os relatos de Júlio Nogueira é o que apresenta, dentre os aqui expostos, mais detalhes sobre o Oeste paranaense. É perceptível seu esforço em ter acesso à dados quantitativos sobre a região e sua preocupação com o avanço de frentes pioneiras de capital argentino e numerosa população estrangeira proporcionalmente à brasileira em todas as localidades em que visitou.

Indiretamente também contribui para a afirmação inicial desta pesquisa de como o desenvolvimento social e econômico dessa região de fronteira estava voltada muito mais para a Argentina e o Paraguai do que propriamente o Brasil.

2.1.5. “Recordações de viagens ao Alto Paraná”, Arthur Martins Franco – 1904/1905 e 1913 (GRUPO 2)

Arthur Martins Franco, à época de sua excursão era um Engenheiro Geográfico e comissário de terras arrematado na região metropolitana de Curitiba. Ficou responsável pela demarcação de terras sobre uma concessão feita pelo Estado do Paraná às Companhias argentinas *Nuñez e Gibaja* e *Domingos Barthe*, o que motivou sua primeira viagem ao Oeste paranaense entre os anos de 1904 a 1905. Estas *obrages* tinham como principal atividade, como as demais já citadas, a extração de madeira e erva mate para o beneficiamento e/ou industrialização na Argentina.

Á critério de localização espacial, a *obrage Nuñez e Gibaja* era localizada onde são hoje partes das cidades de Toledo, Cascavel, Cafelândia, Corbélia, dentre outros, e a de *Domingos Barthe* onde se encontra atualmente partes dos territórios das cidades de Cascavel e Santa Helena (YOKOO, 2011).

Franco, ainda foi Secretário de Negócios da Fazenda do Estado do Paraná entre 1912 – 1916; Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP entre 1923 – 1930; Professor das faculdades de Engenharia, Filosofia e Ciências e Letras da Universidade do Paraná; Diretor do Museu Paranaense na seção de História entre 1952 – 1953, dentre outros (NICOLAS, 1984).

Em 1913 retornou à região, desta vez como Secretário da Fazenda do Estado do Paraná a serviço do então governador Carlos Cavalcanti d’Albuquerque para a instalação do Serviço Fiscal Estadual na zona fronteira de Foz do Iguaçu. Um ano depois este seria emancipado enquanto município autônomo.

Em seu livro “Recordações de viagens ao Alto Paraná” publicado em 1973, Franco, faz os relatos destas duas viagens. A viagem que interessa mais a esta pesquisa é a primeira, pois traz relatos muito importantes sobre a constituição da Fazenda Britânia em 1904 e 1905. Contudo, resolvemos também abordar sua excursão em 1913, pois complementa os esforços desta pesquisa em demonstrar a preocupação do governo paranaense em organizar mecanismos de controle na fronteira – apesar de infrutíferos em curto/médio prazo, como demonstrado aqui pelos relatos de Júlio Nogueira em sua passagem por Foz do Iguaçu 7 anos depois.

Para chegar aos destinos de sua primeira viagem, saiu de Paranaguá, em mar, e aportou em Montevideu, no Uruguai. Embarcou em um trem até Buenos Aires, na Argentina, de lá para Rosário, Corrientes e Posadas até chegar, outra vez, ao Brasil, no cruzamento do Rio Paraná.

Em sua segunda viagem, desta vez à Foz do Iguaçu, embarca em um trem na Estrada de Ferro de Curitiba e segue a seguinte rota: Curitiba – Uruguaiana – Paso de Los Libres – Posadas e daí para o Rio Paraná. Nas duas viagens foi obrigatória a passagem por cidades argentinas (FRANCO, 1973).

Em cada passagem, por cada cidade, informa com precisão suas impressões e acontecimentos inusitados. Decepciona-se com Montevideu, espanta-se com o idioma guarani falado quase que por todos que frequentavam os portos argentinos, relata uma corrida em Corrientes entre o barco a qual estava, o “Uruguaio” e o “vapor” da *Companhia Nuñez e Gibaja*, “*Espanã*”; sua embarcação perdeu. Contudo, horas depois, os alcançaram. Alguma das máquinas de carvão daquela embarcação havia quebrado. Foram recebidos pelo então vice-presidente do município de Posadas Domingos Barthe, dono da *Companhia Domingos Barthe*.

Na encosta do Rio Paraná, no dia 4 de outubro de 1904, embarcou no vapor “Iguassu”, da empresa *Nuñez e Gibaja* em direção à Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Do porto da Colônia Militar sua comissão saiu em uma “chalana” em direção à Porto Aguirre a fim de conhecer alguns Saltos das Cataratas do Iguaçu pelo lado Argentino, permanecendo lá entre os dias 6 e 9 daquele mesmo mês. Por fim, o vapor *España*, o mesmo já citado anteriormente, atracou em Porto Aguirre e os levou até uma elevada margem do Rio Paraná, em uma viagem de 3 dias, onde se construía um pequeno porto. Esta viagem durou um dia e meio.

Aquele porto fora construído com capital da empresa *Nuñez e Gibaja* para o escoamento de madeira e erva mate para os países fronteiriços. Por coincidir o dia da chegada da comissão de Arthur Martins Franco com a descoberta da América pelos espanhóis, o porto foi batizado de 12 de outubro (FRANCO, 1973). Entretanto, pareceu-me uma forma de agradar a comissão representante do governo paranaense que foi realizar as medições da propriedade da empresa. Este tratamento diferenciado é percebido também em seu encontro com Domingos Barthe dias antes na Argentina, na qual também teve suas propriedades demarcadas nesta mesma viagem por Franco.

FIGURA 8 – Fotos do Porto 12 de Outubro e da casa de engenheiros do porto, 1904



Fonte: FRANCO, 1973, n. p.

Nota: Instalações da *Companhia Nuñez e Gibaja* em 1904.

A partir deste ponto, os trens e embarcações fluviais da qual se servia a excursão de Franco não mais estariam presentes. Para acessar a propriedade de *Nuñez e Gibaja* deveriam utilizar as picadas feitas pelos empregados da empresa que cortavam a Fazenda Britânia. Desde a

saída do porto 12 de outubro, até seu retorno ao mesmo, foram 52 dias entre caminhadas, cavalgadas e trabalhos técnicos.

Os relatos a partir deste ponto assemelham-se muito mais às dos excursionistas que acessaram o Oeste do Paraná via Guarapuava que o relato anterior de Júlio Nogueira, já que o foco aqui passa a ser as dificuldades da viagem, e os perigos que aquelas matas representavam. Exceto nos momentos em que acessam as 5 pousadas existentes entre o porto e a *obrage* pretendida, onde encontram grupos de moradores e viajantes. Esta parte específica deste relato deixarei reservada para a análise da Fazenda Britânia no terceiro capítulo.

A equipe de auxílio para a demarcação daquelas terras foi montada com os trabalhadores disponibilizados pela empresa e outros contratados pelo próprio autor durante sua passagem pela Fazenda Britânia num total de 16 homens. Dentre eles apenas 2 brasileiros, um “balizador”, e um cozinheiro, de origem paulista, o restante era composto por argentinos e paraguaios. O que ilustra muito bem as condições da ocupação brasileira naquela região, que eram muito pequenas.

Figura 9 – Trabalhadores da empresa *Nuñez e Gibaja* entre 1904 a 1905.



Fonte: FRANCO, 1973, n. p.

Nota: – À direita, a turma de medição da expedição de Arthur Martins Franco. À esquerda, a distribuição de comida “ração” para os trabalhadores que auxiliavam na medição da propriedade.

Não foi diferente no trabalho realizado na *obrage* de *Domingos Barthe*, que teve uma comissão montada de maioria estrangeira, num total de 12 homens. A maior parte do caminho foi feito à montaria de cavalos e burros exceto sobre alguns rios de corrente mais forte, como no rio “Gonçalves Dias”, afluente dos rios Occoy e Iguazu na região da atual cidade de Missal –

naquela época denominada “Sol de Maio”¹³ – ainda nas proximidades do Rio Paraná. Na passagem por esse rio, relata:

Apesar da forte correnteza e do volume d’água, realizamos a passagem com grande risco, pois era preciso manter o animal que montávamos voltado contra a corrente e mal entrava n’água, abriam-se duas verdadeiras cachoeiras no peito do animal, atingindo a água à meia barriga e com tal violência e barulho que nada se ouvia do que os companheiros nos diziam, em altos brados, da barranca. A marcha através do vão deveria ser feita lentamente, pois o animal tinha que caminhar de lado, pois, do contrário, não resistiria à força da corrente, por ser o leito do rio formado por uma laje escorregadia (FRANCO, p. 50 1973).

Infelizmente, sua obra não traz o resultado de seus estudos topográficos, nem qualquer estimativa sobre as medidas realizadas no perímetro das propriedades. Realizados os trabalhos, dirigiu-se ao Porto de Sol de Maio e de lá para Posadas de onde fez sua viagem de volta à Curitiba. Esta primeira viagem foi realizada entre outubro de 1904 a julho de 1905.

A viagem de Franco consumou a instalação da *obrage* dos argentinos Júlio Nuñez e Lázaro Gibaja em 1905. A sociedade empresarial desses argentinos já contava, antes da instalação da *obrage*, com embarcações que ligavam Posadas às margens do Rio Paraná, mais especificamente ao porto de Guaíra para o transporte de erva mate. Possivelmente o grande aumento da demanda desse produto na Argentina e no Paraguai no início do século XX e o conhecimento das terras do Oeste paranaense influenciou o desenvolvimento desse empreendimento. Para acessar o local foram criadas 5 pousadas entre o porto 12 de outubro e o território da empresa. Como já mencionado, essas pousadas passavam por dentro da Fazenda Britânia, propriedade da *Companhia de Maderas Del Alto Paraná*. O perímetro dessas pousadas, não foi contabilizado como território da Fazenda Britânia. O que gerou vários imbróglios judiciais sobre esses locais durante o processo de urbanização a partir da década de 1950.

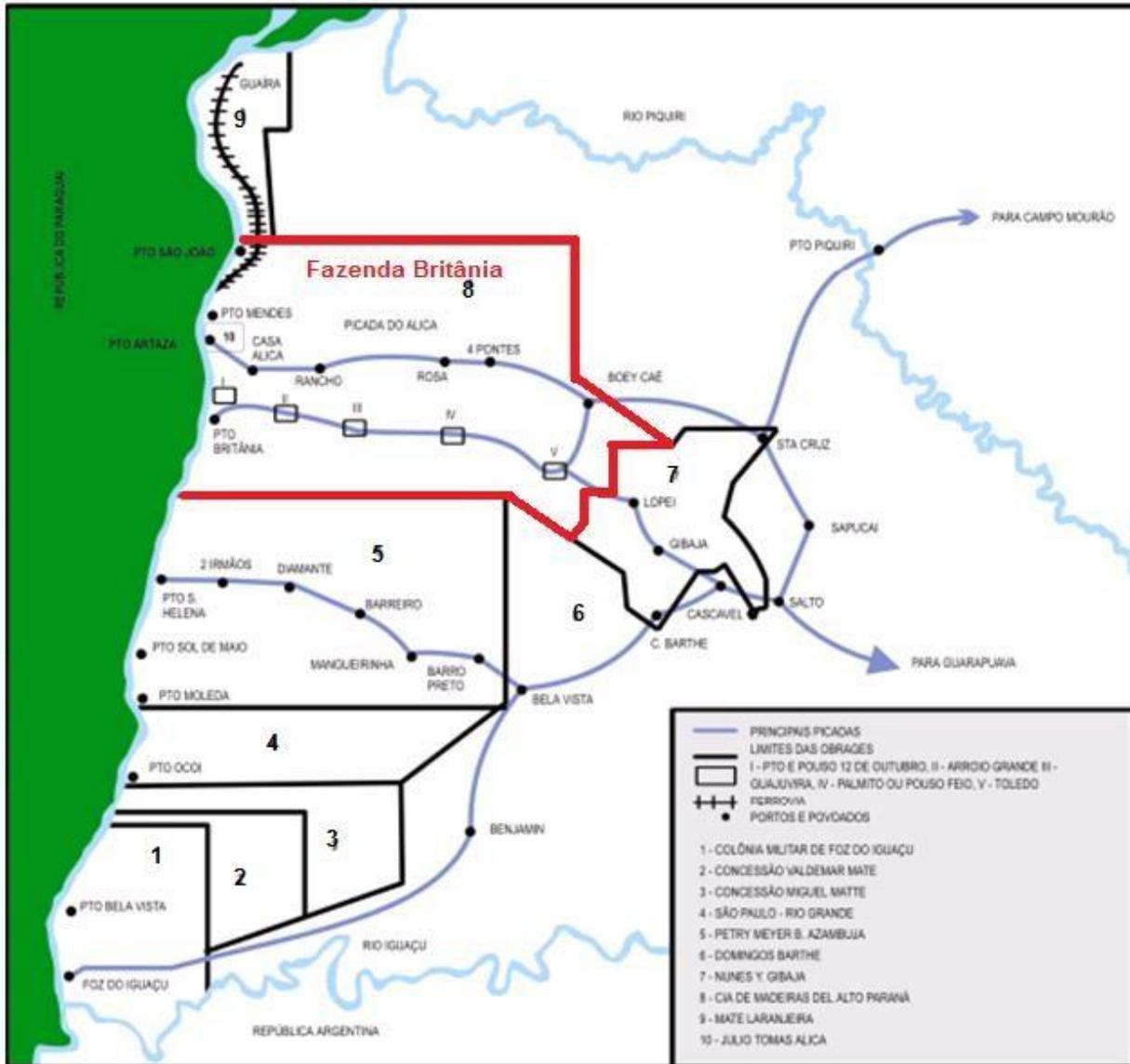
O caso da propriedade de Domingos Barthe é diferente, já que exercia a exploração daquelas terras desde 1858, tendo durante aquele tempo anexado outros territórios como a Região do Rio do Salto, margem do Rio Tormentas de onde fez a ligação de uma estrada até a central de sua companhia. Oficialmente, a *Companhia Domingos Barthe* é fruto de uma associação entre o

¹³ É interessante observar que a maioria das referências apresentadas durante os relatos tem origem cultural indígena ou de países estrangeiros. Neste caso, “Sol de Maio” é representado nas bandeiras da Argentina e do Uruguai com a representação do Sol Inca. O termo “de Maio” é relacionada à revolução de maio de 1810 que significou a independência desses dois países do Vice-reino do Prata, pertencente à Espanha (ABAD, 1965).

franco-argentino Domingos Barthe e o brasileiro Manoel José da Costa e criada em 1901 pelo Decreto Estadual nº 4, de 16/mar./1901, Art. 2º. Como a Companhia já estava legalizada, o papel de Arthur Martins Franco muito provavelmente era a medição de áreas descontínuas. Comprada em 1905 para exploração de erva mate, mais especificamente os quilômetros 16, 34, 50, 68 (PFLUCK, 2015), era “[...] uma área à margem esquerda do rio Paraná para construção dos portos Sol de Maio e Santa Helena” (YOKOO, 2011, p. 8).

A figura 10 mostra u, mapa das *obrages* em atividade em 1905 por todo o Oeste paranaense. A grande maioria controlada por capital argentino. Destaca também o caminho realizado por Arthur Martins Franco dentro do território da Fazenda Britânia até a *obrage* de *Nuñes e Gibaja* pelas 5 pousadas existentes, algumas criadas pela própria comissão, como o primeiro pouso: 1 – Pouso 12 de Outubro (Porto); 2 – Arroio Grande; 3 – Guajuvira; 4 – Palmito; 5 – Toledo (Pouso Frio). A erva mate semiproduzida era transportada por animais por estas picadas até o Rio Paraná, de onde era levada por embarcações até a Argentina (PEREIRA, 2017).

Figura 10 - Principais *obrages* no Oeste do Paraná no início do século XX

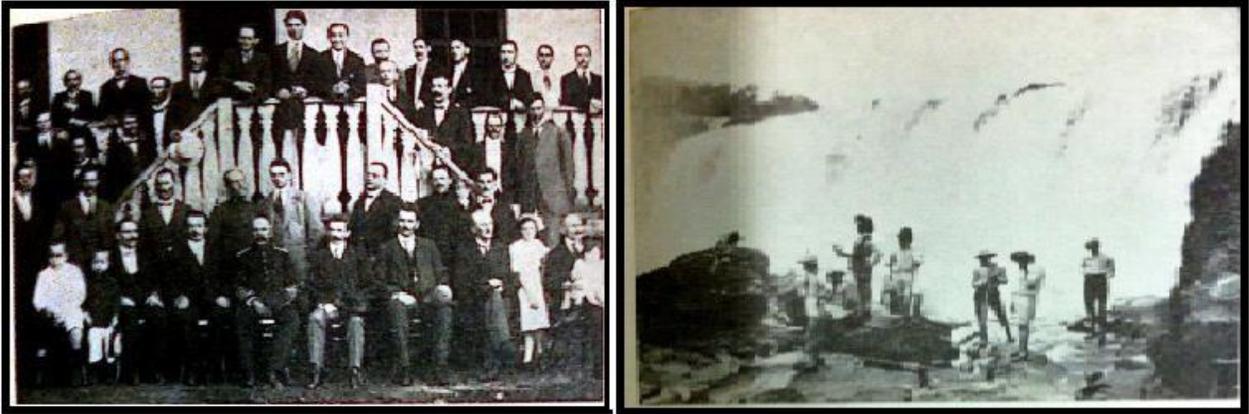


Fonte: WACHOWICZ, 1982, p. 64 (adaptado).

Nota: *Obrages* no Oeste do Paraná com destaque em vermelho para a Fazenda Britânia, território da Companhia de Maderas del Alto paraná e as 5 pousadas entre o Rio Paraná e a *obrage* de Nuñes e Gibaja.

Em seu segundo retorno, em 1913, com o papel de instalar um órgão de fiscalização de rendas na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, uma versão mais “primitiva” da atual Receita Federal, mas em âmbito Estadual, visitou as Quedas do Iguaçu, perfazendo o mesmo trajeto que Júlio Nogueira na vila de Guaíra. Utilizou-se da estrada de ferro da *Companhia Matte Laranjeira*. Em 22 de novembro de 1913 foi realizada a cerimônia de inauguração da Coletoria Estadual.

FIGURA 11 – Fotos da comissão de Arthur Martins Franco em visita à Foz do Iguazu em 1913.



Fonte: FRANCO, 1973, n. p.

Nota: À direita, a comissão de Arthur Martins Franco de 1913 em visita a uma das 7 Quedas do Iguazu. À esquerda, a solenidade de Inauguração da Coletoria Estadual da Colônia Militar de Foz do Iguazu em 1913 com o Diretor da Mesa de Rendas Federal e seus auxiliares.

Realizadas as ações previstas, foi convidado pelo Capitão Reis da Silva, comandante da 12ª “companhia isolada” do Exército, para uma visita ao quartel, onde assistiu os exercícios da turma de sinaleiros. Essa ação foi documentada e divulgada como notícia em jornais de Curitiba, como no “Diário da Tarde” de 24 e 25 de novembro e no “A República” no dia 29 deste mesmo mês (FRANCO, 1973).

Pouco antes de retornar à Curitiba, recebeu um telegrama do Governador Francisco Xavier da Silva para que fosse verificar uma situação descrita como desagradável sobre o comércio de erva mate exportada para a Argentina. Em Posadas, sendo informado que não teria transporte para Buenos Aires naquele dia, resolve embarcar no Expresso Internacional em direção ao Paraguai afim de conhecer a capital Assunção.

Apesar de relatar a forma agradável e amistosa com a qual fora recebido, destaca sua decepção com a estrutura das instalações que visitou. Isso contrasta com a boa qualidade das hospedagens a ele oferecidas:

A nossa primeira visita, pela manhã, foi ao mercado, em cujo recinto só ouvimos falar o guarani e onde quase a totalidade das *tendas* eram assistidas por mulheres. Visitamos, em seguida, a Santa Casa de Misericórdia, pobremente instalada, o museu onde vimos os troféus brasileiros – poucos aliás – Guerra do Paraguai; a Igreja *Encarnación*, de cujo telhado, podemos descortinar o panorama da cidade. Visitamos também o cemitério dos brasileiros, prestando, assim, uma homenagem à memória dos bravos patrícios que tombaram longe da pátria, em defesa da honra do Pavilhão Nacional e da Liberdade de

um povo digno de melhor sorte. [...] Hospedamo-nos no *Hotel Hispano Americano*, um palácio da alta aristocracia paraguaia e que, segundo me informaram – valha a verdade – pertenceu a uma das irmãs do ditador Solano Lopes (FRANCO, p. 69-70, 1973).

De volta à Argentina, para investigar os problemas comerciais da erva mate, foi constatado que naquela época o país passava por diversos problemas envolvendo desde fortes chuvas e inundações das plantações da erva no Norte do país até greves de trabalhadores das lavouras de várias regiões e a concomitante falência de casas de comércio desses produtos.

Logo, torna-se compreensível a busca de capitalistas argentinos por ervais em terras do Oeste paranaense no início do século XX, já que não havia fiscalização das condições de trabalhos daqueles *mensus* que os oportunizassem receber o mínimo de direitos caso os órgãos governamentais estivessem ali ativos.

Essa crise comercial, a partir de 1910, incentivou um grande êxodo rural e representou o aumento da população urbana argentina, principalmente de Buenos Aires, que em 1940 já era considerada a maior metrópole da América do Sul, com 2 milhões de habitantes, seguido por Rio de Janeiro, com 1,8 milhões. Esse súbito aumento populacional foi responsável pelo surgimento do *convertillo*, que pode ser comparado ao *cortiço*, no caso brasileiro (COGGIOLA, 1997).

Em uma audiência, palestra pelo Sr. Camilo Bonésio, conforme o relato, foi indagado por que o Paraná não se apropria dos ervais do Oeste a qual representava para a Argentina, naquele momento, a maior fonte de consumo de erva mate do país. Franco prontamente respondeu que havia tentativas nesse sentido, inclusive projetos enviados para aqueles produtores com o intuito do desenvolvimento de consórcios com o Estado do Paraná, na qual foi negativamente por eles com justificativa de que as ervas de suas empresas poderiam perder valor de mercado caso tivessem que fazer alterações em sua marca (FRANCO, 1973).

Bonésio teria respondido que isso não fazia sentido já que quando aqueles produtos chegavam na Argentina eram reembalados com o nome de marcas tradicionais daquele país. Os “consumidores do interior” não conheciam as marcas daquelas *obrages*, apenas as marcas que as indústrias argentinas adotavam. Por isso não importava a marca, mas sim a qualidade do produto:

O ‘envase’ ou invólucro, que trazem, ao chegar aqui é substituído pelos nossos, com marcas e dizeres. [...] exportando-a em pacotes de 1 kg, muito bem acondicionada e o nome do importador em Montevideú e origem e nome de fabricantes daqui (Argentina) (FRANCO, p. 72-73, 1973).

Franco constata a mesma situação que irá desagradar a Júlio Nogueira em sua visita à Argentina e ao Oeste do Paraná 7 anos depois: a erva mate brasileira passava por um processo de desnacionalização após embarcados em vapores em direção à Argentina. Lá eram descaracterizados tanto quanto em relação à empresa responsável pela extração e a primeira etapa do processamento, como de sua verdadeira origem.

2.1.6. Breves considerações sobre o conjunto dos relatos no contexto do processo de ocupação do oeste paranaense entre os séculos XIX a XX

Apesar de não ser esta a intenção dos excursionistas, observo uma aproximação de todos os relatos com uma descrição etnográfica. Tais descrições não são sempre minuciosas e com o objetivo de tratar questões específicas da cultura local, como suas relações com outras comunidades, seus costumes, suas vestimentas, sua forma de alimentação etc.

Nos relatos do grupo 1, os excursionistas mantiveram relações próximas com indígenas Guarani ou Caingangue e caboclos sertanistas. Seus trabalhos de reconhecimento da região Oeste, abertura de picadas ou transporte de mantimentos acabaram gerando relatos curtos e longos, mas que pouco se pautaram em detalhar o que foi encontrado em seu destino. Importavam os contatos feitos durante o caminho com outras culturas e nas trocas de experiências inusitadas para os viajantes.

Já no grupo 2 os relatos são mais prolongados e minuciosos, todos com recursos de imagens. A descrição minuciosa destes relatos deve-se muito ao conforto que os excursionistas tiveram durante boa parte da viagem, podendo efetivar os registros com tranquilidade. Os registros fotográficos podem ser justificados pela época das incursões: as viagens do primeiro grupo foram realizadas ainda no século XIX, algumas no período imperial. O segundo grupo realizou as excursões décadas depois. As fotos requeriam uma aparelhagem pouco compacta, o que dificulta seu transporte, principalmente se o objetivo era cavalgar ou andar entre matas fechadas.

A divisão destes relatos em grupos distintos torna-se importante uma vez que é possível entender a entrada no Oeste paranaense pela ótica brasileira em relação às experiências da presença argentino/paraguaia. Ficou demonstrada a extrema facilidade do acesso estrangeiro sobre aquela região em detrimento das tentativas realizadas pelo lado brasileiro.

As excursões realizadas pelo lado brasileiro demonstram a existência de comunidades indígenas nos sertões paranaenses. Demonstra inclusive as relações intertribais e destas com as atividades *obrageras* que os utilizavam como mão de obra e os expulsavam quando não sentissem mais necessidade de seus trabalhos. Este é ainda o início de um processo da periferização indígena na relação entre as *frentes pioneiras* e *frentes de expansão* que se desenrola até os dias de hoje em desfavor às variadas etnias que, de alguma forma, ainda resistem nesta região.

As comissões que investigaram essa região pelo lado estrangeiro Argentina/Paraguai contribuíram na análise das relações comerciais, principalmente sobre o comércio da erva mate. As descrições apresentadas tornam-se possíveis pelo acesso dos excursionistas aos portos do Rio Paraná que representaram a porta de saída da erva mate brasileira para o comércio Argentino e Paraguai.

Foi constatado que basicamente toda a riqueza brasileira, seja a erva mate, a madeira ou até mesmo os pontos turísticos como as Cataratas do Iguazu ou as 7 Quedas do Iguazu eram vendidas como produtos Argentinos. Pelo menos durante o período abrangido pelos relatos, 1880 a 1920. Foi um período de “desnacionalização” do Oeste paranaense, caracterizado pela apropriação territorial de empresários argentinos associados ao capital transnacional. Tal apropriação, como se observou, em muito foi consentida pelo governo paranaense.

22 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO OESTE PARANAENSE ENTRE AS DÉCADAS DE 1890 E 1940

O Oeste paranaense apresentou variações demográficas em diversos níveis nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A seguir será apresentado dados referentes ao número de habitantes entre 1890 a 1940, presente no Oeste do Paraná.

Ressalto que as TABELAS 4 e 5 não levam em consideração a população dos *mensus* nas *obrages* argentinas, onde estes eram realizados nas atuais regiões Sudoeste e Centro-Sul do Estado do Paraná. O que infere inconsistências demográficas nestas pesquisas. Entretanto, são dados úteis para entender como o Oeste do Paraná era entendido enquanto região, e que populações eram ou não consideradas relevantes nestes levantamentos demográficos. A presença estrangeira começa a aparecer nestes censos a partir de 1920.

Na década de 1890, como se sabe, o Oeste paranaense era parte integrante do território de Guarapuava. Ao realizar os recenseamentos, a subdivisão regional era feita a partir do entorno das principais comunidades paroquiais de Nossa Senhora da Luz de Boa Vista: Nossa Senhora de Belém de Guarapuava; Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas; Santa Tereza de Terezina; Nossa Senhora da Luz de Boa Vista. A população do Oeste do Paraná em 1890 era de 19. 615 habitantes, sendo 19. 552 brasileiros e 63 estrangeiros, conforme a TABELA 4.

Quadro 4 – Brasileiros e estrangeiros no Oeste do Paraná em 1890

Nossa Senhora da Luz da Boa Vista		
	Paróchias	Habitantes
BRASILEIROS	Nossa Senhora de Belém de Guarapuava	8.908
	Santa Thereza de Therezina	3.626
	Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas	3.912
	Nossa Senhora da Luz da Boa Vista	3.106
	Total brasileiros	19.552
	ESTRANGEIROS	Nossa Senhora de Belém de Guarapuava
Santa Thereza de Therezina		8
Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas		35
Nossa Senhora da Luz da Boa Vista		15
Total de estrangeiros		63
Total do Oeste do Paraná		19.615

Fonte: BRASIL, 1890.

Nota: *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898) In: CRESTANI, L. A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): Uma perspectiva comparada e transnacional**. Tese de doutoramento: Évora (Portugal), 2019.

Já na TABELA 5, é apresentado o censo de 1900, entretanto sem a subdivisão em paróquias. Há um enquadramento em municípios com divisão por gênero. Os municípios são: Guarapuava, Palmas e *Bella Vista* de Palmas. Total da população registrada na década de 1900 foi de 24,858 habitantes, com 13. 320 homens e 11. 538 mulheres.

TABELA 5 – População do Oeste do Paraná em 1900 com as divisões por municípios e subdivisões por gênero

População				
Oeste do Paraná	Municípios e Vila	Homens	Mulheres	Total
	Guarapuava	6.982	6.142	13.124
	Palmas	4.604	3.899	8.503
	Bella Vista de Palmas	1.734	1.497	3.231
	Total Geral	13.320	11.538	24.858

Fonte: BRASIL, 1900.

Nota: , Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900 (Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1905): 61-62. In: CRESTANI, L. A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): Uma perspectiva comparada e transnacional**. Tese de doutoramento: Évora (Portugal), 2019.

No quadro 6, na descrição do censo de 1920, com a permanência da divisão entre municípios e o acréscimo do elemento estrangeiro o Oeste paranaense apresenta uma população de 58. 208 habitantes. Sendo Guarapuava o município com a mais alta densidade demográfica com 41. 452, seguido por Palmas com 10. 325 habitantes, e Foz do Iguaçu, cidade emancipada de Guarapuava em 1914, com 6. 431 habitantes.

Nota-se Foz do Iguaçu apresenta o maior número de população estrangeira, tanto em números absolutos quanto em proporcionalidade à população nacional com 4. 149 estrangeiros contra 2.282 brasileiros.

TABELA 6 – População do Oeste do Paraná em 1920 na relação entre brasileiros e estrangeiros

Oeste do Paraná			
Nacionalidades	Guarapuava	Palmas	Foz do Iguaçu
Brasileiros	38.776	9.759	2.282
Estrangeiros	2.676	563	4.149
Nacionalidade Ignorada	27	3	0
Total	41.452	10.325	6.431
Total Geral	58.208		

Fonte: BRASIL, 1920.

Nota: *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920* (Volume IV (População). Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1920): 282-287. In: CRESTANI, L. A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): Uma perspectiva comparada e transnacional**. Tese de doutoramento: Évora (Portugal), 2019.

Em 1940, a região Oeste paranaense não contava mais com os municípios de Palmas e Guarapuava, que foram regionalmente readequados sendo respectivamente anexados à região Sudeste e Centro – Sul. O município de Foz do Iguaçu tornou-se o único representante do Oeste até 1951, quando da criação dos municípios de Cascavel e Toledo.

Conforme o TABELA 7, que indica o censo de 1940, a população do Oeste paranaense era de 7.645. Houve um substancial decréscimo demográfico devido à desanexação de Palmas e Guarapuava da região Oeste. O quadro também aponta a quantidade de estrangeiros e nacionais e inclusive suas subdivisões em relação ao gênero.

TABELA 7 – População do Oeste do Paraná em 1940 em relação à nacionalidade e ao gênero

Oeste do Paraná			
População de Fato	Nacionalidade	Sexo	Foz do Iguaçu
	Brasileiros Natos		Homens
		Mulheres	2.637
		Total de brasileiros natos	5.916
Brasileiros naturalizados		Homens	31
		Mulheres	7
		Total de brasileiros naturalizados	38
Estrangeiros		Homens	990
		Mulheres	700
		Total de estrangeiros	1.690
Pessoas de nacionalidade não declarada		Homens	1
		Mulheres	-
		Total de nacionalidade não declarada	1
Total			7.645

Fonte: BRASIL, 1940.

Nota: *Recenseamento Geral do Brasil de 1º de setembro de 1940. Parte XVIII – Paraná* (Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951): 54. In: CRESTANI, L. A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): Uma perspectiva comparada e transnacional**. Tese de doutoramento: Évora (Portugal), 2019.

Não é difícil perceber que os dados censitários apresentados, principalmente os que remontam à passagem do século XIX ao XX não levaram em consideração as regiões de atividade das *obrages*. A partir de 1920, com o isolamento de Foz do Iguaçu, percebe-se a semelhança entre os dados do censo e os relatos dos excursionistas apontando a grande quantidade de trabalhadores estrangeiros no lado brasileiro.

Muito possivelmente as dificuldades enfrentadas pelas comitivas do GRUPO 1 que adentraram o Oeste paranaense via Guarapuava foram as mesmas que os recenseadores

enfrentaram para realizar o levantamento destes dados, por exemplo, em 1920, quando do primeiro registro demográfico de um município da atual região Oeste.

Cabe ressaltar que além do tardio registro de populações estrangeiras nesta região, ainda não se registravam, pelo menos oficialmente, a presença de indígenas no Oeste do Paraná. Como já ressaltado no primeiro capítulo, entre as décadas de 1910 e 1960, o Serviço de Proteção ao Índio – SPI, não indicava sequer a existência dessas comunidades indígenas na região de fronteira do Paraná com o Paraguai e Argentina.

3. A EXPANSÃO DA FAZENDA BRITÂNIA: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA INTERDEPENDÊNCIA FRONTEIRIÇA

Já mencionado, a Fazenda Britânia foi uma *obrage* fundada em 1905 pelo Coronel do Exército brasileiro Jorge Schimmelpfeng, que adquiriu 250 mil hectares de terras devolutas. Schimmelpfeng foi o primeiro prefeito de Foz do Iguaçu, em 1914. Ele teve contato com Júlio Nogueira em sua passagem por aquela cidade em 1919. Em 1906, a Companhia de Madeiras do Alto Paraná adquiriu essas terras de Jorge Schimmelpfeng. Esta companhia, fundada com capital inglês, tinha sede em Buenos Aires. Na ata de fundação, consta que Henry Bell, Walter C. Davis, Manoel Rodrigues e Hilary H. Lang foram os sócios proprietários destas terras (GRONDIN, 2007).

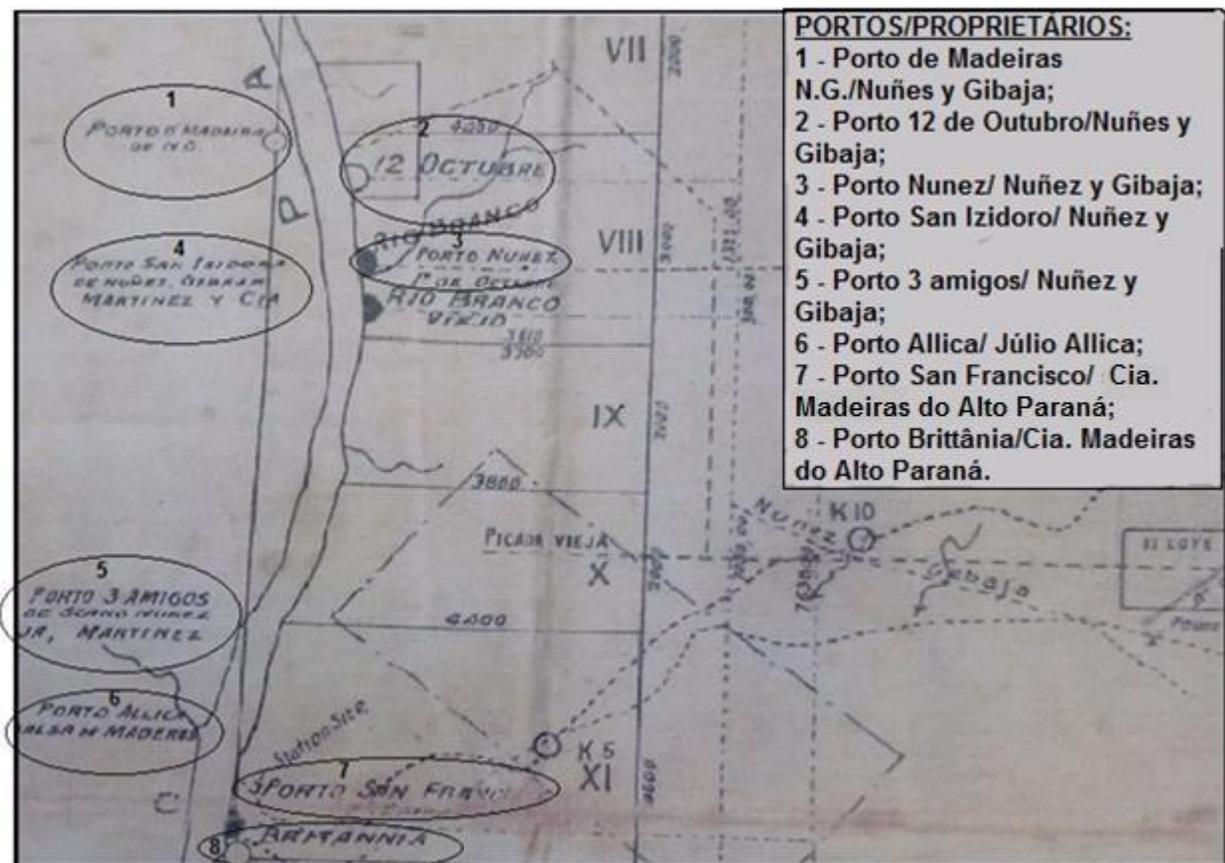
Contudo, mesmo antes deste território ser transformado em *obrage*, o território da Fazenda Britânia, fazia parte de um circuito de transporte de madeira e erva-mate. Este circuito foi percorrido por Arthur Martins Franco no mesmo ano da fundação da *obrage* Fazenda Britânia, entre 1904 e 1905. Este caminho era uma picada aberta anos antes por outra empresa *obragera*, *Nuñes e Gibaja*, e que contavam com 5 pousos que já foram expostos no capítulo anterior.

As características internacionais do empreendimento tornaram essa *obrage*, instalada no Brasil, grande fonte de renda principalmente para os capitalistas argentinos e ingleses. Para tal, foi necessário um planejamento que privilegiasse o escoamento de toda a produção para o Rio Paraná, e daí para compradores no Paraguai e Argentina. Conforme Grondin (2007, p. 41):

Da foz do rio Iguçu até os saltos das Sete Quedas. A região encheu-se de portos, muitos de vida efêmera, outros de maior dificuldade. Muitos deles eram clandestinos; outros eram legais, por estarem dentro das concessões ou propriedades legalmente estabelecidas. Pouquíssimos, porém, estavam devidamente registrados na Marinha Brasileira.

Em sua análise sobre os relatos da excursão de Domingos Nascimento, Grondin (2007) cita a existência de pelo menos 18 portos nesta costa brasileira já na segunda década do século XX referente à *obragens* argentinas que serviam como escoamento da extração de erva-mate e madeira.

FIGURA 12 – Localização de portos de *obrages* na costa da Fazenda Britânia e na costa do Paraguai em meados de 1905-1906



Fonte: MARIPÁ, 1906.

Nota: Plano de la Propriedad de la Sociedad Anonima Compañia de Maderas Del Alto paraná: Estado do Paraná, Província de Guarapuava. Acervo Cartográfico do Museu Histórico Willy Barth. Escala: 1: 100 000 (Foto tirada no dia 22/03/2018 [adaptado]).

A figura 12 mostra um dos poucos registros cartográficos existentes da Fazenda Britânia enquanto território integrado à Província de Guarapuava. Nela, destaca-se 8 portos nas duas margens do Rio Paraná somente na extensão que cobre a costa da Fazenda Britânia. Destes, 5 portos são descritos no mapa como propriedade da Empresa *Nuñez y Gibaja*.

Mais ao sul encontra-se o Porto Britânia, erguido em 1906, que, a partir do início das atividades da *obrage* Fazenda Britânia, passou a ser largamente utilizado para comercializar em Foz do Iguaçu. A distância entre o Porto Britânia e Foz do Iguaçu era de nove horas (GRONDIN, 2007). Posteriormente foi organizado um centro administrativo para que se pudesse gerir o transporte de erva-mate e madeira. Todos os suprimentos e materiais para erguer essas estruturas vinham do exterior:

Todo o material, ferragens, ferramentas, máquinas e alimentos eram importados de Buenos Aires e da Inglaterra. A bela casa de alvenaria que construíram cerca de mil metros acima da foz do rio São Francisco foi totalmente feita com material importado (NIEDERAUER, p. 34, 2004).

Para facilitar o acesso das primeiras levas produtivas ao porto, foi construído um grande depósito para erva-mate e uma zorra junto à barranca do rio Paraná: “[...] dois pares de trilhos sobre os quais descia uma vagonete levando os fardos de erva, enquanto outra vagonete, em contrapeso, subia.” (NIEDERAUER, p. 34, 2004). As referências às funcionalidades voltadas para a fronteira, enquanto planejamento da exportação dos produtos são evidentes:

Nas margens dos rios São Francisco e Paraná, erguem-se barrancos de 25 a 40 metros. No alto, o terreno foi aplainado, gramado e lá foram construídas as casas. Esta área passou a ser chamada de *planchada* e servia também para depósito de toras para exportação. A partir da *planchada*, construíram uma estrada que, beirando o barranco. Descia até junto à água do rio São Francisco. Nesse local, o terreno foi igualmente aplainado e lá eram depositadas as toras de madeiras que rolavam, barranco abaixo, lá do alto da *planchada*. As toras de madeiras ali depositadas eram roladas dentro d’água, onde procediam ao embalse. Mais tarde a Colonizadora MARIPÁ usou o mesmo sistema (NIEDERAUER, p. 34-35, 2004).

Como se vê sobre a Fazenda Britânia, as primeiras construções e tudo o que destas frutificou, desde o comércio a relações sociais com trabalhadores e capitalistas estrangeiros foram constituídas às margens do rio Paraná: A criação de animais, a extração da erva-mate, a derrubada de árvores e as jangadas que delas se faziam foram aprendidas com os *mensus*. Nesse sentido, uma das peculiaridades observadas sobre a figura do *mensu* era como estes eram tratados pelos

moradores da Fazenda Britânia. As 40 famílias que estavam assentadas nos primeiros anos daquela *obrage*, pelo que se apresenta em alguns estudos, não mantinham uma relação violenta ao nível de exploração que seus patrões argentinos mantinham (NIEDERAUER, 2004). Quando recebiam trabalhadores estrangeiros, estes eram pagos, quando não em dinheiro, com alimento (GRONDIN, 2007). A figura 13 ilustra a forma de pagamento comumente recebida por estes trabalhadores nestas *obrages*.

FIGURA 13 – Vale de “1 mil pesos argentinos em mercadorias” da *obrage* de Júlio Alica



Fonte: Acervo de Diego Nazalara. Entre Rios – Argentina. (Disponível em: <<https://www.memoriarondonense.com.br/eventos-single/fazenda-allica/9/>> Acesso em: 22 ago. 2019).

Nota: Vale utilizado para pagar os *mensus* em Puerto Artaza, na *obrage* de Júlio Alica, contendo sua assinatura.

Como se não bastasse, os terrenos da Fazenda Britânia, cobertos por densas florestas que continham madeira de lei como pinheiros e ainda muitos ervais nativos, a *obrage* ainda plantou 90 mil mudas de erva-mate próximo ao porto, imitando o *layout* argentino de produção/escoamento (GRONDIN, 2007)

Nestes ervais de plantio era onde os *mensus* geralmente trabalhavam: recebiam uma espécie de caderno pequeno onde continha o nome do proprietário daquela terra, o número da chácara, e a quantia do de seu crédito mensal. Quando venderam a Fazenda Britânia, a Companhia foi obrigada a dar uma escritura definitiva para cada trabalhador que apresentasse seu caderno de créditos (NIEDERAUER, 2004).

A partir deste ponto, será apresentado o processo de expansão da Fazenda Britânia por meio da utilização das picadas e pousadas abertas por outras *obrages* no interior desta. Os relatos de Arthur Martins Franco, os mapas disponibilizados pelo Museu Histórico Willy Barth, e uma bibliografia complementar fundamentarão as constatações a seguir.

3.1. A EXPANSÃO DA FAZENDA BRITÂNIA: O FIM DA ERA DAS *OBRAGES*

Arthur Martins Franco em sua excursão que fez passagem pela Fazenda Britânia entre 1904 a 1905 já havia identificado os 5 pousos que, cortados por picadas, a atravessavam por todo seu comprimento.

Já foi descrito que em 12 de outubro de 1904 desembarcou em um porto que ganhou o mesmo nome de sua data de chegada, 12 de outubro. Este também foi o nome dado à primeira das 5 pousadas entre o rio Paraná e a *obrage* de *Nuñez y Gibaja*.

Após sua chegada, havia um combinado de aguardar 20 dias na pousada do porto até a chegada de animais de transporte de um porto do Paraguai para que pudessem atravessar tais picadas até a *obrage* a qual deveria fazer as avaliações geográficas do território.

Durante esta espera, para matar o tempo, além de caçar, treinar tiro, nadar e se divertir com o que dispunha naquele momento, resolveu fazer uma caminhada entre o porto 12 de outubro para a direção Sul junto à margem do rio Paraná com objetivo de encontrar aldeamentos indígenas:

Para matar tempo, resolvi fazer uma excursão, a pé, pela margem do rio paraná abaixo, até a barra do S. Francisco, barra essa que, como já mencionei, fica fronteira ao porto Santa Tereza, no intuito de encontrar algum vestígio de aldeamentos de indígenas do tempo dos Jesuítas, pois que tinha visto figurado em um mapa o “Aldeamento de Ontiveiros”, localizado próximo à foz desse rio (FRANCO, p. 27, 1973).

Seu objetivo foi frustrado, conseguiu chegar à foz do rio São Francisco em cerca de 6 horas de viagem, contudo, não encontrou os aldeamentos.

Abrindo um breve parêntese: um ano depois, em meados de 1906, ao sul da foz do rio São Francisco falso, foi construído o Porto Britânia. Na primeira década do século XX já existiam 12 portos somente na costa do Paraná. No mesmo mapa em que elenquei os portos que percorriam a costa da Fazenda Britânia, há uma parte em que são expostos os nomes de todos os portos e inclusive a distância em metros entre cada porto, como é descrito na figura 14:

FIGURA 14 – Fragmento do mapa da Fazenda Britânia, em 1906.

	METROS LINEALES	
SAN FRANCISCO FALSO		1463,00
A H BELL	1463,00	8519,00
H. BELL A FELICIDAD	7050,00	
FELICIDAD AL SAN FRANCISCO	2056,00	10.575,00
DEL SAN FRANCISCO A BRITANNIA	586,00	11.163,00
BRITANNIA A PLANCHADA VIEJA	7050,00	18213,00
PLANCHADA VIEJA A RIO BRANCO	586,00	18801,00
RIO BRANCO A 12 DE OCTUBRE	1322,00	20.123,00
12 DE OCTUBRE A PORVENIR VIEJO	5728,00	25851,00
PORVENIR VIEJO A ARTAZA	1028,00	26879,00
ARTAZA A MENDES	1322,00	28201,00
MENDES A PORVENIR	4313,00	32514,00
PORVENIR A RIO NUÑEZ ALVEZ	3166,00	41.600,00
TOTAL	41.600,00	41.600,00

Fonte: MARIPÁ, 1906.

Notas: **Plano de la Propriedad de la Sociedad Anonima Compañia de Maderas Del Alto paraná:** *Estado do Paraná, Província de Guarapuava.* Acervo Cartográfico do Museu Histórico Willy Barth (Foto tirada no dia 22/03/2018 [adaptado]).

Percebe-se nestes dados, por exemplo, a proximidade entre dois portos da *Companhia del Maderas del Alto Paraná*: porto São Francisco e porto Britânia distantes apenas 586 metros.

Do porto São Francisco, 12 quilômetros ao norte, se encontrava o porto 12 de outubro. No total, os portos do Oeste paranaense, na primeira década daquele século, cobriam um perímetro de 41 quilômetros ao longo da margem do rio Paraná. Isso representa uma média de um porto a cada 3 quilômetros e meio, naquele perímetro, apenas na costa brasileira.

Retornando à jornada de Franco, dia 31 de outubro chega ao porto razoável número de animais para seu transporte e o de suas mercadorias e ferramentas de trabalho. No dia primeiro do mês de novembro inicia sua partida do primeiro pouso.

A chegada ao segundo pouso foi em questão de poucas horas. É detalhado que as picadas são estreitas e que em alguns pontos há a necessidade abrir passagem com foice. Nas proximidades de um arroio, encontraram acampado um grupo de homens responsáveis pelo alargamento daquelas picadas; também estavam de passagem.

Como estavam na véspera da data reservada ao dia de “Todos os Santos”, resolveram batizar aquela pousada como “Pousada de Todos os Santos”. Entretanto, na maior parte da bibliografia sobre esses pousos, ela é descrita como “Arroio Grande”.

Partiram na manhã do dia 2 e no dia 4 chegaram ao terceiro pouso, o “Guajuvira”. Neste ponto relatam grande quantidade de chuva e a existência de muitos animais selvagens.

O cenário não muda muito ao chegarem no dia 6 no quarto pouso que, inclusive, denominaram de “Pouso do Tigre” por ouvirem dizer que havia uma onça rondando aqueles lugares. Entretanto, como ocorreu com o pouso 2, o nome geralmente relacionado a este quarto pouso é como “Palmito”.

No dia 8 saíram do “Pouso do Tigre” em direção ao último pouso antes da efetiva chegada à *obrage* de *Nuñez y Gibaja*. Esta etapa da viagem foi demorada devido às fortes chuvas que os obrigaram a ficarem dois dias acampados.

Depois de 10 dias de viagem enfim chegaram no que Franco denominava por vezes de “rancho” e outras de “Acampamento Central”, que na verdade é tratado na maior parte da bibliografia sobre estes pousos, como “Pouso Toledo” ou “Pouso Frio”. Assim descreve aquele local:

Ali deveríamos permanecer por mais 8 dias aguardando outra tropa, que deveria trazer mantimento [...] O “rancho” que nesse acampamento servia de casa e dormitório do encarregado Floriano Arrechéa e onde ficamos hospedados, não passava de uma choça, coberta de esteiras deitadas de folhas de taquara e cercada dos 4 lados da mesma maneira, tendo somente uma abertura, a “porta”, que permitia a entrada dos moradores, isto para evitar a invasão dos “borrachudos”, abundantes nessa estação. Nesse primeiro dia de chegada ao “Acampamento Central” após o jantar da “choça” que nos servia de morada, fomos tratar de arranjar os nossos leitos. Eu havia adquirido, em Buenos Aires uma cama de campanha, do modelo usado na Campanha Crimés, muito cômoda, de pequeno volume e fácil condução (FRANCO, p. 32, 1973).

Floriano Arrechéa que era o encarregado administrador daquela pousada, era argentino, além do espanhol dominava o guarani. Franco faz reclamações quanto à dificuldade de encontrar

brasileiros, principalmente trabalhadores, que falassem o português. Estas reclamações de Franco já foram explanadas no segundo capítulo.

Toledo, nome dado a este pouso e posteriormente à cidade que ali hoje se encontra, foi um empregado do “Acampamento Central”. Neste tempo de estadia, Toledo teria feito amizade com um dos acompanhantes da excursão de Arthur Martins Franco chamado Aristides e sempre que podia os acompanhavam nos passeios e caçadas nos arredores do pouso:

Para matarmos tempo n’alguma ocupação, enquanto aguardávamos a chegada da tropa portadora de mantimentos para as turmas, o José Amarillo, um paraguaio ruivo, de quem adiante ainda tratarei, convido-me, uma manhã, para caçarmos fosse lá o que fosse, para o que me havia no acampamento, dois cãesinhos. O nosso intuito era matarmos alguma jacutinga. Pela manhã, logo após o café, do Acampamento, eu, José Amarillo e o Toledo – este feitor da turma do Aristides – pela picada que ia para o porto, na barranca do Paraná. O Toledo achava-se com um pé machucado e, por isso, resolveu não nos acompanhar ao mato, mas seguiu por um trilho, até o passo de um arroio [...] (FRANCO, p. 33, 1973).

Após dias de espera, o comboio que veio trazer os mantimentos para sua comitiva havia chegado e puderam continuar sua viagem. Após 3 dias, chegam à *obrage de Nuñez y Gibaja*, e descreve sua primeira impressão dela:

É de notar que a administração dos trabalhos de *Nuñez y Gibaja*, não possuía farmácia alguma de emergência e nem medicamentos avulsos, mais necessários naquele serviço e com que pudesse atender a qualquer acidente, e como esse, deixando a “peonada” que ali trabalha entregue à própria sorte. E quando ocorria um caso [...] que impossibilitasse o peão de trabalhar a Empresa fornecia-lhe apenas comida, que lhe era debitada, assim como qualquer droga que lhe fosse fornecida (FRANCO, p. 37, 1973).

Até este ponto, o relato demonstra que, quanto mais se afasta da costa portuária da Fazenda Britânia, mais as condições de subsistência, a falta de estrutura viária e habitacional e os perigos da floresta se agravam. Na figura 15 é demonstrado o trajeto feito por Arthur Martins Franco dentro do território da Fazenda Britânia pelos 5 pousos citados.

com o “império” da *obrage* de Júlio Allica. Na década de 1930 a Argentina investe em autossuficiência da produção de erva-mate em seu território. Por fim, em 1940, com o advento da Segunda Guerra Mundial, a exportação de madeira da Argentina para a Inglaterra teve grande diminuição, atingindo diretamente todas as *obrages* do Oeste paranaense (GRONDIN, 2007). Este foi o estopim para o início da era das empresas Colonizadoras no Oeste paranaense.

Até o momento está claro que o período de vigência das *obrages* argentinas no Oeste paranaense foi um momento histórico em que todo o aparato produtivo e de desenvolvimento das relações sociais foi pautado muito mais pela conveniência do que estava acontecendo na economia, no comércio e na política argentina do que necessariamente com os parâmetros impostos pela economia e política brasileira. O ciclo das *obrages* no Oeste do Paraná, tanto em relação ao seu início, como ao seu fim, foi influenciado pelo nível de animosidade do mercado argentino entre a segunda metade do século XIX e início do século XX.

O fim da era das *obrages* abriu espaço para uma expansão ainda maior em relação à criação de povoamentos e abertura de canais mais sólidos com outras partes do estado com o surgimento das companhias colonizadoras. Contudo, significou sua dependência em relação à fronteira?

3.2. A EXPANSÃO DA FAZENDA BRITÂNIA: A ERA DAS COMPANHIAS COLONIZADORAS

Como já mencionado, a década de 1930 e início da década de 1940 representou um período de fuga das *obrages* do Oeste paranaense e conseqüentemente a inviabilidade da manutenção desse tipo de empreendimento na Fazenda Britânia.

Um dos principais motivos elencados foi a autossuficiência da argentina sobre a produção de erva-mate. Mesmo que a extração realizada no Brasil se passasse por erva-mate argentina, as notícias sobre os intentos da política brasileira sobre o avanço ao Oeste, concretizado pela “Marcha para o Oeste¹⁴” e por novos decretos cada vez menos flexíveis, tornava a ideia da dependência dos ervais dessas terras cada vez menos atraentes.

¹⁴ Sob a ótica do nacionalismo moderno, característico da política ideológica do Estado Novo, a Marcha para o Oeste propunha que as fronteiras econômicas coincidisse com as fronteiras políticas. Para Getúlio Vargas, o verdadeiro

A obra inglesa, da *Companhia Colonizadora del Alto Paraná*, que resistiu até 1946, após sua compra pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ fora encontrada da seguinte maneira pelo sócio da empresa, Alfredo Ruaro:

Em Porto Britânia estava tudo abandonado. Havia algumas cabeças de gado e ovelhas cuidados pelo Valério Lambaré, idoso e fiel paraguaio. Mesmo assim a impressão foi ótima [...] no lado leste da planta [...] por ordem do Gal. Marechal Cândido Rondon, tinha sido construída uma linha telegráfica, ligando Cascavel a Porto Mendes que utilizava o traçado da picada de *Nuñez y Gibaja*. [...] na Campina Lopeí, onde se via algumas casas de madeira da antiga sede de *Nuñez y Gibaja*. [...] Já escurecia quando chegaram ao arroio Toledo [...] destoando com uma mata virgem, [...] era, sem dúvida o local de troca de mueres que transportavam a erva-mate da *Nuñez y Gibaja*, o antigo Pouso Toledo (NIEDERAUER, p. 51-52 2004).

A sociedade Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná foi constituída em cartório em Porto Alegre no dia 16 de abril de 1946 e registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul a 7 de junho de 1946 (NIEDERAUER, 2004).

O meio de comunicação mais usado naquela época, na região, era o telégrafo. Pela extensão do nome da empresa, impossibilitava o envio de telegramas com o nome inteiro da companhia. A solução encontrada pelo contador da empresa foi retirar as primeiras sílabas de cada palavra que compunha o nome da sociedade: MARIPÁ. Este nome foi registrado, registrado no Departamento de Correios e Telégrafos com o endereço: MARIPÁ – PORTO ALEGRE (NIEDERAUER, 2004).

Ressalto que, tanto a constituição da sociedade MARIPÁ, como a compra da Fazenda Britânia, ocorreu no contexto da vigência do Território Federal do Iguauçu¹⁵ que predominou entre os anos de 1943 a 1946.

No Museu Histórico Willy Barth, tivemos acesso a uma carta dirigida à Egon Berchet, um dos sócios da MARIPÁ, escrita por um acionista que não foi possível identificar, mas que

sentimento de brasilidade implicava em contemplar a ocupação do território através da colonização (GREGORY; SCHALLENBERGER, p. 235, 2008).

¹⁵ Todos os territórios federais foram criados ao longo da faixa de fronteiras, também pré-determinada pela Constituição de 1937. Localizando-se na parte centro-ocidental do Sul do Brasil, o Território Federal do Iguauçu apresentava limites com o Território de Ponta Porã e os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. [...] A decisão para a escolha da capital do Território Federal do Iguauçu foi uma verdadeira confusão. O primeiro decreto-lei determinou que a capital se instalasse na cidade de Foz do Iguauçu, porém, em seguida, foi transferida para Laranjeiras do Sul, o que fez a cidade ter de mudar o nome para Iguauçu. As autoridades justificavam essa contradição, argumentando que Laranjeiras do Sul estava mais próxima da ‘civilização’. Até a mudança de capital, a cidade não fazia parte do Território Federal. Essa medida ampliou as fronteiras do Território Federal do Iguauçu, colocando-as entre os rios Restinga Grande e Cavernoso (PRIORI et al. p. 68-69, 2012).

aparenta demonstrer profunda preocupação com os possíveis rumos que aquele empreendimento poderia tomar se mais investimentos não fossem realizados.

A carta foi escrita em forma de relato, e está incompleta. Nela, conta sobre sua primeira passagem na Fazenda Britânia em agosto de 1946. Relata suas impressões na qual elenca o atual estado da *obrage* em relação à qualidade das estruturas disponibilizadas:

- a) Estrada em construção entre Toledo e Porto Mendes, feita ao longo da linha telegráfica. Sua construção era lenta pela falta de mão de obra. A maioria dos trabalhadores existentes era paraguaia: segundo o relato, são mais aptos para resistir ao ambiente e às exigências daquele serviço bruto;
- b) A construção desta estrada tinha objetivos específicos: fazer com que a extração de madeira escoe para o Estado de São Paulo, partindo de portos ainda em funcionamento, até o porto paulista, junto ao rio Paraná: Porto Epitácio;
- c) Construção de carpintarias para a fabricação de artefatos que poderiam ser exportados para o Estado de São Paulo. Estes artefatos seriam fabricados com as sobras de madeira de serrarias que ainda estavam por ser construídas;
- d) Fez pedido para que aquelas terras sejam devidamente demarcadas para que se inicie um adequado processo de povoamento;
- e) Relata grande dificuldade em conseguir víveres. Dependem, em grande medida, das compras que são realizadas em Foz do Iguaçu;
- f) A renda da *obrage* é adquirida com muito esforço pela venda de madeiras para Foz do Iguaçu e Argentina;
- g) A maioria dos trabalhadores eram pagos, ainda, com vales, créditos ou alimentos e isso vinha gerando certo desgosto por parte dos trabalhadores e moradores da localidade

(MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH, 1946).

Ressaltamos duas situações nestes relatos. A primeira, referente aos objetivos em relação ao direcionamento da produção: a tentativa expandir suas relações comerciais, principalmente na exportação de madeira, para além das opções aparentes, que eram Foz do Iguaçu e Argentina, para o Estado de São Paulo. Contudo, os meios para isso não seriam diferentes daqueles utilizados durante a era das *obrages* argentinas, pelos portos da costa da Fazenda Britânia para o acesso hidroviário da produção pelo rio Paraná.

O segundo, a realidade que se apresentava, no início das atividades da colonizadora, impôs a contínua dependência econômica e comercial das cidades, vilas e países fronteiriços:

Embora a Colonizadora estivesse em sintonia com os anseios integrativos do governo estadual paranaense, quando se tratava de negócios, vale a pena reforçar, era importante se voltar para os países vizinhos e para suas hidroviáveis. As estradas norte-sul interligavam as estradas tronco e as estradas vicinais ligavam aos lotes coloniais à malha viária e, atendendo ao seu significado etimológico, proporcionavam a ligação entre seus vizinhos. Desta forma, objetivava-se que todos os colonos tivessem ligação com os vizinhos, com a sede da colônia, com os Portos do Rio Paraná e com os centros comerciais próximos mais importantes. [...] Esta malha poderia, como de fato ocorreu, se relacionar com o mercado interno da colônia e com o mercado externo (GREGORY, p. 108-109, 2002).

E esta não era uma realidade particular da Fazenda Britânia. Nesta mesma época houve o surgimento de diversas companhias colonizadoras, ocupando o lugar deixado pelas *obrages* argentinas. Além da Maripá, houve a Pinho e Terras em Céu Azul, Porto Mendes e Lopeí; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda; a Colonizadora Gaúcha Ltda; a Colonizadora Matelânida Ltda, dentre outras; a Colonizadora Criciúma Ltda; e a Colonizadora Norte do Paraná. O objetivo destas empresas era a dedicação na exploração de madeiras, comercialização de terras, e o desenvolvimento de indústrias. Estes empreendimentos tentaram seguir a lógica de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, onde pessoas físicas tornavam-se acionistas ao investirem capitais que constituíam as empresas (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008). Após essas terras serem demarcadas, ocorriam as vendas destas, no caso da Fazenda Britânia, no regime da pequena propriedade.

Do ponto de vista da ocupação territorial, as relações comerciais entre as colonizadoras e o mercado platino não era visto com bons olhos pelo governo paranaense, nem pelas próprias empresas colonizadoras, que muitas vezes, como se viu, não tinham outra saída. Contudo, economicamente, essas relações eram a base para a manutenção da Fazenda Britânia e toda a região Oeste do Paraná (GREGORY, 2002). Segue-se uma lista de estradas construídas ou ampliadas que contribuíram para essa dinâmica mercantil entre as colônias e com o mercado platino. As localidades citadas são as cidades atuais:

- a) Estrada Tronco do Sul: Toledo à Porto Britânia. Passa por Xaxim, Nova Concórdia, Dez de Maio, Cero da Lola, Marrecos, Arroio Fundo, Margarida e por fim, Pato Bragado;
- b) Estrada Tronco do Meio: Toledo à Iguaporã. Passa pelo antigo Toledo, Vila Nova, Novo Sarandi, Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, Iguaporã;

- c) Estrada Tronco do Norte: Toledo à Palotina. Passa nas proximidades de Vila Nova, vai à Maripá e por fim Palotina;
- d) Muitas estradas foram feitas no sentido Norte-Sul, fazendo a ligação entre as vilas de São Roque, São Miguel, Santo Ângelo, São Luiz do Oeste, Nova Videira, Esquina Ipiranga, Dois Irmãos, Novo Sobradinho, dentre outros (NIEDERAUER, p. 22, 1992).

Estas estradas foram feitas com muito esforço, em sua maioria com mão de obra paraguaia. O escritório da MARIPÁ, em 1947, abriu um porto em Foz do Iguaçu, tendo mais uma opção de escoamento de sua produção. Estas estradas permitiam a circulação de mercadorias tanto entre as colônias, como para os portos (GREGORY. 2002).

Evidencia-se, portanto, que o desenvolvimento da Fazenda Britânia, enquanto, dentro do sistema de *obrages* e mesmo após adquirir características de colonizadora quando de sua compra pela Industrial Madeireira Rio Paraná manteve fluxos socioeconômicos com a região platina.

A era das colonizadoras cessou a dependência da Fazenda Britânia para com o capital estrangeiro, pois como já colocado, as companhias colonizadoras buscavam capital de investimento dentro do país.

Entretanto, como necessariamente as primeiras formas de atividades da Fazenda Britânia eram extrativistas, as estruturas pré-estabelecidas de fluxos de mercadorias levou a MARIPÁ a manter tais relações, contudo, não de forma exclusiva. O comércio entre as colônias ou mesmo com a cidade de Foz do Iguaçu é um exemplo disso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs demonstrar, por meio de diferentes perspectivas, parte do processo social e histórico que levou o Oeste do Paraná, e conseqüentemente a Fazenda Britânia, a uma relação de dependência e interdependência com sua fronteira internacional. Mais especificamente sua relação socioeconômica e cultural com o Paraguai e Argentina.

É notório que esta relação de dependência e interdependência teve nuances variadas em períodos históricos em que esta pesquisa não abrange. Basta lembrar que há relatos de viagens já muito conhecidas sobre o Oeste paranaense, como a expedição de Álvar Núñez Cabeza de Vaca, que datam do século XVI.

Como que em um movimento dialético da qual a história é refém, partículas de relações do passado interferem nos períodos históricos subsequentes. Tanto que atualmente, ao visitar o Oeste do Paraná, é possível enxergar elementos socioreferenciais de outras épocas, constituídos hoje, por sujeitos históricos distintos daqueles aqui expostos.

Neste sentido, não caberia nessa pesquisa fazer este balanço de forma a isolar a Fazenda Britânia do contexto histórico e social do Oeste Paranaense. A delimitação territorial torna-se complexa já que foi um espaço atravessado por diversas ondas comerciais de *obrages* vizinhas. A Fazenda Britânia foi, sem dúvida, um corredor mercantil de madeira e erva-mate entre os séculos XIX e XX. Sua extensão e seu posicionamento geográfico estratégico, à beira do Rio Paraná, contribuíram para que toda sua estrutura fosse fixada à fim de atender os comércios dos países do lado oposto daquele rio.

Muito pouco das riquezas extraídas do Oeste do Paraná ali permaneciam, e nada era transportado para outras partes do Brasil. Era uma verdadeira ilha, separada do resto do Estado e do Brasil por uma densa Mata Atlântica e, apenas, por um rio de portos comerciais orientados para a Argentina e o Paraguai.

A partir destas premissas, esta pesquisa demonstrou que a Fazenda Britânia, entre as décadas de 1880 e 1940, manteve o desenrolar de suas relações sociais, comerciais e culturais voltadas para a fronteira em detrimento do restante do próprio Estado do Paraná. Mesmo quando tentou escapar dessa trama, após o fim da era das *obrages*, já na década de 1940, não conseguiu desvincular as relações de necessidades básicas para manutenção material da Fazenda, do comércio estrangeiro.

Entre o período de 1880 a 1930 percebe-se a predominância das empresas extrativistas argentinas: há registros deste tipo de empreendimento nas terras paranaenses em épocas anteriores à 1880. O capital argentino como fonte de movimentação comercial e o trabalhador paraguaio como elemento social caracterizaram um processo de desnacionalização daquelas terras brasileiras. A ocupação secular de *Kaigangs* e Guaranis não representou perigo eminente para as *obrages* sendo estes inclusive, algumas vezes, cooptados para trabalhar no processo extrativista.

Foi um período em que a estrutura econômica era dependente de forças externas às brasileiras. E em que quase nada dos rendimentos daquelas empresas, que tinham sede na Argentina, retornavam como reinvestimentos. Uma das poucas exceções, foi a empresa Matte Laranjeira que inclusive, nas primeiras décadas do século XX efetivou a construção de uma ferrovia entre Porto Mendes e Guaíra. Muito pouco foi visto, além disso, nestes tempos.

A partir de 1930, com a vinda de empresas colonizadoras, deu-se início a um lento processo ocupação nacional no Oeste Paranaense que se intensificou após 1950.

A Fazenda Britânia, neste contexto, administrada pela Industrial Colonizadora Madeireira Rio Paraná – MARIPÁ, com sede em Porto Alegre, planejou a construção de uma comunidade de brasileiros descendentes de alemães e italianos com uma estrutura agrária voltada para o manejo da pequena propriedade. Entretanto, inicialmente, não pôde desvincular-se da necessidade de comercializar com o mercado platino já que era a única opção para a manutenção da colonizadora naquele local.

Diferentemente do que ocorria até meados de 1930, a empresa encarregada de colonizar a Fazenda Britânia já reinvestia este capital em território brasileiro. Pôde-se ver isso na construção e ampliação de estradas e na adequação de uma rede telegráfica, caracterizando, a partir daí, uma situação de interdependência em relação à fronteira.

Como o objetivo desta pesquisa foi abordar elementos funcionais e estruturais da constituição do Oeste do Paraná e da Fazenda Britânia numa relação transfronteiriça, não foi tratado a fundo outras questões de cunho histórico e específico da Fazenda Britânia, como a constituição da cidade de Toledo, em 1951, como também a de outras cidades vizinhas que a época integraram aquele perímetro.

Furtamo-nos a apresentar apenas as questões históricas mais gerais que puderam contribuir para o delineamento da construção do objeto de pesquisa, sempre atentando-nos para a delimitação temporal proposta.

Com isto torna-se evidente que esta pesquisa não encerrou as possibilidades de discussão acerca de tão complexo objeto de investigação e nem pretendeu uma abordagem e uma análise que não fé aos relatos dos excursionistas brasileiros.

É possível tratar destas mesmas questões a partir de relatos de excursionistas argentinos e paraguaios, ou mesmo por meio de uma mescla das viagens realizadas por viajantes das três nacionalidades. Neste sentido, é pertinente assumir que esta pesquisa foi feita a partir de uma visão nacional (brasileira) de ocupação e que é possível chegar à outras interpretações sob outras perspectivas de análise.

Esta pesquisa contribui, em âmbito local, para a promoção de investigações sobre o processo sociohistórico de transformação da região platina. A odisseia de acontecimentos que sucedem os processos sociais no Oeste paranaense, Nordeste argentino e Leste paraguaio, define e redefine as características destas fronteiras continuamente. Espera-se que pesquisas sociohistóricas como esta auxiliem investigações sobre os rumos das relações sociais atuais nesta região.

REFERÊNCIAS

ABAD, S. D. **História Argentina**. Buenos Aires. Ed: Tipográfica Editora Argentina. 1965.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **As línguas nacionais na fronteira Paraguai-Brasil**. In: *II Seminário internacional: fronteiras étnico-culturais e fronteiras da exclusão*, 2006, Campo Grande. Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), 2006.

BOSSI, S. C. A. **Folia histórica del nordeste: Misiones, una aproximación geográfica al problema de la yerba mate y sus efectos em ocupación del espacio y el poblamiento**. Instituto de Investigaciones Geohistoricas CONICET – FUNDANORD. Editora: Resistencia, Nº: 7, 1986.

BRASIL, **Recenseamento Geral do Brasil de 1º de setembro de 1940. Parte XVIII – Paraná** (Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951): 54. In: CRESTANI, L. A. *História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): Uma perspectiva comparada e transnacional*. Tese de doutoramento: Évora (Portugal), 2019.

_____. **Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920 (Volume IV (População))**. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1920): 282-287. In: CRESTANI, L. A. *História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): Uma perspectiva comparada e transnacional*. Tese de doutoramento: Évora (Portugal), 2019.

_____. **População recenseada em 32 de dezembro de 1890 (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898)** In: CRESTANI, L. A. *História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): Uma perspectiva comparada e transnacional*. Tese de doutoramento: Évora (Portugal), 2019.

_____. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900 (Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1905)**: 61-62. In: CRESTANI, L. A. *História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): Uma perspectiva comparada e transnacional*. Tese de doutoramento: Évora (Portugal), 2019.

CARDIN, E. G. **A expansão agrícola e a formação das identidades: os “brasiguaios” na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. *Perspectiva Geográfica*; UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon. V.6, N.7 2011.

_____. **A expansão do capital e as dinâmicas das fronteiras**. Ed: Paco e Littera. Jundiá, 2016.

CEPEDAL. Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina – UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon (s. d. [adaptado]).

CRESTANI, L. A. **História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): Uma perspectiva comparada e transnacional**. Tese de doutoramento: Évora (Portugal), 2019.

COGGIOLA, O. **Buenos Aires, Cidade, Política, Cultura.** Revista brasileira História. vol. 17 n. 34 São Paulo, 1997.

COLODEL, J. A. **Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história paranaense até 1960.** Santa Helena/PR. Editora Educativa. 1988.

CUNHA, M. C. DA. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. (org). **História dos índios no Brasil.** 2 ed., São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DONATO, Hernâni. **Selva trágica: a gesta ervateira no sulestematogrossense.** São Paulo: Autores Reunidos, 232 p. 1956.

ELIAS. N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1994.

FIRTH, R. **Organização social e estrutura social.** In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Orgs.). *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral.* 8ª ed. São Paulo: Editora nacional, 1973.

FOGEL, R. **La región de la triple frontera: territorios de integración y desintegración.** Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jun./dez. 2008.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940 - 1970).** Ed: Edunioeste. Cascavel, 2012a.

_____. **Obrages nos sertões do Paraná: exploração, trabalho e fronteiras.** Revista do centro de educação e letras da unioeste / Foz do Iguaçu. 2012b.

GREGORY, V. SCHALLENBERGER, E. **Guaíra, um mundo de águas e histórias.** Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008.

GRONDIN, M. **O alvorecer de Toledo: na colonização do Oeste do Paraná.** Editora: Germânica. Marechal Cândido Rondon, 2007.

_____. **Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica.** In: *Capitalismo e tradicionalismo no Brasil: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.* São Paulo: Ed. Pioneira. cap. 3, p. 43-50, 1975.

HANKE, W. **Vocabulário Del Dialecto Caigangue de la Serra do Chagú, Paraná.** Acervo da Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, 1947.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo. Ed: Hucitec. 1997.

_____. **O cativo da terra.** São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

- MICHAEL, T.; CUHAJ, S. G. **Standard Catalog of World Coins: 1801–1900**. Editora: Krause Publications, 2009.
- NAZALARA, D. **Vale que vigorava na obra Puerto Artaza, de Julio Tomás Allica. Vendo a assinatura de Allica**. Entre Rios – Argentina. Disponível em <https://www.memoriarondonense.com.br/eventos-single/fazenda-allica/9/> Acesso em: 22 ago. 2019.
- NICOLAS, M. **130 anos de vida Parlamentar paranaense (1854-1984)**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná. 1984.
- NIEDERAUER, O. H. **Toledo no Paraná**. 2. ed., Editora Tolegraf Impressos Gráficos Ltda, 2004.
- PRIORI, A., et al. **A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná**. In: *História do Paraná: séculos XIX e XX*. P. 143-158. Maringá: Eduem, 2012.
- RIBEIRO, S. I. G. T. **Índios e brancos no Oeste do Paraná: Fronteira ou Fricção interétnica**. Revista Tempos Históricos: v. 2, nº 1, p. 93-116. Marechal Cândido Rondon, Mar/2000
- SAÉNZ Q. M. **Los estancieros y de capital británico**. Editora: Belgrano, 1980.
- SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Tempo e Técnica, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, A. J. dos. **Para além da Fazenda Britânia: Conflitos Agrários no Núcleo de São Pedro, na Cidade de Toledo, Paraná**. Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Licenciatura em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo/PR, 2017.
- _____. **O contratualismo na disputa pela legitimidade da origem do instinto humano: os assentamentos materiais da moral em Charles R. Darwin**. Revista Alamedas. Vol. 6, nº1, p. 96-107, 2018.
- SANTOS, C. A. P. & SANO E. E. **Formação da frente de expansão, frente pioneira e frente agrícola no Oeste da Bahia**. Periódicos da UEM: Boletim de Geografia v. 33. n. 3, 2015.
- SCHALLENBERGER, E.; ARANTES, M. A. **Tempo da Ciência. Dossiê: Terra Sagrada**. Volume 21, Número 41, 1º semestre de 2014.
- SCHALLENBERGER, E. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2009.
- _____. **O Guairá e o espaço missionário**. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SILVA, Evaldo Mendes da. **Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteiras**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Rio de Janeiro. 2007.

SOARES, A. R. **O hibridismo na obra Selva trágica, de Hernâni Donato**. Muitas Vozes, Ponta Grossa, v. 5, n.2, p. 213-223, 2016.

SPERANÇA, A. **Pequena história de Cascavel e do Oeste**. Curitiba. J. S. Impressora Ltda., 1980.

PEREIRA, M. C. C. **Mapeando o Pouso Frio: dinâmicas de construção de um bairro na cidade de Toledo/PR**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, 1º sem. 2017.

PFLUCK, D. L. **Os Caminhos pelo Oeste do Paraná, entre os Séculos XIX e XX, a Busca pelo Ensino de Geografia**. *III Seminário Internacional de los Espacios de Frontera (III Geofronteras), Universidad Nacional de Itapúa (UNI), Encarnación (Paraguay)*, 8 a 10 de setembro de 2015.

TOLEDO, **Plano Municipal de Recursos Hídricos de Toledo – PMRH**. LEI Nº 2.243, de 11 de outubro de 2017.

TURNER, Frederick. **The Frontier in American History**. Edição Dover, Nova York, Editora Dover, 2010.

UNIOESTE; CEPEDAL. **Mapa da Ocupação Guarani entre os Séculos XV, XVI e XVII**. Coleção Fundo Ernst Mann. Centro de Estudos e Pesquisa e Documentação da América Latina/UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon (s.d.).

VELHO, G. O. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Editora: Centro Edelstein. Canadá: 2009.

WACHOWICS, R. C. **Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste paranaense**. Curitiba. Vicentina, 1982.

YOKOO, E. N. **Gênese do processo da apropriação das terras, o caso das companhias ferroviárias e dos ervateiros no Oeste paranaense**. VI EPCT, 24 a 28/10/2011. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_exatas/12-YOKOO.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.